



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: CONCEPÇÃO DOCENTE NA  
PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA**

**CINTHYA RAQUEL PIMENTEL DA MOTA**

JOÃO PESSOA – PB  
MARÇO/2018

# **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: CONCEPÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA**

**Cinthya Raquel Pimentel da Mota**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Stricto Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Rodrigues Palhano

Linha de Pesquisa: Processos de ensino aprendizagem

JOÃO PESSOA – PB  
MARÇO/2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M917e Mota, Cinthya Raquel Pimentel da.

Educação profissional técnica: concepção docente na perspectiva de uma educação humanizadora / Cinthya Raquel Pimentel da Mota. - João Pessoa, 2018.  
121 f. : il.

Orientação: Tânia Rodrigues Palhano.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação profissional. 2. Concepção docente - Educação humanizadora. 3. Ensino técnico. I. Palhano, Tânia Rodrigues. II. Título.

UFPB/BC

**CINTHYA RAQUEL PIMENTEL DA MOTA**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: CONCEPÇÃO DOCENTE NA  
PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA**

Aprovada em: 28 de março de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

Tânia Rodrigues Palhano

Profa. Dra. Tânia Rodrigues Palhano  
Orientadora (Presidente da Banca)  
Universidade Federal da Paraíba

Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira  
Membro da Banca (Avaliador Externo)  
Universidade Federal da Paraíba

Edineide Jezine Mesquita Araújo

Profa. Dra. Edineide Jezine Mesquita Araújo  
Membro da Banca (Avaliador Interno)  
Universidade Federal da Paraíba

Ao meu amado filho Pedro,  
Que me fez vencer meus limites  
de medo e dor e me transbordou  
de um amor inimaginável.

## **AGRADECIMENTOS**

Diante de todos os desafios e limitações que enfrentei nesse percurso, considero estas palavras umas das mais difíceis, pois por mais que eu busque as melhores expressões, talvez não consiga atingir meu objetivo. No entanto, é um momento de emoção e realização, pois tive o apoio de muitas pessoas, que fizeram esse trabalho ser possível, às quais aqui, lhes dou, do fundo do meu coração, os meus sinceros agradecimentos.

À Deus, autor da minha vida, meu Protetor Fiel, meu Guia, meu amigo nas horas de solidão e incertezas; quem me mantém de pé diariamente, e mesmo diante de tantos erros e falhas que pratico, tem me abençoado bem mais além do que pensei. “Ora, àquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos, ou pensamos”. (Efésios 3.20)

Aos meus pais, Carlos e Risalva, minha maior referência de abnegação e resiliência. De uma vida inteira de lutas e desafios, conseguem se fortalecer em cada momento, sendo exemplos vivos de fidelidade a Deus. Sem eles, eu não teria chegado aqui, pois eles foram minha fortaleza, meus pés e minhas mãos em muitos momentos. A eles, toda minha gratidão e respeito. “Não deixo de dar graças por vocês, mencionando-os em minhas orações”. Efésios 1.16)

Ao meu lindo e maravilhoso marido Thiago, que só em olhá-lo consigo amar um pouco mais. Agradeço por segurar minhas mãos e não me deixar desistir, me dando palavras de apoio incansavelmente. Agradeço por estar comigo quando tudo ainda era apenas um grande desejo; desde os abraços do resultado, a companhia nos trajetos para o estágio docência, por me colocar pra cima, quando eu estava desanimada e desacreditada, por abrir mão do convívio diário, para que esse trabalho fosse concluído. E sem ser clichê, mesmo parecendo, eu afirmo que sem dúvida alguma, você é o amor da minha vida. “Você fez disparar...o meu coração com um simples olhar”. (Cânticos 4.9b)

Ao meu pequenino filho Pedro, que nasceu durante esse percurso. Foi o presente mais sonhado, desejado e esperado, que Deus me concedeu para que eu tivesse uma nova visão sobre o mundo. Com ele descobri uma força que eu nem sabia que tinha; me faz superar medos e dores diariamente; me traz felicidade só em tocá-lo, senti-lo; tem o melhor olhar e um sorriso mágico que derruba rapidinho qualquer tristeza, além de ter o cheirinho mais incrível desse mundo. Ele é acalanto, paz, morada, lar, o meu lar. O melhor lugar do mundo. Ele me fez entender que o

conceito de amor é mínimo, perto do que eu sinto por ele. A ele, minha vida. “Os filhos são herança do Senhor, um presente que Ele dá”. (Salmos 27.3)

À minha irmã Carla, que me acompanha desde sempre, sendo companheira nas conversas, passeios e quem guarda as melhores lembranças da infância. Foi um dos suportes nessa reta final da minha trajetória, me acompanhando nas noites acordadas e me ajudando nos novos momentos. “Você, com quem eu partilhava agradável comunhão, enquanto íamos com a multidão festiva para a casa de Deus”. (Salmos 55.14)

À minha amiga Simone, que há muito tempo tem sido incentivadora, confidente e o exemplo das palavras determinação, tranquilidade e amizade. Tem muito dela na minha trajetória de vida e acadêmica, mesmo sendo de temperamentos tão diferentes. Obrigada pelo incentivo, sorrisos e companhia nas ideias e aventuras compartilhadas nessa amizade tão sólida em Deus. “Porque se um cair, o outro levanta o seu amigo”. (Eclesiastes 4.10a)

À minha orientadora Tânia Palhano, por ser tão significativa para mim, nas trocas e ensinamentos acadêmicos, mas de igual modo nas lições de vida, exemplos de persistência e coragem, sendo um ser humano incrível todo o tempo. Obrigada por acreditar em mim, entender minhas limitações e me desafiar. “Em tudo e em toda parte...reconhecemos estes benefícios com profunda gratidão”. (Atos 24.3)

As minhas amigas Adriana e Suellen, com as quais dividi experiências, conhecimentos e aprendizados. Obrigada por tornar mais branda o início dessa caminhada. “É melhor ter companhia do que estar sozinho”. (Eclesiastes 4.9a)

Às professoras Ana Paula e Edineide Jezine, pela participação nas bancas de Qualificação e Defesa, me orientando e contribuindo de forma singular em todo o meu trabalho. Sou grata pela disponibilidade, profissionalismo, respeito e conhecimentos.

Aos professores entrevistados, pela disposição e participação, bem como todo o Campus Avançado Cabedelo Centro, meu local de trabalho, no qual eu aprendo diariamente e me inquieta a sempre acreditar na educação que valoriza, respeita e acredita em cada indivíduo.

Enfim, a todos que foram essenciais, mas que aqui não foram citados, mais do que palavras será sempre a minha gratidão.

*O conhecimento é uma aventura em aberto. O que significa que aquilo que saberemos amanhã é algo que desconhecemos hoje; e esse algo pode mudar as verdades de ontem.*

Karl Popper



## RESUMO

A educação profissional técnica desenvolveu-se para atender as demandas do mundo do trabalho e suas características são perceptíveis nos dias atuais. A presente dissertação analisa as concepções docentes na perspectiva de uma educação humanizadora na educação profissional técnica do Instituto Federal da Paraíba, a partir do curso técnico em Transporte Aquaviário do Campus Avançado Cabedelo Centro. Durante a investigação, refletimos sobre o processo de desenvolvimento histórico da educação brasileira, fazendo um recorte sobre a educação profissional técnica, traçando uma relação sobre a inseparabilidade entre educação e trabalho. Em seguida, discorremos sobre a educação humanizadora, a partir de uma relação ética e responsável, bem como a importância do papel docente nessa perspectiva. Delimitamos como caminho epistemológico a abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A metodologia foi dividida em três momentos: levantamento da bibliografia publicada sobre o assunto em questão; a análise do plano pedagógico do curso; e as entrevistas semiestruturadas com cinco docentes do Campus. A análise dos dados obtidos nas entrevistas baseou-se na análise dos dados, a partir da classificação de categorias prosseguidas pela interpretação dos dados. Como resultados, constatamos que o curso surgiu da necessidade de preencher uma lacuna na formação de aquaviários na região. Notamos que mesmo levando em conta a preparação técnica, há uma preocupação por parte dos docentes na formação do indivíduo como um todo, destacando que não é possível separar teoria e prática, demandas do trabalho e da realidade do educando. Ainda percebemos dificuldades em relação aos estágios e a falta de laboratórios voltados para o curso. Um dado alarmante, destacado pelos professores é a falta de investimentos para a formação continuada, o que dificulta melhorias para o curso. A partir dos resultados obtidos, percebemos que nossa investigação é o primeiro passo para reflexões da temática no IFPB e concluímos ressaltando que o ensino técnico aliado a uma educação humanizadora é fundamental para a formação profissional e pessoal de cada educando.

**Palavras chave:** Ensino técnico. Formação docente. Educação humanizadora

## **ABSTRACT**

The technical professional education has been developed to meet the demands of the world of work and its characteristics are noticeable today. The present dissertation analyzes the teaching conceptions from the perspective of a humanizing education in the technical professional education of the Federal Institute of Paraíba, from the technical course on Waterway Transportation of the Campus Advanced Cabedelo Center. During the investigation, we reflect on the process of historical development of Brazilian education, making a cut on professional technical education, drawing a relationship on the inseparability between education and work. Next, we discuss humanizing education, based on an ethical and responsible relationship, as well as the importance of the teaching role in this perspective. We delimit as a epistemological path the qualitative approach, of an exploratory and descriptive character. The methodology was divided into three moments: a survey of the published bibliography on the subject in question; the analysis of the pedagogical plan of the course; and semi-structured interviews with five Campus teachers. The analysis of the data obtained in the interviews was based on data analysis, based on the classification of categories followed by the interpretation of the data. As a result, we find that the course arose from the need to fill a gap in the formation of waterways in the region. We note that even taking into account the technical preparation, there is a concern on the part of the teachers in the formation of the individual as a whole, emphasizing that it is not possible to separate theory and practice, demands of the work and the reality of the student. We still perceive difficulties regarding the internships and the lack of laboratories focused on the course. An alarming fact, highlighted by teachers is the lack of investments for continuing education, which hampers improvements for the course. From the results obtained, we realized that our research is the first step to reflect on the subject at the IFPB and we concluded that technical education combined with a humanizing education is fundamental for the professional and personal training of each student.

**Keywords:** Technical education. Teacher training. Humanizing education

## LISTA DE SIGLAS

**CACC** – Campus Avançado Cabedelo Centro

**CEFET** - Centro Federal de Educação Tecnológica

**CERTIFIC** – Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

**CNCT** – Catálogo Nacional dos cursos técnicos

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**COMPEC** – Comissão Permanente de Concursos Públicos

**CONIF** – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

**COPAE** – Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante

**CRPNM** – Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima

**DAPE** – Diretoria de Articulação Pedagógica

**DCN's** – Diretrizes Curriculares Nacionais

**ENEM** – Exame Nacional do ensino médio

**EPM** – Ensino Profissional Marítimo

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**IFPB** – Instituto Federal da Paraíba

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases

**MEC** – Ministério da Educação

**MPA** – Ministério da Pesca e Aquicultura

**NORMAM** – Normas da Autoridade Marítima

**PCN's** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional

**PEP** – Pescador Especializado em Pesca

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PNEDH** – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

**POP** – Pescador Profissional

**PPC** – Plano Pedagógico de curso

**PRE** – Pró Reitoria de ensino

**PREPOM** – Programa do ensino profissional marítimo

**PROEJA** – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

**PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**SENAI** – Serviço Nacional de aprendizagem industrial

**TAQ** – Transporte Aquaviário

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Formação básica dos professores do Campus Avançado Cabedelo Centro.....	85
---	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Formas de organização: Taylorismo X Fordismo .....	53
<b>Quadro 2:</b> Cursos técnicos do Campus Avançado Cabedelo Centro .....	79
<b>Quadro 3:</b> Objetivos do curso técnico em Transporte Aquaviário .....	80
<b>Quadro 4:</b> Caracterização dos professores entrevistados .....	84
<b>Quadro 5:</b> Comparação dos objetivos das disciplinas .....	88

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Educador Tradicional e Educador Libertador .....	66
<b>Imagem 2:</b> Número de matrículas na Educação Profissional na rede pública de ensino .....	73
<b>Imagem 3:</b> Localização do município de Cabedelo .....	76
<b>Imagem 4:</b> Mapa da II Fase do Plano de expansão do IFPB .....	77
<b>Imagem 5:</b> Mapa da III Fase do Plano de expansão do IFPB .....	78

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>176</b>
<b>2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: PERCURSOS HISTÓRICOS NO BRASIL.....</b>	<b>28</b>
2.1 BREVES REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	34
2.2 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO.....	38
2.3 EDUCAÇÃO E TRABALHO: CAMINHOS DO ENSINO TÉCNICO .....	477
<b>3 POR UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA: CAMINHOS PARA UMA FORMAÇÃO CIDADÃ ÉTICA E PROFISSIONAL .....</b>	<b>56</b>
3.1 ENTRELACANDO ÉTICA E HUMANIZAÇÃO NO ENSINO TÉCNICO .....	58
3.2 O PAPEL DOCENTE NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO HUMANIZADORA NO ENSINO TÉCNICO.....	64
<b>4 ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA.....</b>	<b>75</b>
4.1 O MUNICÍPIO DE CABEDELO E O CAMPUS AVANÇADO CABEDELO CENTRO.....	75
4.2 O CURSO TÉCNICO EM TRANSPORTE AQUAVIÁRIO.....	79
4.3 FORMAÇÃO DOCENTE.....	83
4.4 O ENSINO TÉCNICO.....	91
4.5 EDUCAÇÃO HUMANISTA.....	98
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>106</b>
REFERÊNCIAS.....	110
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	116
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista .....	118
ANEXOS.....	118



## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é caracterizada pelo avanço constante das tecnologias, pelo ritmo acelerado em que os acontecimentos ocorrem, se modificam, se renovam. E assim surge uma nova realidade na esfera econômica, política, social e se reflete na escola, devendo saber incorporar-se dessas novas demandas da sociedade e daquelas oriundas do modo de produção capitalista de modo a contribuir na formação dualista dos sujeitos, enquanto cidadãos críticos, criativos, ativos e trabalhadores qualificados para as contínuas transformações do trabalho.

Na educação básica, especificamente, a educação profissional técnica de nível médio, visa, de acordo com o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), a preparação geral para o trabalho, preparando os sujeitos para o exercício de profissões técnicas, sendo desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, ou de forma subsequente, para aqueles que já concluíram o ensino médio.

Na formação do sujeito do ensino médio, na perspectiva do cumprimento de atividades laborais, faz-se necessário, o reconhecimento docente de seu papel enquanto agente de transformação, buscando superar uma educação que supervalorize as técnicas, esquecendo-se da formação humanizadora, essencial para a formação do ser humano. A escola contemporânea requer profissionais críticos, flexíveis, com a capacidade de lidarem com essa amplitude do aprender, do conhecer, do ser.

E nesta direção o andamento da pesquisa versará sobre a educação profissional, a atuação docente e o caráter humanizador na formação do educando, na especificidade, de profissões técnicas.

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia, instituição de ensino de referência na Paraíba, se apresenta como universo da pesquisa, atuando em observância à legislação vigente, recebendo influência constante do mercado de trabalho e consequentemente, da presença das novas demandas no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015 – 2019), tem por missão:

Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no

... mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (p. 17).

Reconhecido em toda a Paraíba e atuando em sintonia com o mercado de trabalho e as demandas contemporâneas, possui campus no Litoral (João Pessoa e Cabedelo), Brejo e Agreste (Campina Grande), Seridó e Curimataú Ocidental (Guarabira e Picuí), Cariri (Monteiro), Sertão (Patos, Cajazeiras, Sousa e Princesa Isabel), além de outros campi em implantação.

O local da pesquisa será o Campus Avançado Cabedelo Centro, que juntamente com a marinha, ministra cursos do ensino profissional marítimo, a saber: Curso de Formação de Aquaviários – Pescador Profissional – POP, Curso Formação de Aquaviários – Marinheiro Auxiliar de Convés e Marinheiro Auxiliar de Máquinas, Curso de Adaptação para Aquaviários – cozinheiro, taifeiro, enfermeiro e auxiliar de saúde, Curso de Formação de Aquaviários – Pescador Especializado em Pesca – PEP, além dos cursos regulares na forma subsequente ao ensino médio: Transporte Aquaviário, Náutica, Pesca e Serviços Jurídicos.

Dessa forma, algumas problemáticas surgem ao nosso estudo, a saber: A educação profissional técnica tem apresentado ainda nos dias atuais, apenas o caráter mecânico e técnico? Como foi seu desenvolvimento histórico? Como o PPC do curso tem sido construído? Tem considerado o papel da educação em formar para o trabalho e para a formação cidadã? Como os docentes tem compreendido sua prática nesse processo? Para responder a essas interrogações, nossa pesquisa acontecerá com os docentes do Curso Técnico em Transporte Aquaviário, pois a presença no Campus, enquanto pedagoga, atuando diretamente com a construção e/ou modificação dos planos de curso e conseqüentemente, o contato com as especificidades do referido Curso nos trouxe inquietações e despertou a necessidade de investigar a partir dessa realidade problematizada.

Desse modo há uma necessidade de compreender as concepções docentes quanto a possibilidade da educação humanizadora no ensino técnico, reconhecendo a importância de uma educação plural e democrática e uma formação geral, considerando a realidade, o contexto, a cultura do indivíduo, propiciando assim, seu lugar na história e na sociedade. As práticas educativas, o impacto dessas demandas no meio educacional, os desafios da teoria (PPC) e prática (atuação docente) são alguns aspectos que tornam importante este estudo, tendo em vista que o resultado da pesquisa permitirá a compreensão da realidade vivenciada pelos

docentes e quais as estratégias utilizadas para a atuação nesse modelo educacional contemporâneo, contribuindo para um novo olhar na Instituição.

O ensino profissional técnico é uma modalidade que apresenta a aptidão para a realização específica de determinada profissão e vem sendo cada vez mais procurado pelos indivíduos que desejam se qualificar. A educação profissional brasileira sempre esteve ligada à formação de mão de obra qualificada para o trabalho e ainda hoje, recebe influência dessas características, sendo frequentada, em sua maioria, pela população menos favorecida.

Na Paraíba, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ocupa um espaço importante no que diz respeito à formação técnica e visa também contribuir na formação de cidadãos aptos a atuarem na sociedade e no mundo, de forma crítica, criativa e ativa. Assim, reconhecendo seu caráter técnico e a herança escravista na sociedade brasileira, permeada de desigualdades sociais, nos despertou o interesse em investigar como a educação humanizadora tem sido considerada nas práticas docentes dessa Instituição. Nossa hipótese parte das dificuldades encontradas em relacionar adequadamente educação e formação cidadã, numa perspectiva de educação humanizadora.

Nosso intuito é contribuir na construção e aprimoramento de novos conhecimentos acerca da temática, de modo que possa levantar novas reflexões e novos estudos, sendo assim, de extrema relevância no momento atual, pois acreditamos que a educação profissional técnica tem um papel fundamental na formação de sujeitos, que reconhecendo-se como um ser inconcluso, não se acomode com a sociedade excludente, mas busque uma sociedade justa, solidária, democrática e sustentável.

É importante destacar que sou pedagoga de formação desde 2012, e ingressei no IFPB no ano de 2014. Inicialmente, fui lotada no campus Picuí, no interior da Paraíba, onde trabalhei por 1 (um) ano. Posteriormente, fui removida para o campus avançado Cabedelo Centro.

Em minha trajetória, tanto acadêmica quanto profissional, sempre me interessei pela temática da afetividade, humanização e busco atuar de forma mais próxima aos alunos. Acredito que trabalhar na educação tem sido cada vez mais difícil, mas isso não exclui a possibilidade dessa atuação ser permeada de afetividade e amor. Educar, na minha opinião, sendo um ato intencional, dever ter primordialmente, o respeito e o carinho pelo que se faz.

Com isso, estando no CACC desde 2015, acompanhei o processo de elaboração do curso técnico em Transporte Aquaviário e tendo o contato diário com os professores, surgiu a motivação para pesquisar sobre o tema em questão. Considero que, a partir da pesquisa, poderemos ter uma visão mais crítica e ampla sobre a possibilidade de uma educação humanizadora na educação profissional técnica.

Assim, como o docente tem considerado sua atuação na educação profissional técnica, a partir de um olhar humanizador? Para responder ao questionamento, delimitamos como objetivo geral da pesquisa investigar a educação profissional técnica numa perspectiva de educação humanizadora através das concepções de docentes do Curso Técnico em Transporte Aquaviário do IFPB Cabedelo Centro. A fim de alcançar o objetivo, sugerimos, especificamente, a: 1) Analisar como o PPC do curso técnico em Transporte Aquaviário, considera a temática da educação humanizadora; 2) Investigar como os docentes tem significado sua prática, apresentando um olhar humanizador no processo de ensino aprendizagem; 3) Reconhecer as concepções dos docentes do curso técnico em Transporte Aquaviário com relação a inseparabilidade entre ensino técnico e educação humanizadora.

Tomando como ponto de partida esses objetivos, buscamos compreender como a educação humanizadora tem sido considerada pelos docentes num século em que as tecnologias têm avançado, sendo muitas vezes supervalorizadas. Esperamos que essa pesquisa contribua com a produção acadêmica sobre a temática, visando a superação de vestígios ainda presentes da educação tecnicista em detrimento da formação integral do ser humano. Partimos do pressuposto que a escola ideal seria aquela que considerasse a relação e as necessidades do mundo do trabalho e as especificidades para o desenvolvimento integral humano e cidadão.

Nesse sentido, dialogaremos um pouco sobre o percurso da educação brasileira e da educação técnica, nos apoiando em alguns autores, tais como: Romanelli (1986), Oliveira (1997), Martins (2000), Freire (2004, 2008), Frigotto (2006), Mészáros (2008), Saviani (2013), Schwarcz e Starling (2015), dentre outros, buscando entrelaçar os principais fatos históricos.

O IFPB é uma Instituição que sempre esteve diretamente preocupada com o ensino técnico, atuando, dentre outras modalidades, na forma integrada e subsequente ao ensino médio. A matriz curricular dos cursos integrados abrangem

disciplinas de formação geral e disciplinas de preparação básica para o trabalho, enquanto a dos cursos subsequentes limitam-se àquelas consideradas essenciais para a formação profissional.

Destarte, vamos considerar nossas discussões neste momento aos docentes dos cursos subsequentes, pois ao ter um currículo mais enxuto e uma duração mais curta, surgem inquietações de se tem sido considerado as necessidades gerais dos alunos enquanto cidadãos? Ou há uma limitação para a formação de sujeitos dotados de competências para responder qualificadamente às exigências do sistema produtivo?

O docente tem um papel fundamental na educação humanizadora, ao propiciar aos seus alunos, a consciência de sua natureza de ser cognoscente, e assim, não se conformar com imposições, mas conhecer o seu mundo, sua realidade, a sua cultura, reconhecendo-se como sujeito apto a criar, transformar e/ou modificar o mundo.

O professor que pensar certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade (FREIRE, 1996, p15).

A atuação do docente é primordial nesse panorama educacional, pois deve propiciar aos seus alunos os conhecimentos necessários à sua humanização, sua libertação, desmistificando assim, os discursos predominantes de que o que é dito por uma determinada classe é irrevogável e/ou irrefutável. Para isso, o docente tem que estar consciente dessa responsabilidade, saber ouvir, respeitando a singularidade e diferenças de cada indivíduo e reconhecendo a incompletude do ser e seu inacabamento, agindo com criticidade e despertando a curiosidade, a criatividade na busca por mudanças no mundo.

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito. (p.17 e 18).

Segundo Minayo (1999, p. 16), pesquisa é *“a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. (...) toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida”*. Esses correspondem aos primeiros fatores que nos instigam nossa pesquisa, sendo a partir

dos questionamentos que surgem a necessidade e/ou desejo de investigarmos como ocorre o processo de desenvolvimento, as características peculiares do objeto a ser estudado.

Lüdke e André (1986, p.1) apontam que, *“para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”*. Assim sendo, torna-se essencial o cuidado na escolha do percurso metodológico da pesquisa, pois constitui-se numa parte fundamental para sua construção.

Para isso, nossa pesquisa tem por característica metodológica a abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, pois de acordo com Minayo (p. 21),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

A abordagem qualitativa leva em consideração o contexto histórico, cabendo ao pesquisador interpretar as concepções dos sujeitos envolvidos na pesquisa, isto é, o diálogo, a interação obtida/citada durante as investigações, é permeada de relações sociais, da cultura, do contexto sócio histórico e cultural de cada indivíduo. De acordo com Bauer e Gaskell (2007) *“A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”* (p.68).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa possibilita a compreensão da realidade, a partir das vozes dos próprios sujeitos acerca de suas concepções sobre o mundo, sobre si, sobre o outro, posicionando-se no seu contexto histórico-cultural, assim como afirma Lüdke e André (p.11): *“a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada”*.

(...) para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e todas as suas conexões. (...) a dialética é contrária a todo conhecimento rígido. Tudo é visto em constante mudança: sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma. (GIL, 1999, p.32).

Assim, subsidiado pelas leituras de GIL (1987), DEMO (2006), TRIVINOS (1987), LÜDKE E ANDRÉ (1986), MINAYO (1999) GAMBOA (2007), utilizamos o

método dialético, a partir de uma abordagem qualitativa, e iniciamos nossa investigação pelos procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental.

Nesse sentido, discorreremos sobre três categorias analíticas, *trabalho*, *humanização* e *prática docente*, que dialogam diretamente e propiciam a compreensão do objeto da pesquisa em questão, a concepção docente na perspectiva de uma educação humanizadora.

Enquanto categoria, o *trabalho* nos possibilita compreender sua ligação com a educação profissional, permeando todo o desenvolvimento histórico educacional brasileiro, apontando como o ensino técnico é permeado por características neoliberais, visando a preparação para a inserção rápida no mundo do trabalho.

A *humanização*, nos traz a dimensão necessária para compreender que todo indivíduo, enquanto inacabado e incompleto, precisa se humanizar para se totalizar. Humanizar no sentido de libertar-se, podendo expressar-se, sendo assim essencial para a presente pesquisa.

A *prática docente* é a categoria que expressa, a partir de sua ação, a transformação da sociedade, importante para a nossa pesquisa, a partir do momento que possibilita a reflexão sobre a relação entre teoria e prática na educação, nesse caso especificamente, no ensino técnico.

Nossa pesquisa foi realizada no Campus Avançado Cabedelo Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Nosso objetivo é fazer um recorte com os docentes do Curso técnico em Transporte Aquaviário, na forma subsequente ao ensino médio, turma esta, pioneira do ensino regular no Campus.

Com o objetivo da melhor compreensão, voltamos nossos olhares para o processo de desenvolvimento histórico da educação brasileira, enfatizando o surgimento das leis, decretos, resoluções que norteiam a educação profissional técnica até os dias atuais.

Para essa análise, refletimos sobre a relação entre educação e trabalho, educação e capitalismo, educação e cidadania, pautando por uma educação humanizadora. Logo após, dialogamos sobre o papel docente nesse processo, enquanto agente de transformação, buscando compreender a dicotomia presente entre teoria (conceitos e discursos) e prática (ação docente).

A pesquisa bibliográfica possibilitou o conhecimento sobre o que já foi publicado, discutido e criticado em relação ao tema. Assim, nossa pesquisa acerca

das temáticas supracitadas, está fundamentada, dentre outros autores, em SAVIANI (2004, 2008, 2013), FREIRE (2004, 2006), BUFFA (2010), FRIGOTTO (2005), PERRENOUD (2000).

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental, val-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 1987, p. 73).

Na pesquisa documental, recorreremos ao Plano Pedagógico de Curso (PPC), ao atual Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB (PDI 2015 – 2019), à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), ao Parecer CNE/CEB Nº 11 de 09 de maio de 2012, à resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012, à resolução nº 1 de 05 de dezembro de 2014 (CNCT); à lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (criação dos Institutos Federais), dentre outros.

Segundo Lüdke e André,

A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (...) Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. (p. 38 e 39).

A pesquisa documental corresponde a uma técnica exploratória, de baixo custo e de caráter subjetivo, fato este, alvo de críticas dos pensadores que defendem a importância da objetividade na Ciência.

Desta maneira, recorreremos à pesquisa bibliográfica para refletirmos e dialogarmos criticamente com os autores, numa perspectiva dialética, analisando pontos e contrapontos da Educação Profissional técnica, interligada a uma visão de educação humanizadora, bem como as concepções dos docentes sobre seu papel e atuação nesse processo.

A pesquisa documental permeia nossa investigação, pois nos traz os primeiros indícios, ao perscrutarmos se as técnicas e as características de uma educação humanizadora estão presentes no PPC do curso, para que a partir desse e de outros documentos possamos perceber as possíveis contradições nos discursos dos docentes.



A etapa posterior da nossa pesquisa foi a entrevista, que segundo Gil,

É uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. (...) é, portanto, uma forma de interação social. (...) uma forma de diálogo assimétrico em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (p.113).

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas nas pesquisas, propiciando o acesso imediato às informações requeridas, a partir das perguntas e respostas feitas num momento que tem como característica, a interação. Assim, por ter esse caráter dialógico, permite a clareza de determinadas questões não compreendidas, pouco aprofundadas. (LÜDKE E ANDRÉ, 1986).

Há diversos tipos de entrevista, mas vamos mencionar aqui, a semi-estruturada, pois foi a utilizada em nossa pesquisa, por ser mais flexível, livre e possível de modificações e esclarecimentos. Esse tipo de entrevista é conceituado por Trivinos (1987) como

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (p.146).

Na entrevista semi-estruturada é utilizado um questionário pré definido, passível de alterações durante a entrevista, de acordo com as necessidades e respostas do entrevistado. É preciso, portanto, cuidado para que as perguntas feitas não direcionem as respostas, mas que sejam claras e livres de intenções, sendo possível fazer o registro através de anotações ou com a utilização de gravadores. (GIL, 1987).

A entrevista em nossa pesquisa aconteceu com 5 professores que lecionam no Curso técnico em Transporte Aquaviário, onde considerando as relações sociais, as contradições e a individualidade de cada docente, reconhecendo seu essencial papel nesse processo de busca e luta do devir, fizemos perguntas acerca do curso, sobre seus conhecimentos sobre a educação profissional técnica, sua relação com a educação humanizadora e quais suas concepções sobre essa relação, buscando analisar, através de seu discurso. Com o decorrer do diálogo, pode ocorrer a alteração, adequação e/ou modificação das perguntas, de acordo com a necessidade na obtenção das informações.

Buscamos seguir as etapas sugeridas por Gil (1987), sendo as entrevistas previamente agendadas e realizadas nas dependências do IFPB Cabedelo Centro. Foram gravadas para que assim, haja a categorização do conteúdo das respostas para a análise, destacando o cumprimento de todos os procedimentos éticos.

Partimos assim, para a análise e interpretação dos dados, que segundo Lüdke e André (p. 45),

Analisar os dados qualitativos significa ‘trabalhar’ todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis.

Assim, para subsidiar a análise dos dados qualitativos, utilizamos a Análise de Conteúdo, estabelecido por Bardin (1977) *como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”*. (p. 38). Utilizamos a análise do conteúdo com a visão de possibilidade na consolidação da interpretação dos dados colhidos nas entrevistas, aprimorando assim, nossa compreensão da realidade.

Assim, com o objetivo de melhor compreender a realidade, buscamos analisar como as práticas docentes no IFPB Cabedelo Centro têm sido desenvolvidas, considerando a educação profissional técnica numa perspectiva de educação humanizadora, confrontando os resultados das entrevistas com a pesquisa documental e bibliográfica.

Nessa etapa, iremos categorizar as respostas obtidas, pois,

As respostas fornecidas pelos elementos pesquisados, tendem a ser as mais variadas. Para que essas respostas possam ser adequadamente analisadas, torna-se necessário, portanto, organizá-las, o que é feito mediante o seu agrupamento em certo número de categorias. (GIL, 1987, p. 167).

Ao fim dessas etapas, buscaremos elaborar uma síntese conclusiva das nossas análises e dessa forma, contribuir para a ampliação dos conhecimentos acerca do nosso objeto de estudo, tema tão pertinente na sociedade capitalista que vivemos, com o intuito de que outros pesquisadores se sintam motivados a indagar, questionar e investigar os princípios e características da educação profissional técnica, como aliada à cidadania e à humanização de todos os envolvidos no processo educacional.

O trabalho será estruturado em quatro capítulos. O primeiro apresenta os caminhos da pesquisa, apontando as inquietações que despertaram o interesse em

estudar a temática. Discorre sobre a justificativa, temas, metodologia e objetivos propostos, lançando um olhar sobre a educação profissional técnica a partir de reflexões sobre o desenvolvimento histórico da educação brasileira, perpassando pelas leis, decretos e diretrizes que a regulamentam.

O capítulo dois evidencia o percurso histórico da educação profissional técnica no Brasil, debruçando inicialmente para o processo de desenvolvimento educacional brasileiro desde a colonização ao surgimento de leis, decretos e resoluções que permeiam a educação profissional, refletindo posteriormente sobre a relação entre educação e trabalho na formação profissional. Importante ressaltar que esse recorte histórico é imprescindível para nossa pesquisa, pois pensando dialeticamente, e sabendo que todo conhecimento é passível de aprimoramento e transformação, precisamos conhecer o passado, considerando seus momentos e movimentos históricos, as contradições existentes, sempre refletindo sobre a realidade atual e assim, possibilitar maior aproximação com nosso objeto de pesquisa.

O capítulo três aborda a temática da educação humanizadora, explicitando sua influência na formação integral do ser humano, respeitando seus limites e especificidades. Salaria a importância de uma formação docente para uma educação plural, atenta para as necessidades do sujeito enquanto cidadão, buscando cessar a dicotomia existente entre teoria e prática, visando uma educação que possibilite a ascensão de cada aluno como protagonista de sua história, atuando de forma consciente e crítica na sociedade.

O capítulo quatro apresenta o campo empírico da pesquisa, o município de Cabedelo, historicizando a implantação do IFPB Campus Avançado Cabedelo Centro, bem como o curso técnico em Transporte Aquaviário, apresentando uma breve análise do Projeto Pedagógico de curso. Aborda os impasses, contexto e realidade educacional do Instituto, para então analisar, através das concepções de docentes, a educação profissional técnica numa perspectiva de educação humanizadora.

## 2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA: PERCURSOS HISTÓRICOS NO BRASIL

Neste capítulo, evidenciaremos o percurso histórico da educação profissional técnica no Brasil, nos debruçando inicialmente para o processo de desenvolvimento educacional brasileiro desde a colonização ao surgimento de leis, decretos e resoluções que permeiam a educação profissional, refletindo posteriormente sobre a relação entre educação e trabalho na formação profissional.

A finalidade do capítulo é dialogar com os teóricos acerca do assunto, de modo a aprofundarmos nossos conhecimentos e subsidiar nossa análise na Contemporaneidade. Entendemos que seja importante refletirmos sobre o desenvolvimento histórico da educação brasileira, buscando reconhecer a influência nas características atuais da educação profissional técnica.

Esse recorte histórico é imprescindível para nossa pesquisa, pois pensando dialeticamente, e sabendo que todo conhecimento é passível de aprimoramento e transformação, precisamos conhecer o passado, considerando seus momentos e movimentos históricos, as contradições existentes, sempre refletindo sobre a realidade atual e assim, possibilitar maior aproximação com nosso objeto de pesquisa.

(...) para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e todas as suas conexões. (...) a dialética é contrária a todo conhecimento rígido. Tudo é visto em constante mudança: sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma. (GIL, 1987, p.32).

Ao final desse capítulo, esperamos que, de maneira mais aprofundada, possamos caminhar para a análise da possibilidade e/ou existência de um entrelaçamento entre educação profissional técnica, a partir de uma prática que considere a perspectiva da educação humanizadora como formação do sujeito para o exercício da cidadania.

Ao lançarmos um olhar sobre a educação profissional técnica na atualidade, é imprescindível tecermos algumas reflexões sobre o desenvolvimento histórico da educação brasileira, ao qual desenvolveu-se de forma elitista, desde o início da colonização, onde o ensino formal era direcionado aos filhos dos colonos, cabendo à população indígena os conhecimentos dos instrumentos de pesca e caça, e os

necessários aos afazeres domésticos, tarefas essas passadas tradicionalmente, de geração a geração, aos homens e mulheres respectivamente.

Os sacerdotes foram os primeiros professores brasileiros, que tinham formação europeia e buscavam através da aculturação impor novos valores e práticas, de maneira que os traços significativos dos indígenas fossem mínimos. A organização pedagógica seguia o modelo europeu, descontextualizado assim, da realidade da colônia.

O Estado Brasileiro é marcado por uma sociedade escravista, onde a pequena burguesia, detentora das riquezas e do poder era instruída, enquanto a camada popular era responsável pelos serviços e árduo trabalho.

A promulgação da primeira Constituição Brasileira, em 1824, acentuou as discussões para a compreensão de uma escola pública e laica. Para Saviani (2013),

Além de necessária, a instrução deve ser pública, pois ela diz respeito ao exercício da soberania, sendo, assim, uma questão de liberdade pública e não de liberdade privada. Sem ela o novo soberano, o povo, não pode exercer a soberania. Cabe, portanto, ao poder público garantir sua homogeneidade, desenvolvê-la e protege-la. (p.121 e 122).

Surge posteriormente a iniciativa privada, a inserção cada vez maior das mulheres no magistério público, com influências do Positivismo na formação dos professores, tendo logo depois a consolidação do estado republicano, que dentre os discursos, fortaleceu-se a ideia de que o Estado fosse responsável pela instrução pública e que esta, fosse acessível a toda população. Esse processo segundo Saviani,

(...) alterou a instrução pública em variados aspectos como a ampliação da rede de escolas; o aparelhamento técnico-administrativo; a melhoria das condições de funcionamento; a reformulação curricular; o início da profissionalização do magistério; a reorientação das práticas de ensino; e, mais para o final da década, a penetração do ideário escolanovista. (p.177).

Inicialmente, a educação profissional tinha um caráter assistencialista, mas a partir do século XX, passou a ter como objetivo a preparação de operários para o exercício profissional, sendo criadas, em 1909, pelo então presidente Nilo Peçanha, as Escolas de Aprendizes Artífices.

Com o processo de industrialização no Brasil, na década de 30, o sistema capitalista foi consolidado. Esse sistema valorizava sobretudo a obtenção de lucros e assim, o homem era considerado um meio de obtenção do produto, despontando a necessidade de uma escola que forme mão de obra qualificada.

Assim, para atender as exigências do novo sistema produtivo resultante da revolução industrial, as primeiras escolas técnicas, tem o objetivo de capacitar os trabalhadores, com funções e características específicas para as diversas profissões. Os trabalhadores precisavam saber manusear adequadamente os novos instrumentos e as novas técnicas.

Acentuou-se com isso, as desigualdades sociais, sendo reproduzida a ideologia dominante, trazendo a tona discursos utilizados ainda na época da colonização, em que quanto menos a população fosse instruída, menos capacidade de reivindicação, de luta teria.

Posteriormente, houve a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4.024), em 1961, período marcado por interesses e conflitos políticos, mas que em suma, continuou privilegiando apenas uma determinada classe, sendo os cursos profissionalizantes direcionados a ser solução das exigências do mundo do trabalho. Essa lei foi precedida por ajustes em 1971, durante o período militar, até sua promulgação mais recente em 1996.

Dessa forma, o ensino técnico teve como característica a transmissão linear e utilitarista dos conteúdos, deixando de lado os conhecimentos e saberes humanísticos que contribuíssem para a formação de cidadãos. Esse tipo de ensino era composto pelas classes médias baixas, sendo estigmatizado de forma preconceituosa.

Não vamos nos estender no momento, ao resgate histórico da educação profissional técnica, o que pretendemos ressaltar, em sucintas palavras são as marcas encontradas atualmente, oriundas de um contexto excludente. A educação profissional técnica sempre foi direcionada aos órfãos, trabalhadores rurais, operários e trabalhadores das classes menos favorecidas.

Assim, como poderiam essa população, marcada pela opressão, lutar por um ensino livre, democrático, que lhes possibilitassem ter voz no mundo? Como buscar a superação, citada mais na frente por Paulo Freire (2006) da situação de opressor, visto que a ideologia dominante era tida como soberana? Como sentir parte de uma sociedade? Como reivindicar direitos desconhecidos? Como ser sujeitos de suas próprias histórias? Como ser cidadão? Afinal, o que significa o termo cidadania? A escola seria responsável por essa formação? Os docentes deveriam ensinar sobre isso?

É importante deixar claro que o propósito é falar em cidadania, que leve em conta a participação de todo o indivíduo nas diversas esferas da sociedade: social, cultural, econômica, política, etc., de modo que possa buscar, a partir de sua ação, a transformação de sua realidade.

Martins (2000) em seu livro “Ensino técnico e Globalização”, traz reflexões sobre o conceito de Cidadania segundo a visão de Gramsci, analisando os recortes históricos, oriundos das cidades-estados gregas, onde um dos critérios para a categoria de cidadão eram as riquezas possuídas. Com o feudalismo, os espaços se restringiam ao clero e a nobreza, excluindo os demais, incluindo a burguesia.

Com a chegada do capitalismo, houve a inserção da burguesia na esfera política, que passou a agir de acordo com os seus interesses em detrimento dos demais. Martin afirma que, *“a modernidade supõe cidadãos na forma de sujeitos participantes da vida da comunidade, na sua gestão e, principalmente, na definição dos caminhos a seguir para enfrentar os problemas presentes”*. (p. 39 e 40).

Segundo Martin um dos pressupostos da cidadania seria

garantir mecanismo de participação para que os homens possam expressar-se e, assim, projetar mecanismos e relações coerentes com seu modo de ser histórico no mundo, dando a cada um dos indivíduos a igual possibilidade de participar na definição dos rumos de seu próprio destino. (p. 43).

Nesse sentido, Paulo Freire chamava a atenção para que a classe desfavorecida, os oprimidos, reconheça seu papel no mundo, reconhecendo-se como sujeitos e busquem superar a ideologia dominante que os exclui. Para que isso ocorra, é fundamental despertar a reflexão sobre a sociedade, sua posição no mundo. Sem voz não há luta. Sem luta não há o que ouvir. Sem ações não há mudanças. Sem mudanças não há libertação.

Dai, a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica no reconhecimento crítico, na “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais. (2004, p. 18).

Após discussões sobre o tema, Martins conclui que,

Cidadania é a participação dos indivíduos de uma determinada comunidade em busca da igualdade em todos os campos que compõem a realidade humana, mediante a luta pela conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, objetivando a posse dos bens materiais, simbólicos e sociais. (p.58).

Desvela-se, portanto, o entrelaçamento dos termos cidadania e humanização. Humanização e libertação. *“os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer*

*do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade*". (p. 11). O ser humano ao ter consciência de si mesmo e de seu papel histórico no mundo estarão aptos a lutarem por sua humanização, sua libertação. É sabendo-se inacabado, que o homem reacende sua vocação ontológica – o "ser mais".

A educação humanizadora tem por visão possibilitar ao indivíduo sua libertação, a partir do despertar de uma consciência crítica, que o instigue a buscar seus próprios direitos, sua independência, sua participação ativa na sociedade, superando a concepção de uma educação baseada nos pressupostos técnicos e mecânicos, mas uma educação que valorize o ser humano enquanto sujeito que sabe agir sobre si e sobre o mundo.

A partir dessas reflexões podemos perceber que formar sujeitos críticos, pensantes e reflexivos não foi um projeto principal dos governadores, nem do sistema capitalista. Assim, há a necessidade emergente das escolas romperem com os modelos tradicionais de educação e contribuam na formação de sujeitos autônomos.

Vale salientar aqui, que a profissão docente no Brasil enfrenta muitos desafios, como a falta de valorização, os salários baixos, o desrespeito, além de diversos problemas relativos à violência e a infraestrutura, levando a uma constante desmotivação e a fuga dos profissionais. Segundo Saviani (2013),

Eis aí o drama atual do professor. Na verdade ele também é vítima da inclusão excludente. No espírito da concepção neoprodutivista, os dirigentes esperam que o professor exerça todo um conjunto de funções com o máximo de produtividade e o mínimo de dispêndio, isto é, com modestos salários. Claro que, se o professor fosse bem remunerado no âmbito de uma carreira docente que lhe garantisse jornada integral numa única escola, ele poderia exercer, sem maiores problemas, as mencionadas funções. Mas, trabalhando em várias escolas de comunidades diferentes, como pode ele, além de ministrar grande número de aulas para garantir uma remuneração minimamente satisfatória, participar da elaboração do projeto pedagógico dessas várias escolas, de sua gestão e, além disso, da vida dessas diferentes comunidades? (p.450).

Vemos a necessidade de políticas públicas voltadas para a superação dos problemas que perpassam todo o processo de formação docente. Os cursos de formação inicial precisam se inteirar das necessidades da realidade atual, favorecendo a construção da identidade profissional, priorizando saberes e competências que considerem essas demandas.



Importante também destacar a necessidade de reflexão constante sobre a prática, de modo que essa formação não seja adstrita a teorias descontextualizadas, mas que os docentes saibam usar pedagogicamente os conhecimentos adquiridos na sua formação inicial e reflitam, de modo a aprimorar sua ação. Freire pontou que *“é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”*. (p.18).

Ao dialogarmos sobre essas problemáticas, parece-nos ser uma justificativa plausível para o possível descompromisso dos docentes, no entanto, devem ser fatores instigadores para a educação humanizadora, pois ao contribuir com o despertar dos alunos, podem se libertar; ao desenvolver a criticidade abre novos horizontes e novos sujeitos para lutarem pelo fim das desigualdades. Utopia? Esse é o discurso de muitos, mas não devemos nos ater a isso, mas sim fortalecer o enfrentamento e a busca por direitos e consequentemente, liberdade.

(...) não se enfatiza a educação como pré-condição da cidadania, nem interessa a instrução do povo para torná-lo ordeiro no convívio social. O que interessa é que o povo continue no seu lugar: “Logo que podem trabalhar, têm que arranjar qualquer trabalho, com o qual possam garantir a sua subsistência”. A função da gente comum é cooperar para o progresso, trabalhando. (p. 61 e 62).

Ao analisarmos a citação acima, indubitavelmente nos remonta aos tempos dos jesuítas, em que a educação dos indígenas tinha por objetivo domesticá-los, de modo que não interferissem nas decisões dos colonizadores. Ainda hoje, em pleno século XXI, vemos pensamentos tão retrógrados em relação à educação, demonstrando assim, as dificuldades encontradas no decorrer da história educacional brasileira. Isso nos ajuda a constatar o quanto ainda há batalhas e barreiras a serem enfrentadas e derrubadas.

Assim sendo, discutir a temática em questão apresenta-se como ferramenta primordial no atual momento em que nos encontramos. Buscaremos assim, a partir da investigação das concepções docentes como a relação do ensino técnico com a educação humanizadora tem sido considerada na educação profissional, especificamente do Campus Avançado Cabedelo Centro.

Torna-se essencial conhecer o desenvolvimento histórico, para que as discussões feitas nos propiciem um arcabouço que propiciem a compreensão da educação profissional técnica e contribua para as próximas pesquisas referentes à temática.

## 2.1 BREVES REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira desenvolveu-se de forma elitista desde os primórdios, com a chegada dos colonizadores, acompanhados dos Jesuítas, que buscavam através da catequese “educar” os povos indígenas. Educar nesse contexto corresponde a “domesticar” por meio da aculturação, com o objetivo de aproximar-se desses povos e utilizarem a terra sem nenhum impedimento.

Os indígenas até então, utilizavam a terra apenas para sua subsistência, organizados, com suas próprias regras e educação, tendo como cerne para o estabelecimento de funções, a divisão sexual dos trabalhos, ou seja, homens e mulheres tinham papéis diferenciados, mas todos participavam da vida em sociedade. A cultura, modos, valores, eram passados de geração a geração, tradicionalmente.

A presença das técnicas era uma das características da educação indígena, pois estes aprendiam as estratégias para a caça, a manusear as diferentes armas, a ter atenção para as atividades de pesca, isto é, não houve a preocupação de ensiná-los a pensar e/ou discutir sobre sua maneira de agir, mas a executar o seu trabalho com o objetivo de extrair cada vez mais bens da natureza.

A educação brasileira teve como uma de suas características, a influência estrangeira, já que os primeiros educadores tinham formação europeia, e assim, a estrutura pedagógica seguia os moldes da Metrópole, ignorando o contexto social, os limites, a cultura e a realidade da Colônia. A educação limitava-se a domesticação, a partir do ensino religioso, não apresentando ainda, intenções de formação.

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (...), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. (ROMANELLI, 1986, p. 34).

No Brasil Colonial, a educação foi compreendida em quatro fases: a primeira, conhecida como “período heroico”, entre 1549 a 1570, tinha por base um plano desenvolvido pelo Padre Manuel da Nóbrega, que entre seus ensinamentos, se preocupava com as especificidades da Colônia, mas devido sua precariedade foi logo suplantada.

A segunda fase corresponde de 1570 a 1759, tendo por característica, o *Ratio Studiorum*, de caráter universalista e elitista, que excluiu a população indígena. A

terceira fase, entre 1759 a 1808, corresponde ao período pombalino. (SAVIANI in STEPHANOU, 2004).

Com as reformas pombalinas no Brasil, por volta de 1759, e com o início da realização de concursos e a nomeação dos primeiros professores régios, buscava-se instituir as aulas régias em substituição as aulas jesuíticas. Segundo Saviani (2013, p. 107), *“tinham como objetivo criar a escola útil aos fins do Estado em substituição àquela que servia aos interesses eclesiásticos”*. Percebe-se nesse momento interesses políticos com os ideais laicos e visando a superação das ideias religiosas.

A quarta fase, denominada de “período joanino”, período de 1808 a 1822, se caracteriza pela chegada de D. João VI ao Brasil e se encerra com a Independência. (SAVIANI in STEPHANOU, 2004). Nesse período foi criado o Colégio das Fábricas, que estaria responsável pela educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal. (GARCIA, 2000).

O desenvolvimento do Estado Brasileiro é marcado por características de uma sociedade escravista, onde a pequena burguesia, detentora das riquezas e do poder era instruída, enquanto a camada popular era responsável pelos serviços e árduo trabalho.

A promulgação da primeira Constituição Brasileira, em 1824, acentuou as discussões para a compreensão de uma escola pública e laica. Para Saviani (2013),

Além de necessária, a instrução deve ser pública, pois ela diz respeito ao exercício da soberania, sendo, assim, uma questão de liberdade pública e não de liberdade privada. Sem ela o novo soberano, o povo, não pode exercer a soberania. Cabe, portanto, ao poder público garantir sua homogeneidade, desenvolvê-la e protegê-la. (p.121 e 122).

Em 1826, Januário da Cunha Barbosa, elaborou um projeto minucioso de ensino, dividido em quatro graus: o primeiro (as pedagogias); o segundo (os liceus), o terceiro (os ginásios) e o quarto (as academias), sendo destinado ao segundo grau, a formação profissional do indivíduo. Podemos perceber nesse momento, os primeiros indícios da formação voltada especificamente para a profissão, no entanto, essa proposta não vigorou sendo substituída pelo projeto de criação das “Escolas de Primeiras Letras”, que abrangiam dentre outros, a leitura, a escrita e as quatro operações. (SAVIANI, 2013).

Surge posteriormente a iniciativa privada, a inserção cada vez maior das mulheres no magistério público, com influências do Positivismo na formação dos

professores, tendo logo depois a consolidação do estado republicano, que dentre os discursos, fortaleceu-se a ideia de que o Estado fosse responsável pela instrução pública e que esta, fosse acessível a toda população. Esse processo segundo Saviani (2013),

(...) alterou a instrução pública em variados aspectos como a ampliação da rede de escolas; o aparelhamento técnico-administrativo; a melhoria das condições de funcionamento; a reformulação curricular; o início da profissionalização do magistério; a reorientação das práticas de ensino; e, mais para o final da década, a penetração do ideário escolanovista. (p.177).

Com a República intensificou o caráter dual da educação brasileira, isto é, uma educação para a classe dominante, e uma educação para o povo, com características e especificidades próprias. Para Romanelli (1986, p. 42) *“a dualidade do sistema educacional brasileiro (...) representava a dualidade da própria sociedade escravocrata, de onde acabara de sair a República”*.

Na década de 30, estabeleceu-se no Brasil, de forma definitiva, o sistema Capitalista. Sistema este, que tinha a concepção do homem como meio de obtenção de produto (conceito que aprofundaremos mais adiante), desencadeando novas demandas ao sistema educacional.

Vale ressaltar que essa década foi influenciada pela agricultura cafeeira, marcante no Centro-sul do país, e marcada por uma série de movimentos e revoluções, culminando na Revolução de 30, devido ao assassinato de João Pessoa, que resultou na saída do então presidente Washington Luís e a posse de Getúlio Vargas.

Esse novo governo estabeleceu “um amplo programa de reformas sociais, administrativas e políticas”, criando os “ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, da Educação e Saúde Pública”. (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 301). Houve assim o incentivo ao desenvolvimento industrial, favorecendo a geração de empregos, e com as reivindicações por melhores condições de trabalho, o surgimento dos sindicatos.

Diante desses fatos, e com o avanço das tecnologias, a escola passou a ter como papel a formação de mão de obra para atuar no sistema de produção, disseminando as escolas técnicas, de forma a desenvolver nos trabalhadores, o manuseio adequado das técnicas específicas para cada profissão.

O mais importante nesse contexto não eram as necessidades e interesses dos alunos, mas a organização dos meios que resultariam na produção. Com isso,

houve um aumento das desigualdades sociais, reproduzindo os interesses da classe dominante como únicos e absolutos. Destarte, na escola eram ensinados os assuntos intelectuais e científicos para a classe dominante, já à classe dominada eram ensinados o trabalho manual e suas multífaces, deixando de lado as disciplinas que propiciavam a reflexão.

Foi durante esse governo que intelectuais, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto e Lourenço Filho escreveram o Manifesto dos Pioneiros. Defendiam uma educação comum, acessível a todos, através da organização de uma escola pública, única, gratuita e obrigatória. De acordo com o Manifesto (1932),

A laicidade, (...) coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, (...) respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, (...). A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. A obrigatoriedade (...) é mais necessária ainda "na sociedade moderna em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem" (...). A escola unificada não permite ainda, entre alunos de um e outro sexo outras separações que não sejam as que aconselham as suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo em todas as instituições "a educação em comum" ou coeducação, que, pondo-os no mesmo pé de igualdade e envolvendo todo o processo educacional, torna mais econômica a organização da obra escolar e mais fácil a sua graduação. (p. 193, 194).

Assim, em 1934, foi promulgada uma nova Constituição, bastante criticada por Getúlio Vargas, não obtendo êxito, sendo em 1937, precedida por outra, escrita por Frederico Campos, atribuindo amplos poderes ao chefe do Executivo, perdurando até a queda de Vargas, em 1945, e o fim do Estado Novo.

A partir da Constituição de 1946, "reestabelecem-se elementos que integraram o programa de reconstrução educacional dos pioneiros da Educação Nova", dentre os quais "a exigência de concursos de títulos e provas para o exercício do Magistério" e a "competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional". (SAVIANI, 2013, p.281).

Assim sendo, houve ainda muitos debates e discussões, sendo promulgada em 1961, a primeira lei de diretrizes e bases da educação (Lei 4.024), precedida após ajustes em 1971, durante o período militar, até sua promulgação mais recente (Lei 9.394) em 1996.

Podemos observar algumas semelhanças e diferenças, ao compararmos a Constituição Federal (1988) com a atual LDB (1996). A Constituição define,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo a LDB,

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Percebemos que as referências das leis citadas acima, defendem uma educação, que ao valorizar o ser humano, busque contribuir na formação integral do mesmo, respeitando seus limites, particularidades, de modo que, enquanto cidadão, atue na sociedade e esteja devidamente qualificado para as atividades profissionais.

No entanto, ao dialogarmos com os autores que nos fazem refletir sobre a história brasileira, constatamos claras contradições e divergências entre discurso e prática, principalmente numa visão onde o mais importante era ter, em detrimento do ser. Ou seja, para a manutenção do poder, mesmo com os constantes debates de transformação educacional, o mais comum era a predominância dos ideais da ideologia das elites, que quanto mais tinham, mais queriam.

Considerando o ser humano enquanto sujeito de interações, que interage com a sociedade e com o meio ambiente em que está inserido, entendemos que, desde os primórdios, essas questões não foram cernes do sistema educacional. Os fatos que nortearam a história da educação são movidos por privilégios, manutenção de poder e riqueza de uma minoria. Podemos ver nas reflexões acima que, não foram considerados as relações sociais, a luta pelo fim das desigualdades, a diversidade cultural, pontos ainda presentes em nossa Contemporaneidade.

Diante disso, refletiremos um pouco sobre o processo de desenvolvimento histórico da educação profissional técnica, desde a sua origem até os dias atuais, assim, buscaremos dialogar com as leis, resoluções e decretos que permeiam esse processo.

## 2.2 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Interligada ao processo histórico, a educação profissional surgiu por volta de 1808, a partir da criação do Colégio das Fábricas, sendo precedido pela criação de várias Instituições ao longo do século XIX, apresentando inicialmente um caráter assistencialista. A partir do século XX passou a ter como objetivo a preparação de operários para o exercício profissional, sendo criadas, em 1909, pelo atual Presidente Nilo Peçanha, as Escolas de Aprendizes Artífices, direcionados ao ensino profissional, primário e gratuito.

Com o processo de Industrialização no Brasil, marcado pela Cafeicultura, na década de 30, houve muitas transformações econômicas e políticas, com a implantação definitiva do sistema Capitalista, trazendo consequentemente, novas demandas para a educação. Podemos ressaltar que devido a Revolução Industrial, o ensino humanista era frequentado pela burguesia, ao passo que o ensino técnico e profissional, pelas classes populares.

(...) as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. (ROMANELLI, 1986, p. 59).

Vemos aí o interesse político e econômico influenciando mais uma vez o sistema educacional. O importante não é a formação do ser humano enquanto pessoa, mas sim o meio para a obtenção do lucro, assim o trabalhador estava sendo moldado para as demandas do setor industrial, marcado predominantemente pelo Capitalismo. A partir daí, surge o trabalho assalariado e, consequentemente o aumento da procura por educação.

Em 1927, foi sancionado o projeto “Fidélis Reis”, que dentre outras questões, previu a oferta obrigatória do Ensino Profissional no País, sendo criada em 1931 a Inspeção do Ensino Profissional e Técnico.

Com os debates e discussões acerca de uma escola laica, gratuita e obrigatória, o Manifesto dos Pioneiros, redigido em 1932, com ideias semelhantes à concepção marxista, buscava superar os ideais da escola tradicional, e tinha por visão uma escola voltada não limitada a uma classe, mas acessível a todos os indivíduos. Dentre outros aspectos, defende o trabalho como meio absoluto para tornar o indivíduo útil, tornando o Estado, o principal responsável de promover uma

educação comum, acessível e igual para todos. (SAVIANI, 2013). Para Romanelli (p.146),

O momento histórico pedia pois, que a educação se convertesse, de uma vez por todas, num direito, porque, na verdade, ela é um direito biológico do ser humano e, como tal, deve concretizar-se e, para tanto, deve estar acima de interesses de classe. (...) deve vincular-se efetivamente ao meio social, saindo a escola de seu secular isolamento.

Romanelli afirma ainda que a educação sempre se manteve atrasada em relação ao desenvolvimento histórico, pois ao buscar soluções para os problemas educacionais, sempre recorriam ao passado, estando assim, descontextualizados do momento proposto.

O tipo de escola que passou a expandir-se foi o mesmo que até então educara as elites e essa expansão, obedecendo (...) às pressões da demanda e controlada pelas elites, jamais ocorreu de forma que tornasse universal e gratuita a escola elementar e adequado e suficiente o ensino médio superior. Assumindo a forma de uma luta de classes, a expansão da educação no Brasil, mormente a contar de 1930, obedeceu às normas da instabilidade própria de uma sociedade heterogênea profundamente marcada por uma herança cultural academicista e aristocrática. (p.61)

A Constituição de 1937 trouxe de forma mais específica, trechos relacionados ao ensino técnico, profissional e industrial e a transformação das Escolas de Aprendizizes Artífices em Liceus Profissionais.

De acordo com o documento do MEC (2007) sobre a educação profissional e tecnológica, posteriormente foram promulgados decretos-leis que normatizaram a educação nacional, conhecida com Reforma Capanema, a saber: Decreto nº. 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº. 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº. 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº. 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº. 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal; Decreto nº. 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola; o Decreto-Lei nº 8.621/46, que criou o SENAC e o Decreto-Lei nº. 4.048/1942, da criação do serviço nacional de aprendizagem dos industriários (SENAI), hoje integrado ao Sistema S.

Do ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social. (SAVIANI, 2013, p. 269).



Assim, para atender as exigências do novo sistema produtivo resultante da revolução industrial, as primeiras escolas técnicas, tiveram o objetivo de capacitar os trabalhadores, com funções e características específicas para as diversas profissões. Os trabalhadores precisavam saber manusear adequadamente os novos instrumentos e as novas técnicas.

A evolução do ensino técnico teve como característica a transmissão linear e utilitarista dos conteúdos, deixando de lado os conhecimentos e saberes humanísticos que contribuíssem para a formação de cidadãos. Esse tipo de ensino era composto pelas classes médias baixas, sendo estigmatizado de forma preconceituosa.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4.024) promulgada em 1961, durante o governo de João Goulart, trouxe autonomia aos Estados e “*o tratamento igualitário conferido aos diversos ramos do ensino médio, abolindo a discriminação contra o ensino profissional que marcou as leis orgânicas do ensino herdadas do Estado Novo*”. (SAVIANI, 2013, p. 307).

Entendemos que a educação não deveria ser dividida em classes, mas que, sobretudo, buscasse a formação de sujeitos críticos, criativos, que conscientes de sua realidade, lutem pela superação das desigualdades e o predomínio da sociedade estruturada em classes. Através das relações sociais, do diálogo com o outro, o indivíduo tem a capacidade de se expressar, opinar e ter direito a voz. Segundo Paulo Freire (2004, p.44),

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo *pronunciar*.

Em 1971, durante o governo militar, foi aprovada a Lei nº 5.692 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, aprofundou a tendência produtivista, em decorrência do sistema capitalista, estabelecendo assim, o ensino profissionalizante como única finalidade do ensino de 2º grau, com o objetivo de atender as demandas da Industrialização.

(...) se a procura de pessoal aumenta, a presença apenas da oferta de trabalho não significa emprego. Entre uma e outra, está a exigência de qualificação para a adequação às atividades próprias de cada nível e ramo de hierarquias de ocupação. A educação, portanto, passar a ser encarada como o único caminho disponível, para as classes médias, de conquistar

postos e, para as empresas, de preencher os seus quadros. (ROMANELLI, 1986, p. 205 e 2016).

Tendo em vista essas novas demandas, foi necessária a adequação do sistema escolar, para que a produção não fosse prejudicada. Enquanto isso, as escolas privadas mantinham seu ensino propedêutico, atendendo prioritariamente, a elite. Ou seja, em síntese, a preparação para o trabalho, devendo estar apto a trabalhar por um longo período ao dia era responsabilidade do ensino público, enquanto os conhecimentos científicos ficavam a cargo do ensino privado, direcionado à classe menos favorecida e à elite respectivamente, ressaltando assim, as desigualdades sempre presentes na sociedade brasileira.

Difundiram-se, então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista”. (SAVIANI, 2013, 369).

A racionalidade, a eficiência e a produtividade são os protagonistas da Pedagogia Tecnicista, preocupando-se com a organização dos meios, não estando atento às necessidades dos alunos e professores. O importante numa educação baseada nessa pedagogia é o aprendizado do fazer. Assim, ao analisarmos essas influências no meio educacional, concordamos com Martins (2000, p.23) ao resumir: *“a escola do saber para a burguesia e a escola do fazer para os trabalhadores, tornando o discurso burguês em defesa do princípio da igualdade uma simples retórica, sem ressonância na prática”*.

Portanto, é possível afirmarmos que a educação profissional técnica sempre esteve interligada ao trabalho, pois seu desenvolvimento apresenta características, tais como: a necessidade de mão de obra qualificada, a preocupação em atender as demandas oriundas da Indústria, as influências do Sistema Capitalista. Os teóricos relatam as dicotomias existentes entre o ensino público e privado, contrapondo aos ideais do ensino que contribua com a preparação para o trabalho, bem como a formação geral do indivíduo, sendo a Pedagogia Tecnicista bastante pertinente nesse contexto.

A década de 80 foi marcada por movimentos que reivindicavam uma pedagogia preocupada com os “interesses dos dominados”, destacando aí a promulgação da Lei 7.044/1982, retirando do ensino de 2º grau, a obrigatoriedade do ensino profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação (9.394/96) apresenta, em seu artigo 35, o ensino médio como etapa final da educação básica, tendo por finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A educação profissional técnica baseia-se por esses mesmos objetivos, sendo desenvolvida na forma articulada ao ensino médio ou subsequente, direcionada aos que já concluíram a etapa. Ainda segundo a LDB, parágrafo único do artigo 36, a educação profissional técnica segue:

- I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Em 1997, foi promulgado o Decreto 2.208 apresentou a reforma da educação profissional. Segundo Martins (2000) esse decreto apresentava uma noção do trabalho ainda baseada no fordismo/taylorismo, concepção essa já superada em decorrência do Capitalismo. Tinha por intenção, *“não é a de produção de conhecimento, mas de sua simples aplicação, abdicando das principais forças produtivas”* (MARTINS, 2000, p. 91). O autor traz, em síntese, características do mesmo, a saber:

- 1) foi elaborado autoritariamente;
- 2) é anacrônico, pois reordena a formação profissional nos moldes já superados pela própria dinâmica cambiante do processo produtivo atual;
- 3) a modularização proposta também não se coaduna com a lógica da produção atual, o que tem como implicação a deterioração da qualidade das instituições com nível mais elevado de excelência;
- 4) deteriora, em especial, a qualidade das escolas técnicas federais;
- 5) reproduz a dualidade existente na sociedade;
- 6) constitui-se em um filtro ao ensino superior;
- 7) abre a possibilidade de repasse de verbas do erário às instituições privadas; e, por fim,
- 8) compromete a soberania nacional. (p.91)

Devido às características supracitadas, esse decreto foi bastante criticado e lutavam para que fosse revogado, dando lugar a uma concepção emancipatória na classe trabalhadora, ou seja, buscava-se despertar na sociedade a necessidade de lutar por um ensino “unitário e politécnico”, de modo a transformar a estrutura da educação brasileira.

Com o Capitalismo, houve o incentivo da participação do trabalhador, ao opinar, sugerir, pois este, muitas vezes é o que mais conhece sobre o setor produtivo, devido a sua constante demanda diária.

Com isso, no decorrer da história brasileira, percebemos uma busca pela superação das dicotomias existentes entre a educação básica e a educação profissional técnica, no entanto, persistiam-se os discursos de predominância dos ideais dominantes. Não houve a elaboração de políticas voltadas para essa superação, ficando restrito aos discursos.

Em 2003, com o governo Lula, acreditava-se que o mesmo propiciaria um amplo e melhor acesso, em especial dos trabalhadores aos bens sociais, econômicos, culturais, educacionais, mas isso não ocorreu tão repentinamente. Dessa maneira, entre 2003 e 2004, intensificaram-se os debates acerca das características do ensino médio e da educação profissional em âmbito nacional. A proposta era a integração da formação geral e profissional, ou melhor dizendo, a elaboração de um currículo geral, que considerasse e possibilitasse essas mudanças.

Em 2004 foi promulgado o Decreto nº 5.154 que regulamentou o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 ao 41 da Lei 9.394/96, possibilitando assim, a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.

Esse decreto apareceu num momento de crise no ensino médio, com a inexistência de qualidade do ensino médio, e com os crescentes números de jovens excluídos do ensino médio, mesmo estando na idade adequada. Daí, a educação de jovens e adultos torna-se essencial nesse contexto, de modo a superar essa realidade, alcançando todos que não tiveram acesso a educação na faixa etária correspondida.

A educação de jovens e adultos, portanto, deve ter um currículo próprio, atento as características dos sujeitos participantes, reconhecendo sua posição,

devendo considerar a relação trabalho-educação no processo educacional. Segundo Freire (2008, p. 35), essa educação deve ser desenvolvida,

refletindo sobre suas condições espaço-temporais, introduz-se nelas, de maneira crítica. Quanto mais for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço temporal, mais “emergerá” dela conscientemente “carregado” de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser simples espectador, mas deve intervir cada vez mais.

Em 2005, a lei 11.195 propiciou a expansão da oferta de educação profissional, construindo assim, novas unidades de ensino. Logo em seguida, houve a promulgação do Decreto 5.840, em 2006, que instituiu o PROEJA – Programa Nacional de Integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, que assegurou a possibilidade de acesso e continuidade dos estudos dos jovens que não tiveram acesso na idade adequada, tendo a preocupação em valorizar seus aspectos culturais, sociais, econômicos, bem como suas condições de vida e de trabalho.

Em 2007, o grande marco é o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, perdurando até o ano de 2010, tendo alcançado durante esse período, diversas regiões brasileiras, integrando assim, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Na Paraíba, com a promulgação da lei 11.892/2008, o então CEFET (Centro de Educação Tecnológica na Paraíba) passa a condição de Instituto, sendo referência em educação profissional em todo o Estado. O IFPB desenvolve atividades nas modalidades presencial e a distância, através de cursos regulares e os cursos de curta e média duração, direcionados àqueles que procuram qualificação, profissionalização e re-profissionalização, a fim de aprofundar seus conhecimentos e aptidões técnicas para o exercício da profissão.

Com a fase II do Plano de Expansão, o IFPB ampliou suas atividades em cinco cidades, a saber: Picuí, Monteiro, Princesa Isabel, Patos e Cabedelo, atuando dessa forma no Litoral, Brejo e Agreste, Seridó Oriental e Curimataú Ocidental, Cariri e Sertão.

O IFPB atua na preparação para o mundo do trabalho, mas focado também na formação do cidadão, reconhecendo assim, o valor da cultura regional e local onde cada Campi está inserido. Para que uma nova unidade seja implantada, é realizado todo um estudo, uma análise, de maneira que possa contribuir

positivamente para a região e proximidades. Segundo o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015 – 2019), tem por missão:

Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (p. 17).

Os cursos de educação profissional técnica do IFPB seguem as normas, leis e regulamentos específicos e estão de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, considerando a carga horária, os eixos temáticos e competências necessárias a determinada área. Recebe alunos para os cursos técnicos integrados, subsequentes, ensino superior, além de desenvolver programas e/ou cursos voltados para a formação/qualificação de profissionais trabalhadores, tendo normas específicas a cada modalidade de ensino.

O IFPB ao reconhecer sua responsabilidade social, prima por trabalhar baseando-se nos princípios de ética, inovação, qualidade, excelência, transparência, respeito, com compromisso social e ambiental. Atua em programas como o PRONATEC, CERTIFIC, PROEJA, Mulheres Mil, buscando alcançar aqueles que, por algum motivo não conseguiram concluir e/ou se qualificar na idade adequada. Portanto, para inserir um curso em alguma região, busca conhecer as necessidades e identidades locais, de maneira a minimizar os possíveis problemas encontrados em uma determinada área.

Não podemos olvidar que a matriz curricular dos cursos integrados abrangem disciplinas de formação geral e disciplinas de preparação básica para o trabalho, enquanto a dos cursos subsequentes limitam-se àquelas consideradas essenciais para a formação profissional.

Nesse momento, percebemos que ainda há discrepâncias em relação a educação profissional técnica, pois como será possível formar cidadãos críticos, criativos e ativos, se não lhe é permitido uma formação adequada? Se não lhe é estimulado a pensar, questionar, indagar sobre sua realidade? Há ainda, sem dúvida, contradições no que se propõe, através de discursos bem teorizados, aplaudidos e o que de fato acontece. Pelo contrário, há sempre um óbice na construção de pontes que interliguem os dois pressupostos, ponto essencial para o enfrentamento e possível superação da desigualdade, preconceito, tão marcante no

desenvolvimento da educação profissional técnica. Freire (2008, p.18) refletiu bem sobre as escolas técnicas ao salientar que,

A sociedade fechada se caracteriza pela conservação do *status* ou privilégio e por desenvolver todo um sistema educacional para manter este *status*. Estas sociedades não são tecnológicas, são servis. Há uma dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual. Nestas sociedades nenhum pai gostaria que seus filhos fossem mecânicos se pudessem ser médicos, mesmo que tivessem vocação de mecânicos. Consideram o trabalho manual degradante; os intelectuais são dignos e os que trabalham com as mãos são Indignos. Por isso as escolas técnicas se enchem de filhos das classes populares e não das elites.

Eis aqui um dos dilemas da educação profissional técnica. É preciso vencer a ideologia dominante, que dita regras e normas e as tem como soberana e legítima. É preciso que cada indivíduo reconheça seu papel na sociedade, não apenas como mão de obra e reproduzidor dos ideais da elite, mas enquanto sujeito que se expressa, participa ativamente das decisões do ambiente em que está inserido.

A educação profissional técnica surgiu como resposta às necessidades do sistema Capitalista, mas que apresenta valores e objetivos bem mais amplos que esses, necessitando assim, do aumento de diálogos e debates acerca do assunto, visando sua melhoria.

Através dessas reflexões sobre o percurso histórico da educação brasileira, bem como um olhar mais aprofundado para o desenvolvimento da educação profissional técnica, podemos afirmar a presença de uma estreita ligação entre educação e trabalho, e que esta se acentua na modalidade de ensino que estamos estudando. Entendemos assim, que tecermos alguns comentários sobre essa relação, a partir do diálogo com os teóricos que abordam a temática, nos ajudará a aprimorar nossos conhecimentos, subsidiando e respaldando as informações necessárias à nossa pesquisa.

## 2.3 EDUCAÇÃO E TRABALHO: CAMINHOS DO ENSINO TÉCNICO

Ao longo de nossas reflexões acima, podemos perceber a interligação da educação profissional técnica com o trabalho, visto que o processo de desenvolvimento histórico perpassou por esse caminho. O ensino técnico em sua base constituinte primou por uma educação preocupada em abraçar as demandas oriundas da indústria, ou seja, demandas essas caminhando lado a lado com o trabalho.

O caráter dual da educação, o sistema capitalista, fez com que o indivíduo transferisse ao trabalho, um meio possível de ascensão social e econômica, seguindo os discursos de que quanto mais se dedicasse ao trabalho, melhores condições de vida teria. Entretanto, esse discurso não estava aliado às condições trabalhistas, aos salários e ambientes inadequados, pelo contrário, era comum o trabalhador ser exposto a uma longa jornada, em troca de salários baixíssimos. Por não ter uma escolaridade melhor, fator que aumentava ainda mais as desigualdades sociais, era praticamente obrigado a se submeter a essas situações, como forma de sobrevivência.

Sabemos que trabalho e educação são atividade inerentes ao ser humano e assim, baseando-se em nossos estudos, nos vem alguns questionamentos: Como o trabalho aliado ao capitalismo molda as relações sociais? Qual a influência do trabalho na educação? O que estruturou a soberania do trabalho na educação profissional técnica? Como lidar com uma proposta de ensino tradicional, mecânico, teórico, considerando a valorização da formação geral do indivíduo?

Historicamente, trabalhar sempre foi uma característica atribuída ao homem, ora para atender suas necessidades básicas, a exemplo dos indígenas que trabalhavam com o objetivo de garantir sua sobrevivência, ora para atender aos pedidos daqueles que queriam a todo o custo obter lucro a partir da atividade do outro.

Como já vimos, a educação brasileira desenvolveu-se de forma desigual, notadamente aqueles que possuíam riquezas. Esses, buscavam ter sempre mais e mais, muitas vezes estando alheios ou mesmo conscientes, através da exploração humana no trabalho.

Com os indígenas, os colonizadores fizeram um acordo de troca, no entanto, esse acordo só trazia benefícios para os colonizadores, pois ficavam com as riquezas naturais extraídas da terra, enquanto aos índios eram dados objetos de valor irrisório, como por exemplo, espelhos e escovas.

O trabalho dessa forma, também contribui para a divisão de classes, pois a mão de obra empregada é daqueles da classe menos favorecida, ao passo que, os que recebem o lucro são sempre os que já possuem riqueza e que, conseqüentemente, detêm o poder na sociedade.

As demandas oriundas do sistema capitalista foram determinantes para o desenvolvimento da educação no Brasil, tendo sido recorrido à teoria do capital



humano, para a elaboração de suas características básicas. Nesse ponto, buscaremos refletir sobre conceitos relacionados à relação educação e trabalho, educação e capitalismo, educação e capital humano, de modo a subsidiar a compreensão e influência dessas relações na educação profissional técnica contemporânea.

Entre as décadas de 60 e 70, difundiu-se os ideais da teoria do Capital Humano, que surgiu a partir das necessidades da indústria capitalista, que requeria mão de obra qualificada que fosse responsável, através da sua força de trabalho pela obtenção de lucro, sendo atribuída à educação, a incumbência de formar esses profissionais. Segundo Frigotto (2006, p. 40) *“A educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Nesse sentido é um investimento como qualquer outro”*.

A educação, ao preocupar-se em atender as demandas do Capitalismo, torna-se um meio de valorização dos ideais dominantes, e dessa forma, os investimentos voltam-se para a manutenção e retorno para o capital. Segundo Frigotto (2006, p.67)

Como elemento de uma função de produção, o educacional entra sendo definido pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do "capital humano", fruto do investimento realizado, para a produção econômica. Assim como na sociedade capitalista os produtos do trabalho humano são produzidos não em função de sua "utilidade" mas em função da troca, o que interessa, do ponto de vista educativo, não é o que seja de interesse dos que se educam, mas do mercado. Neste contexto o ato educativo, definido como uma prática eminentemente política e social, fica reduzido a uma tecnologia educacional.

A educação é vista ainda, como uma possibilidade de melhores condições de vida e distribuição de renda entre classes. Porém, questões necessárias a essa disseminação não são debatidas e consideradas nessa relação. A função social passa a convergir com os ideais da Teoria da Capital Humano, pois ao considerar a tríade indivíduo-escolarização-renda, busca formar qualificadamente, sujeitos para atuar no mundo do trabalho.

É depositada na educação a expectativa de que esta possa, através da mobilidade social, melhorar os mecanismos de distribuição de renda e inserção produtiva, através do preparo dos indivíduos para o mercado de trabalho (OLIVEIRA, 1997, p. 91).

Indo de contra ao discurso de melhoria dos “mecanismos de distribuição de renda”, a educação baseada nos ideais da Teoria do Capital Humano, é vista como um meio de reprodução dominante e responsável em atender as demandas do

sistema vigente. A partir da conformidade, alienação, a ideologia dominante é disseminada e a elite é colocada no alto, como detentora de poder, conhecimento, ideias, Ciência.

Seguindo as ideias da Teoria do Capital Humano, os problemas sociais existentes, seriam solucionados através da educação, pensamento esse que acaba inibindo os debates necessários, de forma a resolver os diversos fatores que contribuem, influenciam, intensificam para o aumento das desigualdades brasileiras, sejam elas, sociais, econômicas, políticas, culturais.

Se pararmos para questionar: Como iniciou e disseminou o processo de desigualdade no Brasil? Podemos afirmar, fazendo uso de nossas análises acima, que é decorrente de todo processo histórico, a partir da separação do branco do índio, do branco do negro, do pobre e do rico. As desigualdades estiveram presentes no sistema educativo proposto na Colônia, no processo de escravidão, daqueles que eram trazidos de outros países, como prisioneiros, para serem mão de obra, trabalhando em condições precárias e sem remuneração.

Índios, negros e pobres deveriam trabalhar para sobreviver. Mesmo no decorrer da história, com a Lei Áurea, em 1888, por exemplo, consolidando o fim da escravidão, os escravos, por serem duramente discriminados e não terem escolarização, continuavam a realizar trabalhos desumanos, com as mesmas características do período da escravatura. Ainda hoje, percebemos vestígios de ambientes e jornadas de trabalho que se igualam fielmente a esse modelo.

A educação então, deveria ser um espaço de libertação, reflexão e mudança, no entanto o condicionamento e a conformidade foram imperantes nos ideais da Teoria do Capital Humano, atribuindo ao sujeito a responsabilidade do problema da desigualdade.

Se todos os indivíduos são livres, se todos no mercado de trocas podem vender e comprar o que querem, o problema da desigualdade é culpa do indivíduo. Ou seja, se existem aqueles que têm capital é porque se esforçaram mais, trabalharam mais, sacrificaram o lazer e pouparam para investir. (FRIGOTTO, 2006, p. 73).

Ao considerarmos essa ótica, cabe ao indivíduo, buscar a todo o custo, trabalhar para que sua renda aumente e conseqüentemente, ganhe um lugar melhor na hierarquia social. Esse conceito pode ser chamado aqui de alienação, pois além do sacrifício diário do indivíduo, não são os motivos pessoais que determinam, acentuam e perpetuam as desigualdades sociais.

O trabalhador era estimulado a trabalhar mais, levando-o a consequentemente, produzir mais, enquanto o salário e as condições trabalhistas permaneciam sem alterações. A mais-valia assim, caracteriza-se pelo trabalho que não é pago, ou seja, o trabalhador produz a riqueza, mas quem acumula e enriquece são os grandes empresários e gerentes.

Se atentarmos para esse traço, facilmente podemos definir que a educação profissional técnica, em sua proposta inicial, buscava nessa situação preparar indivíduos para essa realidade, de modo que o mesmo trabalhasse, e mesmo gerando trabalho excedente, permanecesse reproduzindo por ter apreendido como seu papel.

Dessa forma, a educação, em vez de ser um espaço de reflexão, diálogo, interação, torna-se um ambiente propício a formar indivíduos “adestrados” para atuar como mão de obra. Os discursos de ascensão social e econômica através do trabalho exaustivo, apresentam-se como uma panaceia, pois acentua a estagnação do trabalhador, que vê nessa situação sua única esperança, deixando de lutar por uma transformação justa. O sistema escolar assim, parece andar lado a lado e de mãos dadas com o Capitalismo, considerando o atendimento a essas necessidades como cerne do processo educativo.

Historicamente, a educação profissional técnica desenvolveu-se com o intuito de atender essa população carente, que entendia a educação como um meio de crescimento, sem ter a consciência de que os interesses da classe dominante estariam sendo aceitos e/ou reproduzidos involuntariamente por eles.

A educação institucionalizada (...) serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (...) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Nesse entendimento, era nítido a ausência de preocupação com a formação geral do trabalhador, desconsiderando o sujeito enquanto ser que constrói e aprimora seus conhecimentos a partir do diálogo com o outro, nas relações sociais, opinando, discordando, em constante movimento. Paulo Freire ressalta essa ideia ao afirmar que “*o diálogo é o encontro dos homens mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu*” (2004, p. 45).

Assim, através do diálogo, o sujeito desenvolve conceitos, aprofunda seus conhecimentos sobre a realidade em que está inserido, podendo questionar, interrogar o modelo social vigente, sendo ativo, participativo, reflexivo, atuante, capaz de lutar por transformações reais e concretas.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (p. 45).

O termo “educação e trabalho” é encontrado prioritariamente na educação das camadas populares, sugerindo que a partir do trabalho as transformações seriam possíveis e o indivíduo poderia alcançar objetivos pessoais. Para Martins (2000),

A escola das camadas populares é forjada na união com o trabalho “desinteressadamente”, pois almeja a liberdade concreta, não só para uma pequena parcela do coletivo social, mas universalmente, já que o processo de libertação da classe subalterna implica no fim das classes sociais, na libertação de todas as camadas sociais, do homem universalmente. (p.28).

No Brasil, a força de trabalho requerida pelas novas demandas da indústria, vinha da formação de indivíduos da classe menos favorecida, afirmando que essa formação seria a solução para os seus problemas sociais. Dessa forma, o indivíduo se submetia a longas e duras horas de trabalho, em lugares muitas vezes precários, insalubres, na esperança de melhorar sua condição de vida. Porém, na prática, não houve o desenvolvimento de políticas públicas que viabilizassem transformações na sociedade, e conseqüentemente no mundo do trabalho.

Trata-se de uma relação conflitante e antagônica, por confrontar de um lado as necessidades da reprodução do capital e do outro, as múltiplas necessidades humanas. Negatividade e positividade, todavia, teimam em coexistir numa mesma totalidade e num mesmo processo histórico e sua definição se dá pela correlação de força dos diferentes grupos e classes sociais. O fantástico progresso técnico que tem o poder de dilatar o grau de satisfação das necessidades humanas e, portanto, da liberdade humana, e que tem estado sob a lógica férrea do lucro privado, ampliando a exclusão social, não é uma predestinação natural, mas algo produzido historicamente. (FRIGOTTO, 2003, p. 139).

Nesse processo, visando atender às necessidades do sistema Capitalista, durante o século XX, duas formas de organização de produção industrial influenciaram a visão produtivista e o desenvolvimento de uma pedagogia tecnicista na educação: o taylorismo e o fordismo.

A visão produtivista da educação empenhou-se no primeiro período, entre os anos de 1950 e 1970, em organizar a educação de acordo com os ditames do taylorismo-fordismo através da chamada “pedagogia tecnicista” (...) quando se buscou transportar para as escolas os mecanismos de objetivação do trabalho vigentes nas fábricas. (LOMBARDI et.al, 2005, p. 23).

A influência do taylorismo-fordismo na educação caracterizou-se pelo aumento da comparação do homem com a máquina, levando assim a finalidade da educação à formação de mão de obra barata, qualificada para atender ao mercado, ou seja, o principal era formar para a produtividade. Para melhor compreensão dessas duas formas de organização, sintetizamos abaixo algumas características:

**Quadro 1:** Formas de organização: Taylorismo e Fordismo

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	CONCEITO	CARACTERÍSTICAS
TAYLORISMO	Criado por Frederick Winslow Taylor, no final do século XXI. Seu principal objetivo era a execução de uma tarefa, com o mínimo de tempo e máximo de aproveitamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divisão social e técnica do trabalho;</li> <li>- Realização de atividades simples, repetitivas e padronizadas;</li> <li>- Supervisão humana como forma de controle para o sistema produtivo;</li> <li>- Incentivos e recompensas salariais como estratégia de motivação e aumento da produtividade;</li> <li>- Disciplina e organização na distribuição das atividades.</li> </ul>
FORDISMO	Criado por Henry Ford, em 1914. Tinha por finalidade a redução máxima dos custos de produção, de maneira a baratear os produtos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Linhas de montagem;</li> <li>- Trabalhador executava uma tarefa específica;</li> <li>- Repetição e desgaste excessivo;</li> <li>- Qualificação mínima e baixos salários;</li> <li>- Produção e consumo em massa.</li> </ul>

Dessa maneira, na educação predominava a valorização de um currículo voltado para modos de fazer, ressaltando a disciplina, sem se preocupar em contribuir na elaboração/aprimoramento de conhecimentos por parte do trabalhador, ficando as funções intelectuais e científicas restritas aos dirigentes. Ao trabalhador então, cabia ensinar, através da memorização e da repetição, o manuseio de partes específicas da produção, não sendo necessário a visão geral do processo.

A partir dessa afirmação, podemos destacar que a formação geral do indivíduo foi posta de lado, pois com o taylorismo-fordismo predominava as

respostas padrões, sequenciais, a partir da reprodução de conteúdos repetitivos, de maneira linear e fragmentada.

O sistema escolar era organizado de maneira rígida, acentuando mais uma vez, o caráter dual do ensino: o ensino regular, destinado aos dirigentes; e o ensino profissional, voltado aos trabalhadores.

Os modelos fordista/taylorista influenciaram a indústria até meados do século XX, a partir do processo de reestruturação produtiva, dando lugar posteriormente na educação, aos ideais da escola behaviorista, que tinha a “parte humana” como principal. Ou seja, vemos que teoricamente perduraram até a década de 70, mas ainda hoje, constatamos vestígios oriundos desse sistema de produção, mesmo que aparentemente mais flexível.

Como superar então esse conceito? Como enfrentar os discursos dominantes e lutar pelo fim das desigualdades sociais? Como transformar uma sociedade marcadamente elitista, racista, dominadora em uma justa, igualitária e democrática?

Partindo do pensamento de Freire, o desenvolvimento da criticidade do indivíduo pode ser um primeiro passo, pois ao ter consciência da realidade, saindo da condição de alienação, e reconhecendo as divergências entre os direitos destinados a dominadores e dominados, lutar pelo fim dessa realidade.

Tratar sobre essa temática é passível muitas vezes de críticas, mas torna-se fundamental em nossa pesquisa, para que conheçamos o desenvolvimento que permeou o processo atual. Só assim, poderemos nos posicionar com propriedade, analisando e refletindo, buscando contribuir com o desenvolvimento dos conhecimentos epistemológicos sobre o objeto estudado. Segundo Freire (2006),

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (p.30).

Dessa forma, é necessário que o indivíduo, atuando criticamente, busque através de uma relação dialógica, libertar-se. A partir da ação-reflexão-ação, o homem tem a possibilidade de transformar a si mesmo e a sociedade em que está inserido.

Ao refletirmos sobre o trabalho aliado ao capitalismo e sua relação com a educação, vemos que historicamente determina a divisão em classes sociais, pois enquanto o indivíduo que supervisiona, comanda e acumula o capital mantém-se na classe elitista, detentora do poder, o trabalhador que demanda sua força de trabalho para o sistema está muitas vezes afastado dos direitos sociais.

Dessa forma, por apresentar um caráter dual, o trabalho está aliado à educação, especialmente a profissional, pois mesmo apresentando nos dias atuais, valores e objetivos voltados para a formação geral do indivíduo, valoriza, muitas vezes de maneira exacerbada, as demandas produtivas do mercado.

Com a superação do modelo de produção taylorista/fordista, surgem novos conceitos e princípios na educação como a autonomia, a participação, a gestão democrática, direcionando a toda a sociedade a responsabilidade de uma escola pública e de qualidade. No entanto, o sistema capitalista vigente não retira a busca por uma formação mecânica do indivíduo, pois com a competitividade, cada vez mais crescente, quanto mais qualificado, mas apto estará para concorrer às vagas no ambiente trabalhista.

Em pleno século XXI, e com a constante “negação” de um sistema de ensino tradicional, voltado para a organização racional do trabalho, percebemos através dos currículos dos cursos técnicos, que ainda não foram totalmente substituídos. A educação então precisa integrar teoria e prática, com o objetivo de uma formação geral do indivíduo, movidos de conhecimentos científicos e tecnológicos, a partir de uma ótica dialética, na qual a educação não esteja restrita apenas a preparação para o trabalho.

“a escola do trabalho” deve ser entendida como processo social complexo, agir humano, movimento de ideias e ações que acompanham a introdução do trabalho na escola com um princípio educativo. (LOMBARDI et. al, 2005, p. 126).

Assim, como tratar da relação trabalho – educação nos dias atuais? Relação essa que esteja baseada numa perspectiva crítica e reflexiva? Que propicie aos alunos uma compreensão ética da realidade? Veremos no próximo capítulo as características da educação humanizadora e como é fundamental no desenvolvimento do ambiente de ensino.

### **3 POR UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA: CAMINHOS PARA UMA FORMAÇÃO CIDADÃ ÉTICA E PROFISSIONAL**

Neste capítulo, abordaremos a temática da educação humanizadora, explicitando sua influência na formação integral do ser humano, respeitando seus limites e especificidades, bem como o papel docente nessa perspectiva educacional. Ao analisarmos o contexto em que se desenvolveu a educação brasileira, marcada pela separação no sistema educativo, principalmente pós 30, em que a escola passou a ter como uma de suas funções, formar mãos de obras qualificadas para atender as novas demandas do Capitalismo, reconhecemos a importância de estudarmos a temática do diálogo e da ética no ensino técnico, bem como o papel docente como facilitadores de uma educação plural, atenta as necessidades do sujeito enquanto cidadão, buscando a superação da dicotomia entre teoria e prática, visando uma educação que possibilite a ascensão de cada aluno como protagonista de sua história, atuando de forma consciente e crítica na sociedade.

Para subsidiar nossos estudos, dialogaremos com alguns autores que tratam da temática, tais como: Brandão (2002), Freire (2004, 2006, 2008), Gadotti (2003), Martins (2000), Pimenta (2002), Tardif (2002). O objetivo ao final do capítulo é termos aprofundado nossas reflexões acerca do assunto em questão, para que assim, munidos de conhecimento, possamos dialogar com nossa abordagem da pesquisa.

Ao falarmos em educação humanizadora, nos remetemos à uma educação que propicie que o sujeito se expresse, que busque o fim da divisão de classes, ainda predominante nos dias atuais, decorrente do processo histórico da educação brasileira. Como já vimos anteriormente, processo esse marcado pelas relações de poder e submissão, em que um pequeno grupo detinha as decisões na sociedade e apresentavam um discurso absoluto de soberania. Martins (2000, p. 9) afirma que:

A sociedade política, por sua vez, é uma extensão da sedimentação ideológica promovida pela sociedade civil, que se expressa nos aparelhos e atividades coercitivos do Estado, visando adequar as massas à ideologia dominante, sua economia e modos de produção.

Assim, como educar considerando a formação integral do indivíduo? Como levar em conta uma educação humanizadora num contexto de exclusão, discriminação e negação como a educação profissional técnica? Sabemos que educação é um ato político e dessa forma, é necessário a criação de projetos, leis,



decretos e/ou resoluções que contribuam para a melhoria da educação, que seja de qualidade e acessível a todos. No entanto, contrariando as lutas por igualdade, acessibilidade, poucos foram os avanços políticos educacionais, visto que sempre prevaleciam os interesses dos dominantes.

A humanização caracteriza-se pelos princípios de ética, valorização e respeito ao ser humano, resgatando assim, valores humanísticos, muitas vezes ignorados pelo espírito de competitividade, individualismo, tão presentes no contexto social vigente. Trabalhar a humanização requer o rompimento de paradigmas tradicionais que emergiram desde os primórdios da colonização. É preciso superar as desigualdades sociais, políticas, econômicas, intensificadas com o advento do capitalismo e da globalização.

Educar como processo de humanização, é propiciar ao sujeito a saída de um estado de alienação, podendo transformar-se a si mesmo e o ambiente ao seu redor. Dessa forma, na humanização é primordial que o sujeito reconheça a si mesmo, a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica, primando por sua libertação, interrogando e problematizando o mundo em que está inserido. De acordo com Freire (2004, p. 38),

A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Assim sendo, urge a necessidade de uma educação problematizadora, em lugar de uma educação bancária, que reconhece o sujeito apenas como um objeto vazio, ao qual está apto a receber as informações que lhe forem impostas, reproduzindo-as sem nada questionar.

A educação problematizadora possibilita o pensamento reflexivo, em que o sujeito ao refletir sobre sua ação pode muda-la e/ou aprimorá-la de maneira crítica e reflexiva. *“(...) a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade. (...) busca a emersão das consciências, de que resulte sua inserção crítica na realidade”.* (FREIRE, 2004, p. 40).

### 3.1 ENTRELAÇANDO ÉTICA E HUMANIZAÇÃO NO ENSINO TÉCNICO

A educação é um processo permanente ao sujeito, pois a aprendizagem, que ocorre não apenas no ambiente escolar, mas em todos os espaços de relação social, nunca acaba, havendo sempre novos conhecimentos, novas atualizações. A educação, nesse sentido, propicia os mecanismos para a humanização de cada indivíduo, a partir do respeito à diversidade e a pluralidade existente, atentando por princípios da ética, responsabilidade e qualidade educacional.

Cada indivíduo é inconcluso e inacabado, reconhecendo-o como tal e por isso, um ser que questiona, que transforma, sendo assim um ser atuante na sociedade, que busca sempre aprender, visando ser mais. É a partir dessa consciência que é possível a luta pelo fim das dicotomias existentes entre aqueles que estão no poder, conhecidos como os opressores, e aqueles que são mantidos longe das decisões, devendo apenas acomodar-se, os oprimidos.

Uma educação pautada na ética, deve respeitar cada indivíduo, independente de cor, raça, religião ou classe social, propiciando sua autoconscientização e reflexão, com as quais pode significar e/ou (re)significar sua ação. Educação essa, que considere e valorize a realidade e os saberes do educando, assumindo assim, o compromisso com a sociedade, de maneira responsável e política.

O cerne da relação entre humanização e ética na educação, fundamenta-se na formação de cidadãos críticos, criativos e conscientes, dispostos a lutarem pela transformação por uma sociedade justa, igualitária, democrática e sustentável, desmitificando a ideia de que devem estar passivos aos interesses dominantes.

O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade se faz cada vez mais urgente na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora. (FREIRE, 2002, p.17).

O excerto acima apresenta um dos desafios da educação, ao passo que, educar para a transformação requer a quebra de paradigmas que perduram há muito tempo. Busca despertar no indivíduo a consciência de sua realidade e de sua posição na sociedade, que através da reflexão, pode ser modificada.

Por um longo período histórico, e ainda com vestígios nos dias atuais, tinha-se a ideia de que, o melhor era manter o povo acomodado, para que não houvesse

questionamentos sobre o modo de agir daqueles que estavam no comando da sociedade.

A mídia apresenta-se como um importante instrumento no processo de acesso à informação, pois o indivíduo tem a possibilidade de recorrer a diversos sites, redes sociais para verificar a veracidade ou não dos fatos. É notório que, com o avanço das tecnologias e da acessibilidade as mesmas, surge paralelamente a necessidade de adaptação das instituições escolares, de modo que não se torne um ambiente ultrapassado ou estagnado frente às mudanças sociais e tecnológicas que ocorrem aceleradamente. Kenski (2012, p.47) salienta que,

Em relação à educação, as redes de comunicação trazem novas e diferenciadas possibilidades para que as pessoas possam se relacionar com os conhecimentos e aprender. Já não se trata apenas de um novo recurso a ser incorporado à sala de aula, mas de uma verdadeira transformação, que transcende até mesmo os espaços físicos em que ocorre a educação. A dinâmica e a infinita capacidade de estruturação das redes colocam todos os participantes de um momento educacional em conexão, aprendendo juntos, discutindo em igualdade de condições, e isso é revolucionário.

Diante dessas circunstâncias, é importante ressaltar que, uma educação preocupada com a ética e com a humanização, ao considerar a tecnologia como uma ferramenta de ensinar e aprender, necessita estar atento a essas questões, contribuindo na formação de sujeitos aptos a recebê-las e utilizá-las de maneira adequada. Ainda segundo Kenski (p.64),

(...) a educação escolar tem de ser mais do que uma mera assimilação certificada de saberes, muito mais do que preparar consumidores ou treinar pessoas para a utilização das tecnologias de informação e comunicação. A escola precisa assumir o papel de formar cidadãos para a complexidade do mundo e dos desafios que ele propõe. Preparar cidadãos conscientes, para analisar criticamente o excesso de informações e a mudança, a fim de lidar com as inovações e as transformações sucessivas dos conhecimentos em todas as áreas.

Assim sendo, reforça-se o discurso de um ambiente educativo que contribua no desenvolvimento integral do indivíduo, buscando formar sujeitos para atuarem qualificadamente no meio profissional, bem como sendo seres pensantes, questionadores, reflexivos, que não se intimidem ou baixem a cabeça diante das informações que lhe são passadas, mas busquem encontrar soluções para lidar com as diversas situações do seu dia a dia de maneira crítica.

A educação, portanto, intencional e planejada, busca atingir determinado fim e para isso, ações são desenvolvidas para cumprir esse objetivo. No entanto, a

realidade é que muitas vezes, essa finalidade está permeada de ideologia e ilusões, marcado por interesses políticos e ilegítimos distante das necessidades reais da maioria da população.

Essencial é vencer os ideais oriundos da lógica de mercado do Capitalismo, que valoriza a divisão de classes e diferenças na educação, como estudamos anteriormente. É fundamental que ao pensar e desenvolver políticas públicas para a educação, sejam consideradas as mudanças ocorridas no meio social, econômico, político, cultural, e conseqüentemente, educacional.

Educar para a inovação e a mudança significa planejar e implantar propostas dinâmicas de aprendizagem, em que se possam exercer e desenvolver concepções sócio-históricas da educação – nos aspectos cognitivo, ético, político, científico, cultural, lúdico e estético – em toda a sua plenitude e, assim, garantir a formação de pessoas para o exercício da cidadania e do trabalho com liberdade e criatividade. (KENSKI, 2012, p.67)

O sujeito aprendente não chega mais na escola alheio as transformações históricas e sócias, pelo contrário, traz consigo uma visão de mundo, de sociedade e de si mesmo, ou seja, uma bagagem de informações que precisam ser valorizadas e respeitadas. A partir dos conhecimentos prévios do sujeito é possível desenvolver conhecimentos científicos. Freire (1996, p. 15), afirma que é dever da escola,

não só respeitar os saberes com que os educandos chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino de conteúdos.

Destarte, como devem ser desenvolvidos os currículos dos cursos técnicos, visando a formação integral do indivíduo? Como propiciar uma visão além do simples manuseamento das técnicas? Propiciando momentos de interação e reflexão que conduzam a uma formação ética e cidadã? De que maneira as instituições escolares devem atualizar suas disciplinas, de modo a garantir o respeito e a valorização do ser como um todo?

Para alcançarmos uma educação que abarque positivamente essas indagações acima, é importante que haja o diálogo. Diálogo que permite a troca de ideias, de informações, a partir do qual o indivíduo se educa, pois assim como afirma Freire (2004, p.39), *“ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”*.

Ao propormos uma reflexão sobre a importância do diálogo na prática educativa, utilizaremos bastante as ideias de Paulo Freire, que nos trouxe essenciais considerações acerca da temática.

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (...). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. (FREIRE, 2006, p.114).

Conversar, falar, dialogar são características próprias do ser humano. Ninguém consegue viver isolado do mundo e assim, o diálogo é um meio de interação social, pois a partir dele, as pessoas podem expressar-se, refletir sobre dado assunto, questionar, modificar o pensamento e sua postura.

O diálogo é algo existencial, não imposto, pois se assim fosse, prevaleceria o monólogo, onde um apenas diria a palavra, e outro apenas absorveria. É a partir do diálogo que o sujeito conhece a si e o outro e distingue-se das demais espécies, pois apresenta a capacidade, através da linguagem, de comunicar-se.

A palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Não há consciências vazias, por isto os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo. (p.11).

Dessa forma, uma educação humanizadora deve estar baseada no diálogo, atentando para saber ouvir o outro, construindo novos saberes. É importante salientar que o diálogo só é significativo quando se dá de maneira horizontal e não vertical, possibilitando a reflexão pelos sujeitos envolvidos.

Ao tecermos um olhar sobre o desenrolar da educação profissional técnica no Brasil, podemos afirmar com veemência que não houve uma ação dialógica e reflexiva, mas sim de domesticação, onde o objetivo era formar mãos de obras adestradas para as atividades profissionais, em detrimento de seres pensantes e comunicativos.

Voltamos assim, a ideia da educação problematizadora, que tem como característica principal, o diálogo, superando o que ainda é comum percebermos nas instituições escolares: o incentivo a memorização e repetição dos conteúdos dados.

A educação brasileira sempre teve o atraso como uma de suas características e mesmo que muitos pensadores e educadores tenham discutido a fim de que as

políticas públicas pudessem melhorar a educação, a partir de uma abordagem reflexiva, o comum era ver uma educação bancária, onde predominava-se as classes enfileiradas, valorizando prioritariamente o silêncio, a postura, a disciplina e o acerto. Aos alunos eram dados a opção de responder as questões de igual modo como repassado pelo professor. Freire (2004, p.34), resume as características dessa educação como,

- a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
- b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
- c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a estudam docilmente;
- e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados;
- f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos, os que seguem a prescrição;
- g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador;
- h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele;
- i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele;
- j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos.

Uma educação em que o aluno não é o sujeito, não tem sua voz ouvida, não pensa, nada sabe, devendo apenas seguir a imposição, através da alienação, não há humanização, não há libertação, em vez disso, acomodação e aprisionamento.

Ao fazermos um paralelo dessa realidade educacional com a dos dias atuais, percebemos muitos traços de uma educação que molda e forma para a competitividade e individualidade, ressaltando, mesmo que indiretamente, o discurso de ter, de ser superior ao outro, deixando-se sobressair sobre as ideias de coletividade, de interação com o outro, pela qual o indivíduo se humaniza.

Na educação profissional técnica essas características são bem mais acentuadas, pois os cursos tendo um tempo menor, na elaboração das ementas, acabam diminuindo ou excluindo disciplinas fundamentais para a formação ética e cidadã, visando uma maior visibilidade das disciplinas técnicas. Há intrinsecamente, uma exigência para que os sujeitos desse processo sejam preparados para as demandas trabalhistas o mais rápido possível.

Diante de um quadro de crescimento nas taxas de desemprego, os cursos técnicos vem sendo bastante procurados na esperança de uma solução

emergencial. Assim, é urgente a necessidade de enxergar esses indivíduos enquanto sujeitos, munidos de conhecimentos, que precisam de uma formação, além das técnicas, mas articulando educação profissional, cidadã e ética.

É a partir de uma educação que supere a concepção bancária, que poderemos pensar numa educação pautada numa perspectiva humanizadora. Quando o indivíduo conhece a sua ação, refletindo sobre a mesma e tendo a possibilidade de muda-la, significa-la e/ou transformá-la, estará se humanizando.

Dessa forma, a educação profissional técnica, que tem uma estreita relação com o trabalho, deve contribuir para que o indivíduo tenha sua própria visão de mundo e de sociedade, podendo expressar-se, sem estar preso a discursos de soberania e autoridade, e sobretudo, possa questionar, refletir, com criticidade e criatividade.

É fundamental que a educação valorize as diferenças sociais, reconhecendo e considerando todos igualmente, com os mesmos direitos, possibilidades de aprender e ser um cidadão ativo, crítico e responsável.

A participação com igualdade no debate e nas resoluções dos rumos da comunidade, pressupondo a condição do devido preparo na decodificação do mundo e dos mecanismos articulados por suas diferentes facetas, constitui a condição para a efetivação da cidadania, que objetiva a ampliação e conquista de direitos que garantam a posse de bens materiais, simbólicos e sociais. A ausência de qualquer um dos elementos pressupostos debilita todo o sistema de participação e impede a prática cidadã. (MARTINS, 2000, p.57).

Como podemos comprovar, após as discussões acima, uma educação técnica interligada à ética e a humanização requer um olhar atento a diversidade, a palavra do outro, a interação social, numa ação dialógica e reflexiva, bem como a atuação docente problematizadora e instigadora, como aprofundaremos um pouco mais adiante.

Há entretanto, uma dicotomia entre a teoria e a prática, muitos discursos ficam sem utilidade ou não são considerados durante a elaboração e desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a educação. Vejamos abaixo o que nos traz a Constituição Federal (1988) e a atual LDB (1996) respectivamente:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o

pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao analisarmos criticamente esses artigos, vemos que desde a elaboração da Constituição Federal já se discutia e buscava uma educação integral, tendo sido ressaltada na Lei de Diretrizes e Bases da educação. De igual modo, nosso local de pesquisa, o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba, segue os princípios de uma educação profissional, tecnológica e humanística, em favor de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

Destarte, o IFPB tem se comprometido para cumprir esses princípios? Os planos pedagógicos de curso têm considerado disciplinas voltadas para a formação integral do sujeito? Os docentes tem atuado de forma responsável e crítica diante desses desafios? Assim, antes de nos voltarmos para nossa pesquisa, dialogaremos um pouco sobre a importância do papel docente na educação e especialmente na contribuição para a humanização no processo educativo.

### 3.2 O PAPEL DOCENTE NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO HUMANIZADORA NO ENSINO TÉCNICO

A educação é uma prática contínua e permanente, que ocorre em todos os espaços sociais e, conseqüentemente, na escola, sendo o docente uma peça fundamental, apresentando-se com um importante papel nesse processo.

Ao discutir sobre processo educacional, a questão da formação docente sempre vem à tona. A educação, enquanto ação política, e o professor como um agente de transformação, torna-se fundamental sua preparação e capacitação contínua e permanente para lidar com os desafios da realidade do sistema educacional brasileiro, de maneira a contribuir, na qualidade de mediador, na formação de sujeitos críticos, criativos e ativos na sociedade.

Diante de um quadro científico tecnológico que avança de maneira acelerada em todas as camadas e áreas da sociedade, incluindo a educação, percebe-se a necessidade de uma atualização da prática educativa, pois devido a tecnologia, as informações e conhecimentos se difundem mais rapidamente, de forma mais atrativa, deixando o ambiente escolar estagnado frente às mudanças contemporâneas tecnológicas.



O professor é aquele que convive diariamente com o aluno, tendo mais facilidade em conhecer suas especificidades, limitações, devendo ser assim, um mediador no processo de construção e/ou aprimoramento do conhecimento.

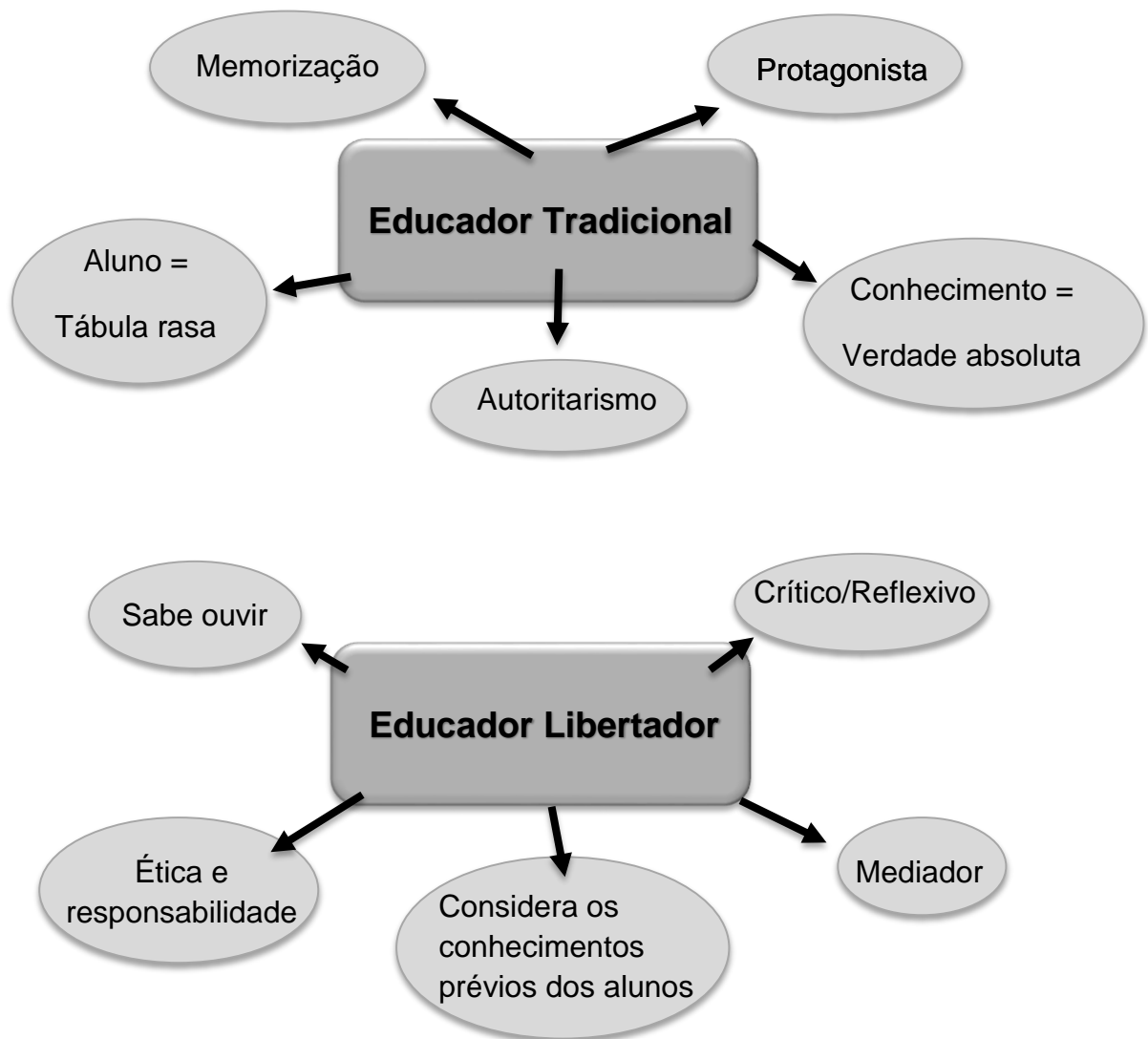
Por muito tempo, o professor foi visto como o detentor dos saberes, um ser absoluto, ao qual não podia contestar seus ensinamentos e conhecimentos. Era ele quem decidia “o quê ensinar”, sem ao menos refletir “o porquê” nem “para quê”. O educador tradicional possuía essa visão e tinha como objetivo estimular os alunos a memorizarem, repetirem, sem incentivá-los ou ao menos permiti-los questionarem ou refletirem sobre essa prática.

Pode-se afirmar assim, que ainda existe dentro das salas de aula, a predominância de vestígios do paradigma tradicional da educação, na qual tinha a visão de que o docente enquanto “mestre dos saberes”, cabendo ao aluno introjetar e reproduzir de igual modo o que foi lhe imposto de maneira vertical. Esse tipo de educação, criticada por Paulo Freire e conhecida como “Educação Bancária”, se caracteriza como *“um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”*. (PAULO FREIRE, 2004, P.33).

Diante dessas transformações que valorizam a informação, torna-se essencial uma nova postura do docente, exercendo o papel de mediador com os alunos, orientando-os na utilização, fontes confiáveis, de modo a significar a aprendizagem durante sua prática. É primordial despertar no aluno o uso adequado desses novos recursos, para que através de seu conhecimento prévio, desenvolva e/ou aprimore conhecimento científico.

Com o advento da escola nova, tendo o Manifesto dos Pioneiros como um grande impulso nas ideias, suscitou a defesa por uma escola laica, pública e gratuita, gerando a partir daí novos pensamentos sobre uma educação democrática, reflexiva, libertadora. Dessa forma, o educador libertador, deveria contribuir para que o aluno tivesse uma visão crítica sobre a sua realidade e o mundo, pudesse se expressar, refletir, indagar. Abaixo temos uma síntese das diferenças encontradas entre essas duas visões.

**Imagem 1:** Educador Tradicional X Educador Libertador



Fonte: Elaborada pela autora

Uma educação baseada numa perspectiva de humanização, deve estimular o educador libertador, que ao considerar o ser humano e a si mesmo como inacabado e sempre em construção, busque contribuir com o desenvolvimento integral do ser humano, atuando enquanto mediador no processo de ensino e aprendizagem.

Há nesse sentido, a importância do educador ter o interesse e o compromisso com a sua formação, estando sempre em busca de atualizar seus conhecimentos, colaborando na aprendizagem em sala de aula, indagando, manuseando e aprendendo, melhorando sua atuação enquanto cidadão e profissional e tornando sua prática educativa mais prazerosa e significativa.

O professor é o primeiro ator que deve mudar sua forma de pensar e agir na educação, pois existe uma grande tendência de repetição, em sala de aula, dos modelos que funcionaram na aprendizagem deste. Por este motivo, a formação do professor deve ocorrer de forma permanente e para a vida toda. Sempre surgirão novos recursos, novas tecnologias e novas estratégias de ensino e aprendizagem. (JORDÃO, 2009, p.12).

A formação inicial deve favorecer a construção da identidade profissional, de maneira que os docentes sintam-se como parte do processo educativo, associando saberes e competências indispensáveis à sua prática. A investigação, interpretação e diversas maneiras de lidar com as situações do cotidiano escolar devem ser temas de discussões e debates nos cursos de Licenciatura, favorecendo diálogos e trocas interativas, reflexões sobre a práxis, sobre sua profissão, bem como sobre as políticas de valorização do profissional docente, perpassando todas as temáticas que permeiam esse processo.

É importante salientar que os cursos de formação inicial devem ter em vista as demandas da realidade atual, não ficando adstrito exclusivamente às teorias e práticas descontextualizadas das experiências e vivências no ambiente escolar. Assim sendo, é imprescindível que o docente reconheça seu papel e sua importância no processo educativo desde cedo, com habilidade de fazer o uso pedagógico dos conhecimentos adquiridos durante a formação inicial, buscando sempre aprimorá-los.

Tal como Fávero (2010) afirma *“o ser humano está em permanente formação ou construção. Nunca estamos plenamente formados, seja pessoal ou profissionalmente”* (p.56), pode-se afirmar que a formação continuada é de suma importância para a profissão docente, pois nesses espaços é possível a reflexão sobre a ação e discussões sobre as possibilidades de melhorias, soluções e respostas. Dessa forma, formação inicial e continuada devem caminhar juntas no processo de desenvolvimento da identidade profissional do docente. Segundo Moreira e Candau (2005, p. 23):

É necessário um destaque a necessidade de se pensar uma formação continuada que valorize tanto a prática realizada pelos docentes no cotidiano da escola quanto o conhecimento que provém das pesquisas realizadas na Universidade, de modo a articular teoria e prática na formação e na construção do conhecimento profissional do professor.

Segundo FREIRE (1996) *“na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando*

*criticamente a prática de ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (p.17).* Logo, a partir da análise da prática é possível a (re) construção de estratégias associadas à melhoria das práticas educativas, propiciando novos conhecimentos que subsidiarão o trabalho docente, sendo um importante espaço de propostas de mudanças na elaboração de políticas públicas voltadas para a educação.

Contudo, a profissão docente no Brasil ainda precisa vencer muitos obstáculos, como os baixos salários, o desrespeito, a superlotação das classes, a insegurança, os inúmeros problemas de infraestrutura. Como atuar de forma pedagogicamente com tantos desafios? Como alcançar as metas e exigências impostas pelo sistema? Como superar déficits de todo um sistema educacional?

Por isso, é indispensável que as políticas públicas voltadas para a educação, estejam atentas a problemática da formação dos professores, com o intuito de desenvolverem ações que contribuam para a valorização do profissional da educação.

Destarte, a temática deve ser discutida em âmbito nacional, isto é, onde a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal colaborem na elaboração de estratégias, aprimoramento, sem deixar de considerar as peculiaridades de cada região.

O atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) traz a valorização dos profissionais da educação como um dos maiores desafios das políticas educacionais, sendo uma das diretrizes a ser alcançada com o Plano.

Dessa forma, é necessário primeiro conceder formação adequada ao docente, para posteriormente lhe exigir uma contribuição no processo de aprendizagem dos alunos em relação às tecnologias. Pois como vão poder colaborar se não sabem manusear? Como possibilitar aprendizagens significativas a partir do uso dessas tecnologias?

A formação continuada deve assim, permear o processo de ensino aprendizagem, favorecendo o planejamento de estratégias ao docente para lidar com as diferentes situações educativas, reconhecendo que, através do acesso as tecnologias, os educandos interagem, encontram caminhos e respostas para um único objetivo, se sentem mais estimulados, desenvolvem a criatividade, as relações sociais, recebem rápidas e constantes informações sobre diversos assuntos, questões relacionadas à política, educação, cultura, moda, saúde, dentre outros.

Dessa maneira, o papel de mediador do professor é bem mais visível nesse contexto. O professor atual não pode ficar restrito apenas ao uso do quadro, giz e livro didático, não pode estar alheio a essas novas demandas sociais, culturais, tecnológicas. Sabendo de sua função social, precisa atualizar constantemente seus saberes, contribuindo na formação dos alunos enquanto sujeito de direitos, despertando para a busca de mudanças construtivas no processo educacional.

Como dialogamos anteriormente, É interessante ressaltar também, assim como bem colocou Freire (1996), a importância da ética na formação docente, seja ela inicial ou continuada. O profissional deve aprender desde a sua entrada na graduação, seus limites e os desafios que possivelmente enfrentará no seu campo de atuação, construindo sua identidade, sabendo lidar com as peculiaridades, com a diversidade, dialogando com ética, respeito e compromisso.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (2007), a educação deve, dentre outros objetivos, exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações. (p.25).

Portanto, reitera-se a necessidade da formação docente ser contínua e eficaz, que busque a valorização do profissional e que favoreça discussões coletivas, estratégias, metodologias possíveis para a melhoria de ações na prática, na qual professor, aluno e todo indivíduo envolvido nesse processo seja ouvido, respeitado e valorizado, sendo um cidadão atuante na sociedade.

Nossa abordagem, parte do princípio da indissociabilidade entre teoria e prática, e nesse sentido, ressalta-se a importância do docente saber dosar sua prática com ética e responsabilidade. O termo ética, assim como dialogamos anteriormente, não deve estar restrita aos ideais e interesses dominantes, ao mercado, ao lucro, mas sim, relacionada com os interesses de liberdade, democracia, respeito à diversidade, livre de qualquer discriminação, seja de raça, cor, gênero, religião, classe social.

O docente precisa ser crítico, desafiador, que estimule o aluno a pensar, ser ativo, reconhecendo a realidade e o contexto social, político, econômico, primordial para uma prática educativa significativa. O PNEDH (2007, p. 31) salienta,

O processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade.

A sociedade brasileira vem cada vez mais se modificando, se reestruturando. As tecnologias digitais, por exemplo, trazem novas demandas educativas para o ambiente educativo, de modo que esse não fique estagnado e torne cansativo e ultrapassado. Com isso, o docente necessita estar em constante atualização, para que sua atuação contribua positivamente no desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Kenski (2012, p.47), considerando essa realidade, afirma que,

As mudanças contemporâneas advindas do uso das redes transformaram as relações com o saber. As pessoas precisam atualizar seus conhecimentos e competências periodicamente, para que possam manter qualidade em seu desempenho profissional. Em uma sociedade em que os conhecimentos não param de crescer, surge uma nova natureza para o trabalho.

No entanto, na prática, não é tão fácil acompanhar essas mudanças. A desvalorização profissional, os baixos salários, as lacunas na formação inicial e continuada, são alguns dos desafios enfrentados, os quais não estimulam nem incentivam os docentes. Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996), traz importantes reflexões sobre os saberes necessários à prática educativa, salientando a importância da formação do professor para a melhoria da qualidade do ensino.

O cerne da questão não é o que saber ensinar ou o que fazer, mas contribuir com uma educação emancipatória, democrática, com liberdade e respeito, superando os discursos neoliberais, que valorizam a competitividade em vez da qualidade.

O docente precisa atuar de forma consciente e comprometido, visando a melhoria do ensino durante sua prática educativa, de forma que está não fique restrita a preparação do aluno para o ensino superior. Essa é uma das problemáticas da educação brasileira, pois há uma exacerbada preocupação das escolas com o ENEM, por exemplo, sobressaindo-se por isso, a mera transmissão de conteúdos, que devem ser acumulados pelos alunos e repetidos posteriormente.

Com as mudanças que ocorrem diariamente, o docente hoje precisa conhecer seus alunos, ensinar e aprender com os mesmos, numa troca dialógica e interativa, considerando o contexto socioeconômico e cultural, a experiência que trazem para

sala de aula, com o objetivo de que, a partir de suas orientações, seus conhecimentos sejam ampliados. Ainda segundo o PNEDH (2007),

Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas. (p.31).

Com isso, ao ensinar o professor também aprende, ao refletir sobre sua prática, pode modifica-la, melhorá-la, trazer novos desafios aos seus alunos, levando-os também a refletirem e criticarem. Sobre o processo de ensino e aprendizagem, Libâneo (2003, pg. 88) afirma que,

O trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo.

Importante estimular o aluno à curiosidade, pois com isso, instiga-o a pesquisar e refletir, em busca de soluções e respostas. De acordo com Cury (2003, p. 127), *“a exposição interrogada gera a dúvida, a dúvida gera o estresse positivo, e este estresse abre as janelas da inteligência. Assim formamos pensadores, e não repetidores de informações”*.

Assim, o docente, a partir de seus questionamentos, contribui para o aluno ser crítico e criativo, através de uma relação horizontal, dialógica, pois é com o outro que o ser humano aprende. Podemos afirmar então, que o papel do professor não se limita à transmissão de informações. De acordo com o artigo 13 da LDB (9.394/96):

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Analisando o artigo acima, o papel do professor é bem mais amplo, ou seja, ele deve participar das atividades de planejamento e elaboração da proposta

pedagógica, das metas e objetivos da escola, refletir sobre sua prática, de modo a favorecer as dificuldades dos alunos durante o processo educativo, bem como estar em contato com os pais dos alunos e a comunidade.

Por isso, o docente deve conhecer a realidade de seus alunos, os fatores sócio históricos do local onde atua, comprometendo-se com ética e responsabilidade, significando assim o processo de ensino e aprendizagem de acordo com a experiência, vivência e necessidade dos alunos. Segundo os PCN's do Ensino Médio (2000, p. 22),

A aprendizagem significativa pressupõe a existência de um referencial que permita aos alunos identificar e se identificar com as questões propostas. Essa postura não implica permanecer apenas no nível de conhecimento que é dado pelo contexto mais imediato, nem muito menos pelo senso comum, mas visa a gerar a capacidade de compreender e intervir na realidade, numa perspectiva autônoma e desalienante.

Assim sendo, ressaltamos novamente a importância da formação desse profissional, ao passo que estará preparado para enfrentar os desafios da sua prática educativa no ambiente escolar. Para Libâneo (2003, p. 45),

A formação de atitudes e valores, perpassando as atividades de ensino, adquire, portanto, um peso substantivo na educação escolar, por que se a escola silencia valores, abre espaço para os valores dominantes no âmbito social.

Isto posto, nos voltamos ao docente que atua na educação profissional técnica, reconhecendo-o enquanto mediador do processo de ensino e aprendizagem, que reflete sua prática, buscando contribuir na formação integral do indivíduo.

Como se sabe, a educação profissional técnica desenvolveu-se por um olhar discriminatório, por atender à população mais pobre e que desempenharia funções operacionais. Ainda hoje, é vista como aquela que tem por objetivo a preparação do sujeito para a rápida inserção no mundo do trabalho. Segundo o Censo da Educação Básica de 2016, as matrículas na educação profissional da rede pública subiram 11% no período 2015 – 2016. (BRASIL, 2017). Conforme podemos observar na imagem 2.



**Imagem 2 – Número de matrículas na educação profissional na rede pública de ensino**



Fonte: Censo escolar da Educação Básica 2016<sup>1</sup>

Por apresentar a característica técnica, muitas vezes o docente não

apresenta uma formação pedagógica, a exemplo da Licenciatura, o que configura, na maioria dos casos, um maior desafio, pois o “fazer” é visto como prioridade na sua prática educativa. É preciso então, o estreitamento do conhecimento técnico aos saberes pedagógicos, reconhecendo a identidade docente, seu trabalho, unindo dessa forma os conhecimentos do saber-fazer e saber-ser. Para Tardif (2000, p. 11),

[...] os saberes profissionais são saberes trabalhados, lapidados e incorporados no processo de trabalho docente e que só têm sentido em relação às situações de trabalho concretas, em seus contextos singulares e que é nessas situações que são construídos, modelados e utilizados de maneira significativa pelos trabalhadores do ensino.

Assim, o docente precisa estar em constante reflexão sobre sua atuação, atento à realidade, indagando, e buscando inovações, percebendo nisso a formação docente como um importante espaço de levantamento de discussões, ideias, reflexões acerca da temática. Acerca da formação docente, Masetto (1994, p. 96) afirma que é necessário:

[...] inquietação, curiosidade e pesquisa. O conhecimento não está acabado; exploração de "seu" saber provindo da experiência através da pesquisa e reflexão sobre a mesma; domínio de área específica e percepção do lugar desse conhecimento específico num ambiente mais geral; superação da fragmentação do conhecimento em direção ao holismo, ao inter-relacionamento dos saberes, a interdisciplinaridade; identificação, exploração e respeito aos novos espaços de conhecimento (telemática); domínio, valorização e uso dos novos recursos de acesso ao conhecimento (informática); abertura para uma formação continuada.

<sup>1</sup>

Disponível

em:

<

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)> Acesso em 10 jul 2017.

O docente deve estar envolvido com o aluno, com suas necessidades, limitações e desafios, podendo assim, atender as novas exigências da educação profissional, apresentando uma nova postura na sua práxis. Postura essa que reconheça o aluno enquanto um ser inacabado, em construção, devendo favorecer sua formação integral.

Os cursos da educação profissional técnica tem uma ligação com o trabalho pela característica fundamental de formar para uma profissão, no entanto, o docente não pode permanecer amarrado às técnicas necessárias apenas para a atuação profissional, mas reconhecendo que uma formação integral possibilitará o processo de humanização do indivíduo.

O docente que atua a partir de uma perspectiva humanizadora, deve então, juntar teoria e prática, considerando não só as disciplinas técnicas, mas intervindo de forma crítica, despertando a curiosidade dos alunos, levando-os a refletirem, indagarem e buscarem mudanças e transformações sociais.

O IFPB atua na formação de profissionais para o mercado de trabalho, a partir dos cursos técnicos, tendo como um dos seus objetivos, a formação para do indivíduo enquanto cidadão. No entanto, diante de um currículo cada vez mais restrito e limitado, diminuição de cargas horárias, é necessário refletir como os docentes reconhecem sua função social e se posicionam frente a essas demandas.

## 4 ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA

**Dizer as características dos docentes** O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica, realizada no Campus Avançado do IFPB no município de Cabedelo, partindo assim, da contextualização do município, a implantação do Instituto e do curso técnico em Transporte Aquaviário. O processo de análise aconteceu através do exame do PPC do curso, além de entrevistas com os docentes do mesmo. Antes de iniciar a pesquisa, o projeto foi enviado para o Comitê de ética, devido a ser uma pesquisa na qual envolve seres humanos, sendo aprovado.

Os cursos técnicos atualmente tem uma expressiva procura, como uma alternativa para a inserção mais rápida no mundo do trabalho e forma de ascensão social e econômica, devendo porém, articular o processo de ensino e aprendizagem com a formação humanista do ser. Sabemos que uma educação integral deve pautar-se pelos princípios de ética, responsabilidade, democracia, respeito ao outro, visando propiciar humanização a todo indivíduo.

A análise do PPC do curso técnico subsequente em Transporte Aquaviário, primeiro curso regular do Campus, tem a finalidade da identificação dos avanços, conquistas, aspectos, contradições que permeiam o currículo e a elaboração das ementas do curso.

Em seguida, foram realizadas entrevistas com 5 (cinco) docentes do curso, de forma a conhecer suas concepções acerca do curso, de seus objetivos, função social, reconhecendo a importância de seu papel na perspectiva de uma educação humanizadora.

As entrevistas foram realizadas com os docentes do curso técnico, considerando as disciplinas, previamente agendadas, sendo gravadas e transcritas, precedidas pela assinatura do TCLE.

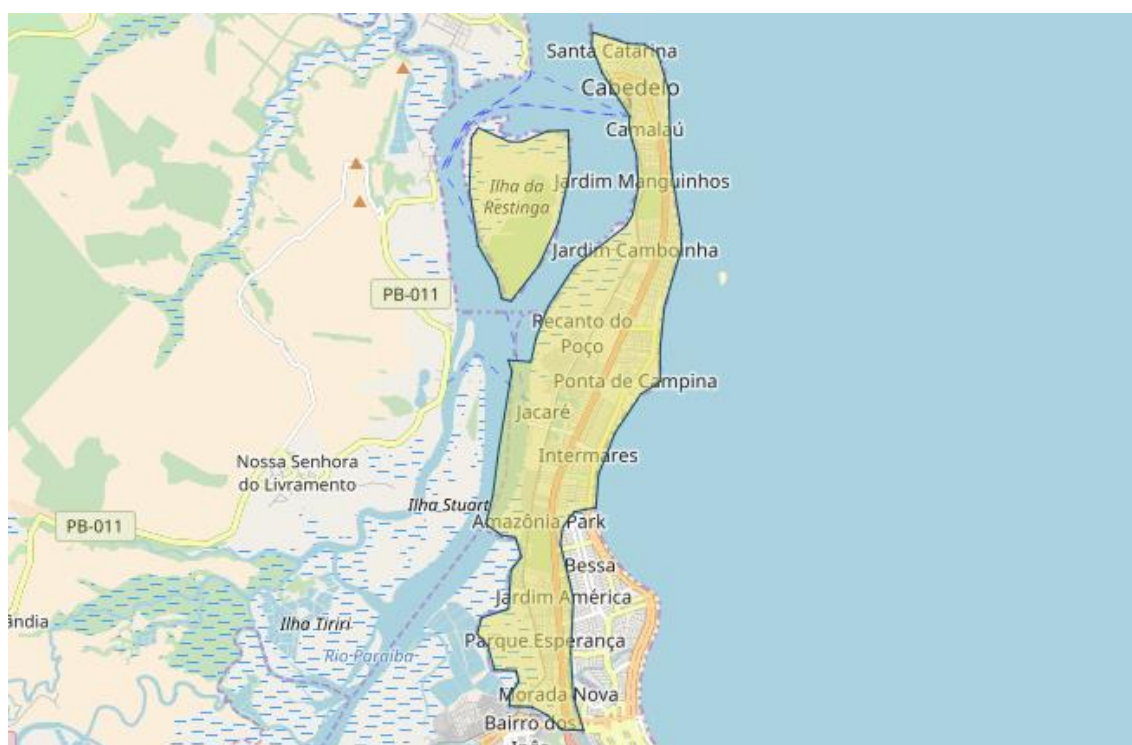
A partir das entrevistas, delimitamos três categorias temáticas: Formação docente; ensino técnico; e educação humanista, através das quais apresentaremos os resultados de nossa pesquisa.

### 4.1 O MUNICÍPIO DE CABEDELLO E O CAMPUS AVANÇADO CABEDELLO CENTRO

Cabedelo é um município situado na região metropolitana de João Pessoa, limitando-se ao sul com a capital, e com os municípios de Santa Rita e Lucena, a leste e a oeste, respectivamente. É uma cidade portuária, sendo assim, um local de entrada e saída comercial do estado. Foi fundada no fim do século XVI, na década de 1580, como pertencente ao município de João Pessoa, obtendo sua autonomia enquanto cidade em 1957.

Segundo o IBGE (2017) possui uma população de 68.033 habitantes, apresentando extensão territorial de 31,915km<sup>2</sup> (2016). Embora considerada uma cidade pequena, encontra-se em 2º lugar no ranking do IDHM (2010) na Paraíba com 0,748.

**Imagem 3:** Localização do município de Cabedelo



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

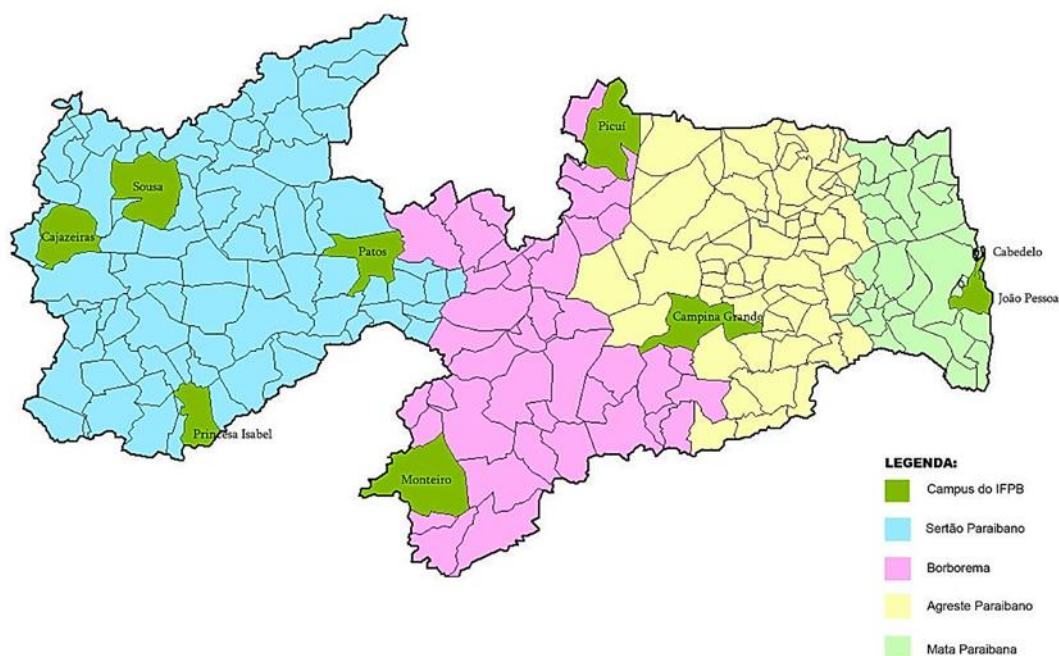
Cabedelo tem uma característica e identidade cultural particular, apresentando a beleza natural de suas praias e monumentos históricos, destacando-se entre outros, a Fortaleza de Santa Catarina, o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, o Parque Natural de Cabedelo, além de outras áreas de preservação ambiental e notoriamente, a Praia de Jacaré, considerado o principal ponto turístico da Cidade, reconhecido nacionalmente por seu pôr do sol.

A atividade pesqueira, juntamente com a indústria, o comércio e a prestação de serviços constituem as principais atividades econômicas de Cabedelo. A pesca é

uma das principais fontes de renda da população local, tendo como rota de entrada e saída de produtos, o Porto de Cabedelo.

O IFPB chegou ao município de Cabedelo no ano de 2010, através do Plano de Expansão da Educação Profissional, Fase II, onde foram contempladas cinco cidades consideradas polos de desenvolvimento regional, como podemos ver na imagem abaixo. O objetivo é que essas unidades educacionais proporcionem às pessoas dessas cidades, crescimento pessoal e formação profissional, visando a melhor qualidade de vida da população beneficiada.

**Imagem 4** – Mapa da II Fase do Plano de expansão do IFPB

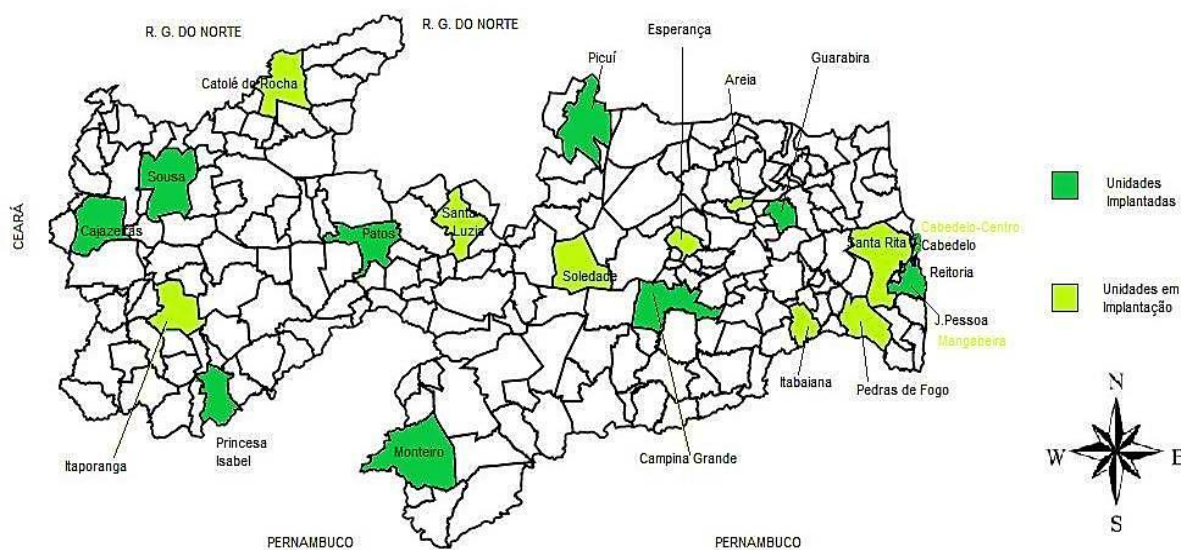


Fonte: PDI 2015-2019<sup>2</sup>

Atualmente, em decorrência da fase III de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, em 2014, o IFPB conta com Campi implantados e unidades ainda em implantação, como podemos observar na imagem a seguir:

<sup>2</sup> Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB. Disponível em <http://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>

**Imagem 5 - Mapa da III Fase do Plano de expansão do IFPB**



Fonte: PDI/IFPB 2015 – 2019

Desde 1999, o IFPB desenvolvia trabalhos em Cabedelo na área de pesca e navegação marítima, através do Núcleo de Pesca Oceânica, dando origem, em 2004, ao Centro de Formação em Pesca e Cultura Marítima. Pela importância desses trabalhos, em 2009 foi criado o Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima (CRPNM), com o objetivo de contribuir na melhoria socioeconômica do setor de pesca, a partir da formação profissional, possibilitando assim, maior inserção no mercado de trabalho.

Durante a reunião do Conselho Nacional dos Institutos Federais (CONIF) em 2012, o CRPNM/IFPB assinou um Termo de Cooperação Técnica com a Diretoria de Portos e Costas – DPC/Marinha do Brasil e o Ministério da Pesca e Aquicultura/MPA, creditando o mesmo a ministrar os cursos do ensino profissional marítimo, sendo criadas em 2013, as primeiras turmas dos cursos de formação de aquaviários.

No final do ano de 2013 que o Ministério da educação, através do estabelecimento das diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que definiu através da Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 e publicado no D.O.U em 31 de dezembro de 2013, em seu art. 3º, inciso II, a constituição e estruturação da unidade administrativa do Campus Avançado, estando vinculado administrativamente à Reitoria. À nova unidade



administrativa foi destinado o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

Em 2015, o Campus Avançado Cabedelo Centro iniciou a primeira turma regular do curso técnico em Transporte Aquaviário, na modalidade subsequente, proporcionando uma educação básica e profissional de qualidade, articulando-se com a proposta pedagógica do IFPB e visando a partir da oferta à comunidade, uma base de conhecimentos instrumentais, científicos e tecnológicos, o desenvolvimento de competências essenciais para a formação de profissionais qualificados nessa área.

Desde então o CACC tem sido referência educacional no município de Cabedelo e com o intuito de oferecer novas opções às cidades capitaneadas por Cabedelo, passou a ofertar outros cursos, como podemos ver na tabela abaixo:

**Quadro 2:** Cursos técnicos do Campus Avançado Cabedelo Centro

<b>CURSO TÉCNICO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>ANO</b>
<b>Transporte Aquaviário</b>	Subsequente	2015
<b>Serviços Jurídicos</b>	Subsequente	2016
<b>Transações Imobiliárias</b>	Subsequente	2017
<b>Guia de Turismo</b>	Subsequente	2017
<b>Serviços Jurídicos</b>	Integrado	2018

Fonte: Elaborada pelo autor

#### 4.2 O CURSO TÉCNICO EM TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

Em nossa pesquisa, escolhemos o curso técnico em Transporte Aquaviário, curso na modalidade subsequente, pelo o mesmo ser o primeiro curso regular do CACC/IFPB, e estar diretamente ligado aos cursos que o campus ministrava prioritariamente, os cursos do Ensino Profissional Marítimo – EPM, bem como um curso que se configura numa oportunidade para a população Cabedelense que tem como uma das principais fontes de renda, a atividade marítima. A primeira turma foi ofertada em 2015, estipulando para a mesma, 40 vagas e atualmente estamos com 3 (três) turmas do curso, com entrada anual.

Com as constantes transformações tecnológicas no setor de transporte marítimo, e com as exigências cada vez mais crescentes, surge a necessidade de

profissionais mais qualificados, onde esta seja apto para trabalhar na infraestrutura aquaviária brasileira, estando preocupado com as questões das embarcações, cargas e os terminais de cargas, além dos quesitos de segurança e sustentabilidade ambiental.

Assim, o curso técnico em Transporte Aquaviário foi desenvolvido com o objetivo de formar profissionais com competência e domínio técnico, que seja criativo, ágil, tenha iniciativa, postura ética e compromisso social. Dessa forma, para a elaboração de tal curso, foi realizado um diagnóstico das necessidades de formação técnica nesse setor, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, sendo o mesmo o único das regiões.

O curso foi estruturado visando contribuir no desenvolvimento do transporte aquaviário no Brasil e preencher uma lacuna do município, abrangendo metodologias operacionais e de gestão ambiental, tendo em vista a necessidade de uma formação técnica do setor operacional marítimos e das características das regiões Norte e Nordeste.

O curso se insere, de acordo com o CNCT (2016), no eixo tecnológico de Infraestrutura, na forma subsequente, estando balizado pela LDB (9.394/96) e suas atualizações, demais legislações educacionais específicas, bem como as ações previstas no PDI e regulamentos internos do IFPB. A tabela abaixo apresenta os objetivos gerais e específicos do curso:

**Quadro 3:** Objetivos do curso técnico em Transporte Aquaviário

<b>CURSO TÉCNICO EM TRANSPORTE AQUAVIÁRIO</b>	
<b>Objetivos gerais</b>	<b>Objetivos específicos</b>
Formar técnicos de nível médio aptos ao desenvolvimento de suas funções no campo de trabalho, com maior perspectiva de empregabilidade nas áreas de operação, coordenação, supervisão e fiscalização do transporte aquaviário e de apoio portuário com reconhecida competência técnica, política e ética, primando por um elevado grau de responsabilidade social e ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Oferecer aos alunos oportunidades para construção de competências profissionais, na perspectiva do setor do transporte aquaviário;</li> <li><input type="checkbox"/> Desenvolver a educação profissional integrada ao trabalho, à ciência, à cultura e à tecnologia;</li> <li><input type="checkbox"/> Colocar à disposição da sociedade um profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades;</li> <li><input type="checkbox"/> Oportunizar aos estudantes, a possibilidade de construção de conhecimento tecnológico, através de pesquisas e experiências desenvolvidas no meio acadêmico e marítimo/portuário/empresarial;</li> <li><input type="checkbox"/> Formar profissionais para desempenhar funções estratégicas, táticas e operacionais, tendo como base as relações de interface com a logística empresarial, as operações portuárias e com o comércio exterior,</li> </ul>



	<p>incluindo as legislações pertinentes, além da gestão ambiental;</p> <p>□ Desenvolver o potencial do aluno nas atividades do transporte aquaviário, em empresas de navegação de longo-curso, cabotagem, apoio e serviços portuário, além de empresas de transporte hidroviário de passageiros e cargas;</p> <p>□ Preparar o aluno para o entendimento e domínio das três principais vertentes do sistema portuário, que são: (1) as operações de mar com conhecimento dos terminais portuários da sua tipologia das cargas; (2) dos agentes, infraestrutura, economia marítima e custos, das operações terrestres, segurança e capacitação da mão de obra, da gestão de fluxos dos modais terrestres e dos <i>trade-offs</i> logísticos e (3) do Sistema operacional em comércio exterior e cabotagem. (p.24 e 25).</p>
--	---

Fonte: Elaborada pelo autor

É importante destacar, antes de tudo, que o PPC está em processo de reformulação, assim, foi criada uma comissão para tal. De acordo com a nota técnica nº 01/2017 da DAPE/PRE, para a elaboração de um PPC de curso do IFPB, é necessário seguir algumas orientações. O PPC tem origem no Conselho Diretor do Campus, quando houver, e enviado à PRE para verificar a viabilidade do mesmo, em anexo com documentos, a saber: Portaria da Comissão de Elaboração do PPC; Atas das reuniões da comissão de elaboração; Parecer final da Equipe Pedagógica do Campus; Plano de Trabalho do Curso; e Resolução do Conselho Diretor aprovando o PPC.

Assim, o Projeto Pedagógico de curso foi elaborado de forma coletiva e com a participação de docentes e servidores qualificados, levando em consideração os decretos e leis que norteiam o documento, baseando-se principalmente na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB 9.394/96); Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs); Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB (PDI 2015-2019); Catálogo Nacional dos cursos técnicos (CNCT 2014); Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio (PCNs).

O PPC inicia apresentando as características e justificativas que levaram a elaboração do mesmo, abordando o contexto do IFPB, a caracterização regional onde o Campus está inserido, bem como especifica a atividade do Transporte Aquaviário.

É um instrumento onde pode se recorrer para conhecer a concepção e objetivos do curso, ter acesso as ementas e respectivos professores das disciplinas, identificando demais professores e profissionais, além de apresentar também toda a estrutura física do Campus. Há uma parte geral, obrigatória em todo PPC do IFPB, e uma parte específica, referente a cada curso em questão.

Segundo o documento, o curso deve primar por uma educação de qualidade, com o objetivo de formar o indivíduo, reconhecendo as constantes transformações do mundo e da sociedade, observando as necessidades do trabalho com ética, responsabilidade e compromisso social.

Ainda segundo o documento, a gestão trabalha a partir de uma administração descentralizada e se baseia nos seguintes princípios: a) **Ética**: requisito básico orientador das ações institucionais; b) **Desenvolvimento Humano**: desenvolver o ser humano, buscando sua integração à sociedade através do exercício da cidadania, promovendo o seu bem-estar social; c) **Inovação**: buscar soluções às demandas apresentadas; d) **Qualidade e Excelência**: promover a melhoria contínua dos serviços prestados; e) **Autonomia**: administrar preservando e respeitando a singularidade de cada *campus*; f) **Transparência**: disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão, aproximando a administração da comunidade; g) **Respeito**: atenção com alunos, servidores e público em geral; e h) **Compromisso Social**: participação efetiva nas ações sociais, cumprindo seu papel social de agente transformador da sociedade.

Ao observarmos o PPC, percebe suas constantes referências aos documentos e leis norteadores da educação profissional. Em um dos trechos enfatiza que,

(...) não é adequada a concepção de educação profissional como simples instrumento para o ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. A educação profissional requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura e do trabalho, e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. (p.28 e 29).

A organização curricular dos cursos técnicos devem abordar estudos sobre ética, raciocínio lógico, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, dialogando assim com temáticas da formação profissional e a formação do indivíduo enquanto cidadão.

Nessa perspectiva, a proposta curricular do curso busca equilibrar a interação pedagógica entre teoria e prática, visando contribuir na formação integral do educando, possibilitando sua visão e leitura do mundo, sendo um profissional que se reconhece como um cidadão de direitos.

O PPC apresenta os planos de todas as disciplinas, constituindo-se de: carga horária, docente responsável, ementa, objetivos (geral e específicos), conteúdo programático, metodologia de ensino, avaliação do processo de ensino e aprendizagem, recursos necessários e a bibliografia (básica e complementar). Há um ponto positivo, pois há a preocupação de utilizar e colocar na bibliografia básica, livros/textos atualizados e que esteja disponível na biblioteca do Campus.

As ementas são elaboradas pelos professores das disciplinas, durante a construção do PPC e revisadas pela Coordenação Pedagógica. No entanto, ao analisarmos, há uma repetição nos espaços “metodologia de ensino” e “avaliação do processo de ensino e aprendizagem”. Esse se configura num ponto negativo, pois muitas vezes não está de acordo com a ação do professor em sala de aula, segundo relatos de alguns professores durante a entrevista. Ao observarmos o PPC, notamos a referência à temática da ética, humanização, na parte que fala sobre o Instituto, sua missão, objetivos, princípios, entretanto, em relação às disciplinas, apenas a disciplina de Relações Humanas traz claramente o tema.

O curso está estruturado em regime semestral, com três semestres letivos, não havendo saídas intermediárias, sendo importante salientar que o mesmo segue as normas do PREPOM (Programa do ensino profissional marítimo), devido sua interligação com a Marinha do Brasil. As aulas acontecem no turno da noite, com 50 minutos, perfazendo 1000 horas em sala de aula e em campo, além de 288 horas destinadas ao estágio supervisionado ou Prática Operacional a Bordo ou Trabalho de conclusão de curso, como podemos conferir na matriz e no fluxograma<sup>3</sup> do curso.

Até o primeiro semestre do ano de 2017, para ingressar em algum curso do IFPB, era necessário participar do processo seletivo, composto de prova e análise curricular, elaborado e sob a responsabilidade da Coordenação Permanente de Concursos Públicos – COMPEC. A partir do segundo semestre de 2017, o ingresso passou a ser pela análise curricular do aluno.

#### 4.3 FORMAÇÃO DOCENTE

<sup>3</sup> Em anexo.

Com o objetivo de conhecer as concepções docentes, optamos como recurso metodológico para a coleta de dados, as entrevistas semiestruturadas, por nos proporcionar maior flexibilidade, podendo ser observado comportamento, gestos e reações dos entrevistados, além de nos propiciar informações que não estão nos documentos e que são relevantes à temática. Para Trivinos (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada se caracteriza como

[...] aquela que parte de certos conhecimentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta forma, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo de pesquisa.

Nossa pesquisa contou com a participação de cinco professores, sendo três que lecionam disciplinas técnicas e dois que lecionam disciplinas da formação complementar e os identificamos como P1, P2, P3, P4 e P5. Para melhor conhecimento dos professores entrevistados, o quadro abaixo apresenta as características que os identificam:

**Quadro 4:** Caracterização dos professores entrevistados

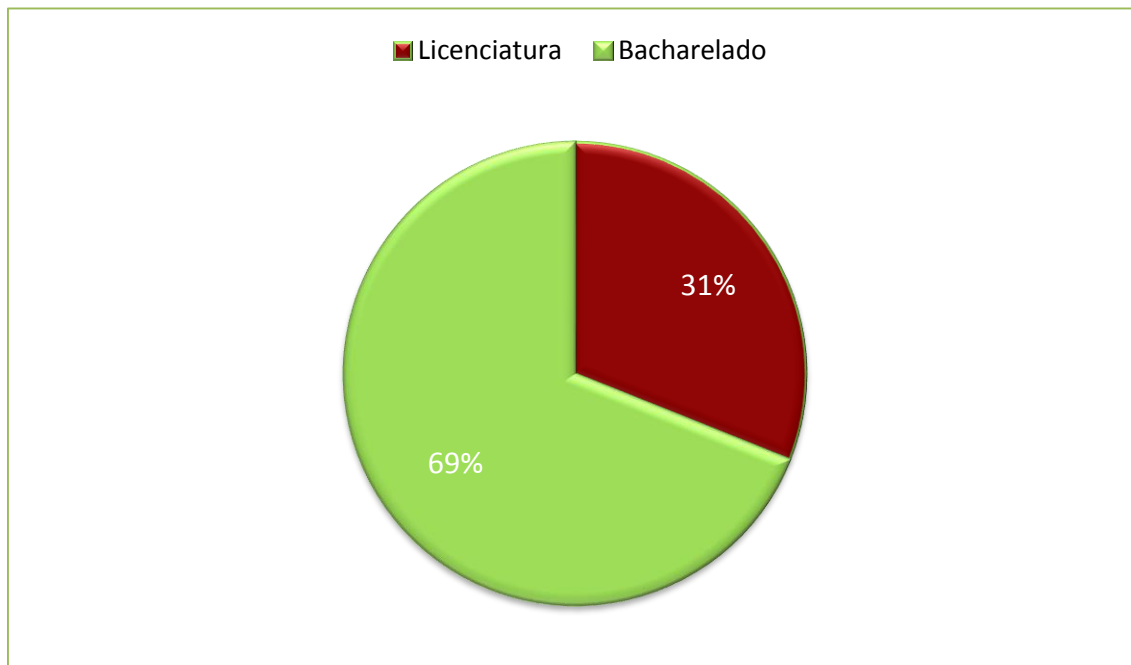
	DISCIPLINA QUE LECIONA/LECIONOU	FORMAÇÃO PROFISSIONAL
<b>P1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestrutura portuária</li> <li>• Movimentação de cargas e estivagem</li> <li>• Empreendedorismo</li> </ul>	Bacharel em Administração
<b>P2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Marinharia e Arte Naval</li> <li>• Estabilidade</li> <li>• Navegação Eletrônica</li> </ul>	Doutor em Recursos Pesqueiros e Aquicultura
<b>P3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações Humanas no Trabalho</li> </ul>	Mestre em Psicologia
<b>P4</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inglês Técnico</li> </ul>	Licenciada em inglês
<b>P5</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas Auxiliares</li> <li>• Motores de combustão interna e refrigeração</li> </ul>	Mestre em Engenharia Mecânica

Fonte: Elaborada pela autora

Os professores entrevistados lecionam/lecionaram no curso desde o seu início, em 2015. Dos cinco professores entrevistados, dois possuem Licenciatura, e ao analisarmos o PPC, constatamos que, dos 18 professores que lecionam no curso, apenas três são licenciados, fato muitas vezes utilizado como justificativa da ausência de metodologias facilitadoras por não ter formação pedagógica.

Essa é uma realidade do IFPB, onde a maioria dos docentes não tem uma formação para lecionar e o CACC não está fora dessa característica, como podemos constatar no gráfico abaixo:

**Gráfico 1:** Formação básica dos professores do Campus Avançado Cabedelo Centro



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico nos aponta um dado do CACC, que se repete em todo o IFPB. No CACC há professores das áreas de Pesca, Direito, Meio Ambiente, onde cerca de 70% são bacharéis.

Como podemos observar, a formação e os objetivos das disciplinas são bem diversos. Durante a entrevista os professores destacaram que consideram a formação suficiente para atender as demandas e/ou necessidades do curso, sendo as respostas categóricas:

“Não. Mas me esforcei bastante pra poder abranger essa lacuna, principalmente porque não temos curso ligado a área de Náutica, área portuária (...)” (P1)

“A formação inicial, não. (...) a inicial realmente é muito básica, também faz muito tempo, mas ela não é fundamental não. Principalmente nessa área que eu tento fazer uma linha mais estreita com essa área da pesca, da navegação”. (P3)

As respostas acima nos fazem voltar a um problema da formação docente, e nesse caso, da educação profissional, que desenvolveu-se muitas vezes para atender os interesses econômicos e políticos de um determinado grupo. Há nesse

sentido, vestígios de um confronto hegemônico daqueles que visam perpetuar uma educação dualista e aqueles que lutam por uma educação emancipatória.

Dessa forma, com as demandas da educação profissional, o que acaba acontecendo é a consolidação de políticas emergenciais em detrimento de políticas públicas permanentes, fortalecendo assim, os interesses neoliberais de formar a atender as necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, pela diversidade de formação dos docentes do IFPB, percebemos a fragilidade e as deficiências pedagógicas em sala de aula, oriundas dessa realidade. A respeito desse assunto, Pereira (2009, p. 95) discorre:

Essa deficiência apontada recai, sobretudo, sobre dois pontos fundamentais: a ausência de conhecimentos e habilidades para que o professor possa lidar de forma mais segura com o cotidiano das salas de aula e a divergência entre a (...) realidade enfrentada pelo professor no seu exercício profissional.

No início da entrevista, perguntamos para os sujeitos sobre o conhecimento deles a respeito do objetivo do curso técnico em Transporte Aquaviário, ao qual um dos professores afirmou: *“para mim não está claro. Entendo que os formados trabalharão na área portuária”*. (P4). Já o professor P1: *“é um curso voltado à área de logística, uma multimodalidade, em transporte, podendo o aluno trabalhar em qualquer área, de capatazia do porto”*. Os demais acrescentaram:

(...) eu confundo um pouco os objetivos porque como são vários nas áreas de pesca, navegação, essas coisas, então pra mim é um pouco confuso, eu acho que é tudo muito parecido. Mas acho que é preparar esses profissionais pra trabalharem nessa área, de transporte no porto. (P3).

(...) eu venho aprendendo com o próprio curso depois de conversar com os outros professores é que a gente veio começar a entender realmente o que era o curso, que na verdade é (...) trabalhar naquela parte em terra, ligado ao setor aquaviário.(P2).

A entrevista revelou nesse ponto, a falta de comunicação sobre o curso, isto é, o conhecimento sobre os objetivos do curso, o motivo de ser ofertado no Campus, concentra-se em poucos professores, notadamente os da área técnica.

Devido a falta de tempo, cargas horárias cheias, outras responsabilidades profissionais e pessoais, essa lacuna da comunicação acaba se repetindo a cada semestre. De igual modo, por não existir uma formação continuada, a qual poderia propiciar momentos de interação entre os professores do curso, algumas informações ficam restritas a alguns professores.

Não há no IFPB uma política de formação continuada ativa. O próprio PDI (2015 – 2019) aponta para a promoção da formação continuada dos servidores, na qual sejam considerados os assuntos referentes à atuação didático-pedagógica. Assim, a instituição de uma política de formação continuada para os professores do Instituto se configura numa das premissas presentes no atual PDI.

A LDB, em seus artigos 61 e 67 preconiza como fundamentos para a formação de profissionais da educação: “a associação entre teorias e práticas, mediante a capacitação em serviço; o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”. Conforme Pimenta (2002, p. 26),

A prática reflexiva, enquanto prática social, só pode ser realizada em coletivos, o que leva à necessidade de transformar as escolas em comunidades de aprendizagem nas quais os professores se apoiem e se estimulem mutuamente.

O debate pedagógico na escola, portanto, deve ser constante, perpassando toda prática docente, propiciando reflexões críticas, mudanças metodológicas, aprimoramento dos conhecimentos, num movimento diário de ação-reflexão-ação.

O curso já está em seu terceiro ano e ainda há uma lacuna em relação ao diálogo entre os professores, de maneira que minimize as incertezas e dúvidas existentes. Como então o professor pode refletir sobre sua prática, sem antes ter o real conhecimento de sua ação? Freire (1996) afirma que “*a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer*” (p.17).

Diante de incertezas sobre o curso, perguntamos sobre o envolvimento e participação dos mesmos nos debates e elaboração do PPC do curso. “*Construí apenas uma disciplina (...) já no final da construção do PPC. Meu trabalho foi individual. Não tive acesso a matriz*”. (P4). O professor P3 afirma que participou, mas não lembra muito como aconteceu, mas sinaliza que “*recorreu muito às normas, a “PREPOM a NORMAM” e também ao catálogo de cursos técnicos, tudo muito fundamentado nessas questões*”.

É importante ressaltar que o PREPOM refere-se ao Programa do Ensino Profissional Marítimo e é disponibilizado anualmente pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), com o intuito de formar profissionais com qualidade. A NORMAM se constitui nas Normas de Autoridade Marítima, que regulam tudo a que se refere às atividades aquaviárias e tratam de diferentes assuntos.

O professor P5 afirmou que participou da elaboração e por seu conhecimento, sabe que foi utilizado o PREPOM, visto que ele é atualizado anualmente e que já na vigência da primeira turma, houve uma alteração da carga horária, de 800 horas para 1000 horas. Segue a fala de outro professor:

“Do primeiro, só na questão de correção de ementa (...) da reformulação eu participei da construção (...) o curso da gente é o primeiro (**do Nordeste**) (...) a gente meio que fez aquele viés: tem que ter a parte de navegação, a parte de administração portuária, a parte de manutenção (...) viu o que tinha no CNCT (...) e construiu o PPC assim, justamente tentar deixar o curso mais nivelado e o profissional mais preparado”. (P2, **grifo nosso**)

Ao analisarmos os relatos acima, percebemos que mesmo os professores envolvidos no processo de discussão e construção do PPC, têm dificuldade em exteriorizar o que se conhece sobre o curso, nos levando a refletir sobre a aproximação do professor com o PPC, isto é, se eles recorrem ao PPC durante o curso, como eles o consideram na sua prática. A tabela abaixo apresenta os objetivos das disciplinas dos professores entrevistados a partir da fala e o que se tem no PPC:

**Quadro 5:** Comparação dos objetivos das disciplinas

	FALA NA ENTREVISTA	PPC
P1	<p><b>Infraestrutura Portuária:</b> saber quais as partes do porto</p> <p><b>Manuseio de cargas e estivagem:</b> aprendem como o próprio nome diz a ovar o container é encher o container, então por exemplo, supostamente isso aqui é um container, eu tenho que saber como ele deve ser enchido, quais os critérios que ele tem que ser enchido e como ele deve ser esvaziado.</p> <p><b>Empreendedorismo:</b> envolve gestão de pessoas, as teorias das organizações (...)entender que por mais moderno que seja algo, ele vai usar aquilo ali como base. Então as grandes teorias da administração funcionam.</p>	<p><b>Infraestrutura Portuaria:</b> Desenvolver uma visão abrangente da logística: atividades e a organização de suas atividades, funções e operações em um ambiente portuário;</p> <p><b>Manuseio de cargas e estivagem:</b> Compreender as relações entre o Órgão de Gestão de Mão de Obra (OGMO), Operadores e trabalhadores portuários.</p> <p><b>Empreendedorismo:</b> Despertar nos alunos a possibilidade de desenvolvimento de novos empreendedores, em consonância com as novas tendências mundiais, avaliando a situação de empregabilidade e identificando oportunidades para aplicar os conhecimentos de forma criativa e motivadora, gerando assim empreendimentos de alta importância e relevância para a sociedade brasileira, além de identificar e diferenciar os modelos organizacionais das cooperativas, vantagens e formas de organização deste modelo, para a estruturação destas pelos produtores do setor aquaviário.</p>
	<p><b>Marinharia e arte naval</b> <b>Estabilidade</b> <b>Navegação Eletrônica:</b> Conhecerem as embarcações (...) como</p>	<p><b>Marinharia e arte naval</b> <b>Estabilidade</b> <b>Navegação Eletrônica:</b> Conhecer as técnicas e equipamentos de</p>



P2	usar os equipamentos eletrônicos de navegação, tudo que for ligado a esse tipo, fazer cabo, fazer manutenção, qual o material de salvatagem deve ser utilizado (...) voltado especificamente para a parte marítima, parte de navegação.	marinharia e da arte naval;  Conhecer os conceitos básicos referentes a geometria da embarcação;  Identificar as modalidades de navegação e suas características.
P3	<b>Relações Humanas no Trabalho:</b> Trabalhar a conscientização da importância da relação interpessoal para o ser humano e principalmente para questão do desenvolvimento profissional e pessoal, pensando nessa questão na qualidade do trabalho	<b>Relações Humanas no Trabalho:</b> Reconhecer a importância de se estudar Relações Humanas no Trabalho, sensibilizando para um posicionamento crítico e reflexivo do papel do indivíduo numa sociedade voltada para o mundo do trabalho.
P4	<b>Inglês Técnico:</b> Facilitar a leitura em língua inglesa na área	<b>Inglês Técnico:</b> Desenvolver no aluno a capacidade de compreender diferentes textos escritos em língua inglesa, com foco na área aquaviária e portuária.
P5	<b>Sistemas Auxiliares:</b> Aproximar os alunos aos conceitos de energia pneumática e hidráulica;  <b>Motores de combustão interna e refrigeração:</b> Conhecer as leis da termodinâmica, os princípios da energia térmica, os ciclos motores e de refrigeração.	<b>Sistemas Auxiliares:</b> Familiarizar o aluno com os princípios físicos da energia pneumática e hidráulica. <b>Motores de combustão interna e refrigeração:</b> Entender os princípios físicos da energia térmica

Fonte: Elaborada pela autora

Apesar do aparente distanciamento dos docentes com o PPC, percebemos, através das falas relacionadas com os objetivos propostos pelo PPC acima, que os mesmos conhecem suas disciplinas, os objetivos das mesmas, e procuram atuar de modo a contribuírem na construção e/ou aprimoramento dos conhecimentos dos educandos, pois afirmam que buscam saber os conhecimentos prévios dos alunos, para assim, subsidiarem sua prática.

Ao refletirmos sobre o dever do professor, salientamos que o mesmo deve se basear pelos princípios de responsabilidade, comprometimento social, agindo com ética, ou seja, deve buscar, mesmo numa disciplina que tenha por objetivo desenvolver habilidades técnicas, contribuir na formação integral do educando.

Evidenciamos uma contradição, pois os professores afirmam que o Campus atende uma população mais carente, que veem no curso uma possibilidade de mudança ou melhoria de vida, apresentando uma preocupação com seus alunos, entretanto, ao dialogarmos sobre a importância da temática da formação integral dos

alunos nas disciplinas do curso, o professor P4 respondeu que *“existe uma disciplina que trata do assunto”*.

Essa resposta vai de encontro as falas nas entrevistas, e o que afirma Freire (1996) ao afirmar que não é *“possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos”* (p.37).

O professor P1 disse que cabe ao professor saber dosar os conteúdos, de modo que perpassasse conteúdos da formação técnica e humanista, embora muitas vezes se restrinja apenas a transmissão da parte técnica, mesmo sabendo que pode está prejudicando seu aluno. Para o professor P2 não há como separar a formação técnica da formação humanista, e dessa forma é necessário considerar o educando como um todo, valorizando sua realidade, sua visão e relação com o mundo.

A formação docente brasileira é um tema bastante discutido no desenvolvimento histórico da educação brasileira, estando presente nas leis que fundamentam o sistema educacional, a exemplo da LDB e do PNE, como algo ainda a ser aprimorado, sendo considerada como um dos principais problemas da educação. Ao perguntarmos sobre a formação continuada no IFPB, P1 afirmou: *“o IFPB não fez nenhuma formação. O treinamento que a gente teve foi em semanas pedagógicas, na parte pedagógica, mas na parte de investimento no profissional da área não, o professor tem que ir atrás”*.

Formação continuada? Eu mais procuro, faço muito mais através de participação de eventos (...). No IF mesmo, desde que entrei em 2011, não fiz nenhum curso pelo IF. Tem aquelas capacitações que a gente faz na semana pedagógica que quando trazem outras pessoas a gente discute, aprende alguma coisa, aprendi muito com os meninos. Acho que minha formação continuada também se deu aí, porque boa parte das minhas aulas eu planejo pensando muito no que eu escuto deles, **(outros professores)** (...). É mais nesse sentido, agora específica não. (P1, **grifo nosso**)

Aqui no CACC a gente trabalha muito na semana pedagógica, não é uma coisa muito contínua (...) eu atualizo meus conhecimentos nas reuniões e ate mesmo com os próprios professores (...) (P3).

No CACC acontece semestralmente a semana pedagógica, organizada pela Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante com o objetivo de propiciar momentos de debates e diálogos pedagógicos. Nesse mesmo direcionamento, mensalmente ocorrem reuniões pedagógicas com temáticas abordadas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem no Campus.

As semanas pedagógicas vêm tendo um resultado positivo e importante no Campus, pois a partir das mesmas é possível dialogar e debater questões do

cotidiano, ou seja, os temas debatidos são escolhidos anteriormente, a partir de uma pesquisa entre os professores, para assim dimensionar a pauta. Acontecem sempre antes do início de cada semestre, sendo um momento de interação e aprendizado, onde busca reunir todos os profissionais envolvidos no Campus para a consolidação das atividades. Assim, a COPAE, juntamente com a Direção de ensino e Direção geral, organizam o evento, que conta com palestras, rodas de diálogo, oficinas.

Na primeira semana pedagógica do ano são sugeridos vários temas para serem discutidos nas reuniões mensais, podendo ser inseridos outros assuntos, de acordo com a necessidade.

Há nos discursos acima uma aparente lacuna na formação do professor do Instituto, o que vai de encontro com a LDB (9.394/96), que preconiza a formação em Licenciatura para os professores da educação básica, no entanto, a situação real no IFPB é que os docentes, especialmente os das disciplinas técnicas, são em sua maioria, bacharéis, não tendo assim, formação pedagógica para a docência. A formação docente é uma das preocupações do atual PNE (2014-2024), onde traz como umas de suas metas a de *“garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”* e ainda,

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do art. 61 da Lei nº 9.394/96, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Ao analisarmos assim, a formação continuada docente do CACC, percebemos claramente uma realidade que abrange todo o território brasileiro, ou seja, a falta de investimentos na área, o que seria essencial para diminuir os problemas da formação inicial, da ausência das metodologias pedagógicas, entre tantas outras situações limitadores da profissão docente.

#### 4.4 O ENSINO TÉCNICO

Historicamente, o ensino técnico foi desenvolvido com o objetivo de atender a população menos favorecida, visando atender as demandas do trabalho. Para Marx (1996), o trabalho é inerente ao homem, estando presente nas relações, com outros homens, com a natureza, no dia a dia, sendo um meio de garantir a sobrevivência.

Nos dias atuais, esse fato ainda influencia a organização curricular dos cursos técnicos. O curso técnico em Transporte Aquaviário é desenvolvido na forma subsequente e tem duração de 1(ano) e meio.

Durante nossa entrevista, o professor apontou como proposta do curso:

Preencher uma lacuna, uma lacuna do porto, nas regiões retroportuárias que é a logística multimodal. O técnico em transporte Aquaviário está habilitado pra trabalhar em ferrovias, rodovias, (...) transporte dutoviário. Por quê? Porque o porto é como se fosse uma central de abastecimento, onde chega de trem, de avião, chega de transporte, chega de duto e ele vai pra o navio. Ou ele vem do navio e vai com o duto que é os tanques de armazenamento de combustível ou um duto de gás, ou ele vai através de esteiras, ou ele vai através de navio, de outro navio, então o técnico em transporte aquaviário é capaz de operar nesse ambiente. Ele não pode embarcar, mas dentro da área retroportuária, ou seja, da beira do cais pra dentro, ele está familiarizado com esse tipo de ambiente. (P1)

A assertiva acima retoma a uma característica histórica do ensino técnico no Brasil: a de formar mão de obra para uma determinada profissão. Podemos perceber na fala a preocupação para a preparação técnica, sendo esta, marcante desde o surgimento do Capitalismo, recebendo influência da educação tecnicista, presente nas décadas de 60 e 70, separando assim, a educação para os que planejam e outra para os que devem executar.

Assim, ao analisarmos essas influências no meio educacional, concordamos com Martins (2000, p.23) ao resumir que existia: *“a escola do saber para a burguesia e a escola do fazer para os trabalhadores, tornando o discurso burguês em defesa do princípio da igualdade uma simples retórica, sem ressonância na prática”*.

Dessa forma, o técnico em Transporte Aquaviário, deve ter competências técnicas para atuar qualificadamente no mercado de trabalho. Diante da indagação sobre essas competências, obtivemos as seguintes respostas que estão previstas no PPC do curso e em consonância com o CNCT (2016).

Tem o viés da parte de legislação (...) que seria o apoio documental, ou seja, a questão da administração, a parte de navegação e tudo que envolve, oceanografia, meteorologia, outros itens e a parte da manutenção, que seria a manutenção de equipamentos, que é a parte de mecânica e elétrica. (P2)

(...) deve ter a competência de ter uma boa relação interpessoal, tem que ter uma competência de seguir cegamente normas de segurança, porque ele tá correndo risco de morte o tempo todo, então ele tem essa dualidade (...) (P1)

No geral, acho que a competência técnica, saber conhecer direitinho sobre a atividade e toda essa parte técnica e teórica que o pessoal trabalha(...) (P3)

Segundo o PPC, a matriz curricular busca dosar prática e teoria, visando a formação do educando como um todo, isto é, enquanto profissional e cidadão, propiciando uma leitura crítica do mundo, subsidiando sua atuação como cidadão de direitos.

Ao analisarmos a matriz, percebemos que as disciplinas são, em sua maioria, destinadas às habilidades técnicas. Uma das justificativas para esse enfoque é o curto período do curso, e ao serem indagados sobre a durabilidade do curso ser suficiente em relação às necessidades de formação, os professores se dividem:

De certa forma, sim. Porque eu vejo pela qualidade do trabalho dos professores que trabalham especificamente e da gente que faz essa parte complementar. Porque é um curso subsequente e eu acho ele muito embasado, muito bem fundamentado. Talvez se fosse aumentar um pouco mais, eu adoraria por exemplo, relações humanas ser um pouco maior, porque poderia trabalhar muito mais questões práticas, porque só teoria... Acho que dá pra atender aos objetivos, mas se ampliasse, melhor seria. (P3)

Não. Eu acho que é um curso introdutório, entendeu? como a maioria dos cursos subsequentes, que vai dá ao aluno uma porta de entrada e no mercado de trabalho ele vai se especializar, entendeu? Mas dizer assim, que ele chega no mercado 100% apto acho que nenhum curso na verdade, nenhum curso superior ou qualquer outro curso que seja você chega 100% preparado. (P1)

Não. O curso de transporte deveria se transformar em um curso em tecnologia com no mínimo de 2400 horas e não apenas técnico de 1000 horas, visto que abrange área de matemática financeira e contábil, administração e logística, legislação aduaneira e naval, navegação e estabilidade, refrigeração e motores de combustão interna. (P5).

O Professor P3 nos disse que, durante as reuniões para discutir os pontos para a reformulação do PPC, chegaram a cogitar a ideia de um currículo exclusivamente técnico, retirando todas as disciplinas complementares, afirmando que os temas relativos à ética, cidadania e responsabilidade social seriam contemplados nas disciplinas técnicas.

O professor então questionou, ressaltando a importância de sua disciplina no desenvolvimento das relações humanas no trabalho, tão importante quanto a aprendizagem de habilidades técnicas, pois é imprescindível que um bom profissional seja ágil, criativo, tenha iniciativa. Uma disciplina que valorize e trate dessas questões, prioritariamente, é essencial no currículo do curso técnico em Transporte Aquaviário. Após dialogarem sobre a importância da disciplina como parte da formação do aluno, decidiram por mantê-las.

É importante destacar que os professores afirmam que quando se refere a um “currículo exclusivamente técnico”, e retirar as disciplinas complementares não quer

dizer que as temáticas de ética, formação humanista serão deixadas de lado, mas serão contempladas nas demais disciplinas.

Nessa perspectiva, refletimos sobre a possível prevalência das aprendizagens técnicas para a formação profissional, ou seja, uma separação com os conteúdos humanistas. O professor P3, deixou claro que *“há um pensamento aí que não é volta só para essa questão técnica, tem essa linha humanística. Caso contrário não teria nada, seria barrado, como a gente ver em muitos cursos essa disciplina é barrada”*. Isto quer dizer que para um PPC ser aprovado no Instituto deve conter todos os requisitos exigidos, inclusive a indissociabilidade da teoria e prática, da formação integral do indivíduo pautada nos princípios éticos e sociais. Segundo o professor P5 é necessária essa ligação, pois *“basicamente a formação técnica prepara o indivíduo para conhecer a tecnologia de produção em seu o mundo profissional e a formação humanista prepara o indivíduo para a convivência sustentável entre sociedade e as tecnologias produzidas”*.

Dessa forma, teoria e prática são indissociáveis no processo de ensino e aprendizagem. As afirmações dos professores salientam o que bem explanou Paulo Freire (1996) ao dizer que

Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar (p. 33).

O professor P1 acrescentou que mesmo as operações sendo repetitivas, não são lineares, até porque os índices de preocupação e riscos são diversos e assim, *“não tem como ser mecanicista”*. Para P2

vai ter que sempre vincular uma coisa a outra... é aquela questão quando a gente discute muito assim, da teoria com a prática, não tem como separar. A gente só dá teoria e não fazer uma prática, não fazer uma visita, não está fazendo muita coisa.

Ficou evidente nos discursos dos professores durante nossa entrevista, um certo distanciamento relativo à comunicação, ou seja, eles não tem um tempo/espço para conversarem sobre o curso, os objetivos, as metodologias, o que muitas vezes acaba dificultando melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

As novas exigências tecnológicas, a falta de valorização, as novas formas de avaliação, os novos desafios contemporâneos, trazem uma nova realidade ao

trabalho docente. O professor tem que estar sempre atento as mudanças, se atualizando, e enquanto mediador, contribuir no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. É um profissional que lida de igual modo, com os aspectos emocionais, cognitivos e sociais de cada indivíduo, devendo sobretudo, primar por uma educação que valorizando e respeitando as diferenças, propicie significado às aprendizagens. Como destaca Tardif (2002, p. 130),

Uma boa parte do trabalho docente é de cunho afetivo, emocional. Baseia-se em emoções, em afetos, na capacidade não somente de pensar nos alunos, mas igualmente de perceber e sentir suas emoções, seus temores, suas alegrias, seus próprios bloqueios afetivos.

Dialogamos com os professores acerca de sua metodologia de ensino, visando compreender qual a visão dos mesmos sobre sua atuação em sala de aula. O professor P4 afirmou que gosta de aliar suas aulas com a parte tecnológica, a partir de pesquisas, grupos e situações da própria realidade dos alunos, tornando-as mais práticas. Enquanto isso, o professor P2 respondeu que geralmente engloba aula expositiva, aula prática e visita técnica (em parceria com a Marinha), sendo sua avaliação realizada através de seminários, embora ressaltou que essa metodologia varia de semestre para semestre, de acordo com a turma. Por outro lado, o professor P3 discorre:

Eu gosto muito de fazer a reflexão teórica, mas eu gosto de trabalhar digamos assim, a prática, pra pelo menos sensibilizar e fazer com que as pessoas reflitam que é necessário trilhar esse desenvolvimento, procurar melhorar em muitos aspectos, porque isso qualidade de vida, não é ser bom só no trabalho. Eu sempre faço assim: eu gosto de começar por eles, pelos conhecimentos que eles têm, então eu trago esse conhecimento, porque eu digo que sobre relações interpessoais todo mundo sabe. Porque é difícil a gente aplicar na prática mas todo mundo sabe dizer o que é necessário, qual a importância...

E ainda acrescenta:

então eu trago essa reflexão deles o que eles têm, o que eles conhecem... aí depois eu faço o complemento da teoria, faço a aula expositiva e faço uma dinâmica em relação a isso. Eu tenho utilizado muito as propostas da metodologia ativa centrada no estudante, mesclado com a questão expositiva, mas eu gosto muito do trabalho em grupo. As provas, dificilmente eu faço provas, eu tenho registro escrito de construção do que eles vivenciam, das concepções deles depois de todas essas vivencias, de discussão, de reflexão, de participação em grupo. Eu tenho feito dessa forma. (P3).

O professor P5 discorre que dosa teoria e prática, com aulas teóricas e visitas em campos e prática laboratorial, ao passo que suas avaliações correspondem a provas e seminários. Enquanto isso, o professor P1 destacou que anteriormente

usava uma metodologia mais tradicional, mas quando participou das atividades com os educadores da Finlândia, passou a utilizá-la em sua prática:

Uso uma metodologia bem adaptada pra a gente, eu não faço prova. O aluno tem que me entregar uma lauda por semana de alguma matéria, de alguma atividade... porque eu posso ver a evolução do pensamento dele, tem o estudo mais contínuo... geralmente eles constroem algo...algo que eu tento deixar mais prático.

É interessante colocar aqui, pois tem sido uma ação positiva, que desde 2016, o IFPB tem um acordo com a Tampere University of Applied Sciences, da Finlândia. Esse acordo visa, a partir da cooperação internacional, o desenvolvimento e melhorias das atividades da educação profissional e intercultural das duas instituições. A Finlândia tem sido reconhecida como um país de grande eficiência no campo educacional e assim, alguns professores são selecionados, passam um determinado período de treinamento no país, e retornam para colocar o aprendizado, a partir da reformulação de disciplinas, flexibilização do currículo, dentre outras ações.

São nessas questões que o ensino técnico tem ganhado outras definições, a consciência de um profissional completo, ético, comprometido, responsável, tem influenciado as metodologias dos professores em sala de aula. É bem verdade que ainda notamos resistência quanto à estrutura curricular dos cursos, mas, sobretudo, constatamos o olhar mais crítico e consciente dos docentes frente a seu papel.

Uma das falhas apontadas pelos professores durante as entrevistas foi a ausência de um acompanhamento dos alunos egressos do curso, fato este que daria subsídio para a adequação da matriz, mudanças metodológicas, bem como a reformulação do PPC. O professor P1 chamou a atenção que o PPC está em reformulação sem ter esse “feedback” dos profissionais que já estão aptos/qualificados para o mercado de trabalho, pois assim, as mudanças curriculares poderiam ser mais eficazes.

Nesse aspecto, questionamos sobre quais as maiores dificuldades do curso técnico em T.AQ. O professor P1 elencou como maior dificuldade, a heterogeneidade, porque uma sala de aula abarca alunos com diversos níveis de aprendizado e conhecimento, tendo o professor de saber lidar com essa diversidade e propiciar aprendizagens significativas a todos. Para P5 se constitui na *“falta de recursos financeiros para construir e equipar laboratórios”*, enquanto P4 sinalizou



que não tinha muito conhecimento *“pois não tenho contato com os professores da parte técnica para esse tipo de discussão”*. P2 e P3 expuseram respectivamente:

Eu acho que hoje em dia... é a questão de estágio. Uma coisa que a gente conversa bastante, é assim, a gente tem aquelas oportunidades, o aluno vai terminar o curso técnico e ele vai fazer um trabalho de conclusão de curso, uma pesquisa, vai fazer um relatório de atividade de campo, mas eu julgo, na minha opinião, que é extremamente necessário a questão de estágio, para justamente até divulgar o que é o curso da gente. (P2)

Eles chegam muito distante da realidade, sem saber exatamente como é o trabalho, ao ambiente de trabalho, muito sonhador, muito voltado para questão financeira, que eu entendo e não estou jogando, nem criticando. Com relação a dificuldade do curso, eu sinceramente nunca cheguei pra pensar muito, mas eu acho que é questão de mais atividade de campo, de laboratório mesmo, eu acho que isso ainda deve um pouco. Porque fica muito “escola” muita teoria, ainda têm as visitas técnicas, mas não cheguei a acompanhar essas visitas, o pessoal se empenha muito, mas acredito que poderiam ser mais. (P3)

Temos nas falas acima, algumas vertentes, mas a questão do estágio é algo recorrente, pois compreende-se a necessidade que o aluno tenha o contato prático do que é visto na teoria. Reafirmo, enquanto pesquisadora, que interligar teoria e prática contribui não só na aprendizagem dos alunos, mas influencia a ação docente, pois a partir do retorno dos alunos, pode-se aprimorar suas atividades.

Destarte, concordamos com as palavras de Libâneo (2003, p. 42) quando afirma que

O professor deve ser visto, numa perspectiva que considera sua capacidade de decidir e de, confrontando suas ações cotidianas com as produções teóricas, rever suas práticas e as teorias que as informam, pesquisando a prática e produzindo novos conhecimentos para a teoria e a prática de ensinar... assim as transformações das práticas docentes, só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a da sala de aula e a da escola como um todo, o que pressupõe os conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade.

Durante a entrevista, o professor P4 alegou que não poderia informar as principais dificuldades do curso, por não ter uma comunicação com os professores da parte técnica, entretanto, enquanto profissional do curso e se atuar de forma responsável e comprometida, é possível detectar as dificuldades. Ele foi o único professor que se expressou dessa maneira e demonstrou não ter muito interesse durante a nossa entrevista, que mesmo dialogando, manteve-se bem restrito e fechado ao diálogo.

Nessa perspectiva, defendemos que o docente é o sujeito de sua prática, e portanto, deve procurar interagir, dialogar com os outros profissionais, para subsidiar sua atuação. Segundo Tardif

Um professor de profissão não é somente alguém que aplica conhecimentos produzidos por outros, não é somente um agente determinado por mecanismos sociais: é um ator no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimento e uma saber-fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e a orienta. (p. 230)

Nesse sentido afirmo que o trabalho docente, por mais dificuldades e limitações que tenham, depende do professor, de sua disponibilidade, de seu desejo em contribuir com a aprendizagem real dos seus alunos, sendo atuante e cumprindo seu papel de mediador.

Dito isto, os professores sugeriram como melhorias para o curso T.AQ “o melhor encaminhamento dos alunos para o estágio” (P4), “a construção de laboratórios para cada disciplina profissional, além de uma embarcação (barco-escola) para as aulas práticas” (P5), assim como

Pensar direitinho essa questão da relação teoria/prática, acho que seria uma questão bem interessante, a gente até já fez em algum momento, mas acho que os professores se reunirem mais pra trilhar uma linha mais harmoniosa entre a questão humanística e técnica. Eu acredito que algumas coisas que eu trabalho nas relações humanas são faladas nas outras disciplinas também, mas a gente não tem essa questão para a gente pensar juntos, nesses planos de cursos, vamos focar mais nisso, naquilo... (P3).

Eu acho questão de estágio, a gente acha que tem que melhorar muito nisso, porque tudo bem que emprego, essas coisas, consegue depois, mas assim, é a questão de o T.AQ hoje em dia, tem muita gente que é auxiliar administrativo, exerce uma outra função, que ocupa esse cargo e muitas vezes não tem o conhecimento técnico que a gente vê no curso. (P2).

Tentaria ir ao mercado de trabalho... para que a gente pudesse fazer encontros e saber o que o mercado de trabalho precisa. Eu acho assim, o curso da gente é muito bom, eles saem preparados em relação ao outro curso que tem no Brasil, mas nós não somos vistos, então... participar em feira e congressos, tornar o curso visível, seria de grande valia. (P1).

#### 4.5 EDUCAÇÃO HUMANISTA

Ao tratar sobre a categoria “educação humanista”, o PPC do curso aborda que a concepção de educação profissional vai além de ser um instrumento para atender as necessidades do mercado de trabalho, devendo propor

(...) a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. (...) requer além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura e do trabalho, e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. (p.28 e 29).

Nesse sentido, a educação profissional/ensino técnico não deve se restringir à aprendizagem de competência técnica para a formação profissional, mas viabilizar uma formação integral do educando. Ressaltamos que, quando utilizamos o termo “integral” nos referimos a uma educação que reconhece o ser humano enquanto sujeito de direitos, que pensa, reflete. Ao tratar sobre a educação humanista, o professor P4 destaca que se trata de uma *“educação que considera o individual de cada aluno e compreende suas diferenças”*. Já para o professor P3, esta se caracteriza como

uma educação que considera o ser humano no todo, que procura realmente trabalhar a formação desse estudante. Essa formação que não é só cognitiva, não é só técnica, não é só conhecimento, mas também a formação pra vida, pra cidadania, pra o trabalho que perpassa as questões de direitos, de ética.

Segundo o professor P5, a educação humanizadora é aquela que *“envolve conhecimentos sobre ética e cidadania”*, sendo essencial para a formação do profissional. Para o Professor P1, é possível a partir de uma prática educativa humanista, *“tirar o indivíduo de um lugar e coloca-lo em pé de igualdade”*. Isto nos remonta a busca pela superação das desigualdades na educação, diferenciando-se assim por classe social.

Dessa forma, é fundamental que a educação esteja comprometida com a formação do ser humano como um todo, assim como preconiza Morin (2002b, p. 65)

A educação deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como se tornar um cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional.

Todo ser humano procura construir o seu mundo através de um trabalho que lhe possibilite condições dignas de sobrevivência e a educação é um dos meios pelo qual o indivíduo se prepara, no entanto, ao estar como “profissional”, não pode esconder-se enquanto “humano”. Assim, os princípios éticos devem perpassar toda prática educativa.

Nessa perspectiva, segundo a concepção do professor P2, o curso apresenta características humanistas, pois *“consegue ter um acompanhamento mais próximo do aluno... eles tem acompanhamento psicológico, dos professores, o que na minha opinião, se aproxima desse conceito”*.

A LDB destaca o papel humanizador da escola, possibilitando o desenvolvimento de cidadãos, a partir da valorização dos conhecimentos e realidade

dos sujeitos, e nesse sentido, nos referimos, tanto ao educador, quanto ao educando, protagonistas de uma educação humanizadora.

Um dado bastante interessante, visível a quem trabalha no Campus e que ficou notório nas entrevistas, é a parte afetiva de todos os profissionais com os educandos, o que vai de acordo com as palavras de Freire (1996) ao defender que *“ensinar exige querer bem aos educandos”*. (p.52).

Assim, dialogamos sobre a importância do docente na formação integral/humanista dos alunos, aonde o Professor P4, afirmou que é *“essencial que o docente dê a oportunidade ao aluno de crescimento pessoal além de profissional”*. Para o professor P1 *“é cobrado uma postura, é cobrado uma ética (...) tipo: aquele ali é meu professor (...) tenho como referência da minha profissão, é um mediador”*. De acordo com P5 *“além de repassar o conhecimento, o professor deve ajudar o indivíduo na sua formação moral e ética no mundo do trabalho”*. Ainda outros acrescentaram:

Acho que fundamental(...). Ele é a pessoa responsável por fazer essa mediação do conhecimento, pra apresentar o que há de disponível de conteúdo, de metodologia, de experiência. Porque muitos vêm sem saber como é o curso, vêm motivado muito mais pela questão financeira, muito preocupado com isso. Então o docente tem o papel fundamental, de na medida que trabalha a questão necessária ao exercício da profissão e saber técnico, mas também conduzir todo esse percurso e não a questão que a gente ver tradicionalmente de detenção de conhecimento. Muito mais de mediação, de facilitação desse processo. (P3).

O papel do docente é meio que mediar, obviamente sem abraçar nada de causa política (...) tentar trazer para o cotidiano deles, tentando aproximar (...) eu tento escutar o aluno primeiro para depois tomar uma decisão. (P2)

Há nesse ponto algo que enquanto pesquisadora, me identifico bastante e é uma das razões com as quais me levaram a desenvolver tal pesquisa: a questão de se trabalhar com proximidade aos alunos, uma atuação com afetividade, a preocupação não só em passar os conteúdos, de forma linear e vertical, mas com responsabilidade e comprometimento com a realidade e pensar do outro. Segundo Schettini Filho (2010, p. 23) *“estabelecer uma pedagogia da ternura exige terçar armas contra as nossas próprias resistências para manifestar o desejo de chegar ao outro com humanidade, mesmo que, entre nós e esse outro, haja cortinas”*.

Trabalhar com afetividade na educação não é tão simples atualmente. Há vários fatores que muitas vezes acabam distanciando professor e aluno, impossibilitando assim essa “troca”. O CACC apresenta nesse sentido, essa

preocupação, o que é perceptível, não só na fala dos docentes entrevistados, mas também durante o cotidiano e reuniões pedagógicas.

Entendemos nos relatos acima, que o docente participa de forma ativa na formação dos educandos, contribuindo no desenvolvimento integral/total dos mesmos, orientando-os. Essa percepção solidária, humanista, segundo Freire contribui para a humanização dos homens, pois o docente age com a consciência de seu papel enquanto agente transformador da sociedade, sendo um mediador consciente de sua prática. Para o autor *“tentar a conscientização dos indivíduos com quem se trabalha, enquanto com eles também se conscientiza, este e não outro nos parece ser o papel do trabalhador social que optou pela mudança”* (FREIRE, 2001, p. 60).

Ao refletir sobre sua prática, o docente se recria, refaz, renova e vai facilitando o papel ativo do educando, assim como afirma Libâneo (2003, p.29) *“o professor media à relação ativa do aluno com a matéria, inclusive, com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando os conhecimentos, a experiência e os significando que os alunos trazem à sala de aula”*.

Há, portanto, nas falas dos professores entrevistados, a preocupação por uma formação humana do profissional, atenta aos interesses e necessidades do educando, respeitando a realidade dos mesmos. Nessa perspectiva, o professor P1 destaca que *“a cadeira em si é técnica”*, mas os conceitos de humanização e ética transversalizam os conteúdos, a partir do momento que é necessário ao profissional em T.AQ aprender que há maneiras de se relacionar com as pessoas que operacionalizam as máquinas, tratam das documentações. P2 afirma que é possível fazer uma ligação com a realidade do aluno, a partir do *“link com o mercado de trabalho ou com outras disciplinas”*, a fim de que esteja apto a lidar com as diversas situações de convivência no seu ambiente profissional.

Nessa mesma perspectiva, o professor P5 defende que o tema é abordado durante as aulas que *“contemplam algumas normas técnicas sobre saúde, segurança e higiene no mundo do trabalho indispensável para evitar acidentes que envolvem vidas humanas e tragédias ambientais”*. Já para P3,

Justamente trabalhar a conscientização da importância da relação interpessoal para o ser humano e principalmente para questão do desenvolvimento profissional e pessoal, pensando nessa questão na

qualidade do trabalho e (...) requer pelo menos refletir sobre essas habilidades para se chegar nessas competências que são necessárias. (P3)

Como podemos observar, muitas vezes o professor acaba atribuindo essas questões a disciplinas isoladas, no entanto, é necessário que estejam no currículo, nas ementas e na práxis docente, pois são fundamentais para a formação do indivíduo.

Os discursos sinalizam a importância da prática docente, sendo necessária que esta seja reflexiva, pois é a partir da reflexão sobre a sua ação, que é possível ao docente a busca por transformações para si e para o outro e assim se humanizar e humanizar o mundo. A esse respeito, Freire (2001) destaca,

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se (p. 17).

Diante das respostas, ressaltamos nosso entendimento da importância da valorização dos conhecimentos prévios dos alunos. Eles chegam com uma bagagem grande de conhecimentos, que ao serem usados pelo professor contribuem para uma aprendizagem significativa. É como Freire (2004) defende:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação, não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (p. 67).

Percebendo o papel essencial do professor no curso técnico em T.AQ, sua responsabilidade e compromisso com a formação pessoal e profissional do indivíduo, consideramos importante conhecer se o professor sabe se há alguma referência no PPC da temática da humanização e ética. O professor P2 disse que ia ser *“bem sincero”* e confessou que não se detém muito ao PPC, deixando as ementas mais gerais, e a partir do momento que conhece a turma, faz algumas alterações. Afirmou ainda que *“uma coisa é estar escrito, outra coisa é se realmente é colocado em prática”*.

A resposta do professor P2 nos levou a refletir como então o aluno pode recorrer ao plano para tirar suas dúvidas, a respeito da disciplina, metodologia, avaliação. Há na fala do professor, dois pontos: um positivo, em que busca

considerar o conhecimento/realidade dos alunos; e um ponto negativo, pois acaba não utilizando o PPC de forma pedagogicamente correta, o que deveria ser um instrumento inicial de sua prática.

A esse respeito, o professor P1 afirmou que intrinsecamente a temática é abordada nas suas disciplinas, pois ao passo que é ensinado os conteúdos técnicos, busca-se trabalhar a parte humanista do indivíduo, para que os mesmos tenham competência para lidar com o estresse, dentre tantas outras situações corriqueiras da profissão.

O professor P3 enfatiza que deve partir do professor, durante a elaboração das ementas, preocupar-se e relacionar os conteúdos, para não deixar suas disciplinas monótonas e enfadonhas, e afirma: *“já fiz algumas alterações porque houve algumas submissões para renovação”* e acredita que essas mudanças deveriam ser feitas com mais precisão sempre *que “houvesse tramite de reformulação”*, pois assim suas ações estariam resguardadas e não prejudicaria os alunos. O professor P5 reforça a ideia de que as alterações devem ser realizadas a cada 2 (dois) anos, quando o PPC deve ser revisado e, quando necessário, reformulado.

Acreditamos que o docente não pode reduzir sua prática a achismos e desejos próprios. É preciso considerar e respeitar os documentos que permeiam sua ação, desenvolvendo seu trabalho de forma legal e responsável.

Falar em educação portanto, abrange todos os aspectos constituintes do ser humano. Nesse caso, não se pode pensar apenas no professor, em detrimento dos interesses e necessidades dos alunos ou vice e versa; não se pode querer um profissional qualificado, deixando de lado seus aspectos humanistas. É preciso trabalhar estando atento ao outro, sabendo ouvir, respeitar e valorizar as opiniões e diferenças, estando ambos numa relação dialética.

Para isso, compreendemos que o professor deve ser reconhecido enquanto pessoa, se autoconhecer e assim poder ressignificar sua ação e relação com seus alunos. A esse propósito, Contreras (2002, p.211) salienta:

O conhecimento de si mesmo como docente não é senão um movimento exploratório necessário em uma tentativa de compreensão de nossas relações profissionais e do sentido educativo, de crescimento pessoal. [...] entender alguém é sempre um processo que implica entender a nós mesmos.

O autor sustenta que é primordial perceber essa dimensão e desenvolvimento como pessoa, reconhecendo-se como um ser que tem emoções, interesses e necessidades.

Assim, entendemos que uma educação humanista compreende uma relação professor-aluno, em que se considerem todos os envolvidos, onde cada um perceba sua individualidade, olhando não apenas para o outro, mas também para si. Morin (2002a, p.11) salienta que *“uma educação só pode ser viável se for uma educação integral do ser humano. Uma educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um dos seus componentes”*.

Para um melhor entendimento, perguntamos se é possível articular conteúdos técnicos (voltados para atender as demandas oriundas do mundo do trabalho) e aqueles relacionados à ética, compromisso social, desenvolvimento sustentável e uma atuação ativa na sociedade. O professor P4 afirmou que ao trabalhar de forma multidisciplinar e transdisciplinar consegue atender as demandas, estando ainda preocupado com o uso correto das tecnologias em sala de aula. Para P3 e P1, respectivamente:

É tudo tão interligado, porque assim, quando estou trabalhando as relações humanas não dá pra trabalhar as relações humanas sem uma formação cidadã, sem questões de direitos, de deveres, de exercício da cidadania, de ética. Como é que eu posso me relacionar bem com o outro se eu não atuo numa perspectiva de ética, de princípios, de reflexão sobre regras? Eu não consigo ver essa separação.

Só assim você pode dar o conteúdo técnico(...) o conteúdo técnico é a menor parte do conteúdo (...) eu consigo pegar uma pessoa com o nível de instrução mínimo e deixar ele operando, mas se ele não for humanizado, se ele não souber lidar, se ele não tiver características de resolver problemas, não adianta ser técnico.

Há um consenso notório na fala dos professores sobre a importância da formação integral/humanista articulada com a formação profissional, capacitando e qualificando o ser humano como um todo. É nesse todo que o indivíduo aprimora seus conhecimentos, amplia sua visão de mundo, desenvolve sua autoestima, reflete sobre seu papel e sua atuação na sociedade, construindo assim, o pensamento crítico. Freire (1992) sintetiza:

Meu dever ético, enquanto um dos sujeitos de uma prática impossívelmente neutra – a educativa – é exprimir o meu respeito às diferenças de ideias e de posições. Meu respeito até mesmo às posições antagônicas às minhas, que combato com seriedade e paixão. Dizer, porém, cavilosamente, que elas não existem, não é científico nem ético (p. 79).



Em síntese, teoria e prática, aula expositiva e aula prática, o docente enquanto profissional e o docente enquanto pessoa, o saber ouvir, o falar, o expressar-se, os conhecimentos prévios, o respeito, a ética, a valorização das diferenças, são alguns dos pontos inerentes para a formação humanista de cada pessoa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse trabalho, sinto-me ainda mais motivada a continuar acreditando numa educação humanista, e isso me faz querer prosseguir abordando o assunto nas minhas investigações. O trabalho realizado foi permeado de reflexões e descobertas que contribuíram com o nosso aprendizado. Que a leitura do mesmo por aqueles que se interessam pela temática, tenha tamanho significado que teve para mim, enquanto pesquisadora.

O trabalho é fruto de inquietações diárias, e me possibilitou experiências diversas que me traz emoção ao registrar as conclusões dessa trajetória. Há muito de mim academicamente, mas também enquanto pessoa. Foram muitas dificuldades e limitações enfrentadas nesse percurso, mas o sentimento é de amadurecimento e aprimoramento. Considero-o um importante instrumento de contribuição para todos os envolvidos e para toda a sociedade.

Nosso intuito era analisar o PPC, conhecer como o professor considera sua prática e reconhecer as suas concepções sobre a inseparabilidade do ensino técnico e da educação humanizadora. Acreditamos que os objetivos aos quais sugerimos, foram alcançados. Isso não quer dizer que findaram-se os estudos, pelo contrário, novas questões emergirão para futuras pesquisas.

Antes de nosso trabalho em campo, realizamos estudos a partir de autores importantes sobre a educação brasileira, a educação profissional, o ensino técnico, a formação docente, a educação humanizadora e outros temas que subsidiaram nossa compreensão sobre a realidade da nossa questão. Esse estudo perpassou toda nossa pesquisa de campo, numa relação histórica e dialética.

Uma educação que valorize o ser humano como um todo, respeitando duas particularidades, contribuindo na sua formação enquanto cidadão, proporcionando igualdade de direitos é uma questão histórica, que permeia todo o processo educacional brasileiro, que desenvolveu-se de forma tão dualista.

O Campus Avançado Cabedelo Centro trabalha visando minimizar as disparidades educacionais no município de Cabedelo, alcançando, em sua maioria, a população mais carente, sendo o curso técnico em Transporte Aquaviário como seu passo inicial.

A partir desta pesquisa podemos constatar algumas lacunas no que se refere ao documento base do curso. O PPC encontra-se em reformulação, sendo pouco

acessado pelos professores como subsídio à sua prática. O mesmo é rico em informações, no entanto, parece não atingir seu propósito, pois os professores muitas vezes desconhecem seu objetivo.

Em relação a formação básica dos professores do curso, notamos que sua grande maioria, não possuem Licenciatura. Nesse mesmo âmbito, percebemos que o IFPB não realiza formação continuada com seus professores, uma lacuna significativa na prática dos mesmos. O Instituto atribui às semanas pedagógicas essa formação, que mesmo ocorrendo no Campus, não é suficiente para atender todas as demandas. Há, portanto, claramente, a ausência de investimentos para a formação contínua do docente.

Por ser o único curso do Nordeste, os professores destacaram que vão conhecendo os objetivos do curso, sua finalidade, proposta, no decorrer das disciplinas, na prática em sala de aula, bem como o diálogo e contato com outros profissionais.

Um dado positivo é que os profissionais ressaltaram e demonstraram em suas falas, a preocupação com seus alunos, onde o objetivo, aliado com a proposta e missão do IFPB é contribuir na formação integral dos mesmos. Há nesse sentido, inquietações nos professores em formar profissionais para estarem qualificados para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo que cidadãos para atuarem criticamente na sociedade.

Como discutimos, o ensino técnico recebe influência da educação tecnicista, mas embora seja desenvolvido para o aprimoramento e/ou conhecimento de habilidades técnicas, há no curso técnico em Transporte Aquaviário, uma formação além da preparação técnica.

Com relação ao tempo do curso, os professores divergem. Alguns consideram suficientes para atender as demandas e necessidades da formação, outros o consideram apenas um curso introdutório, tendo como uma das justificativas uma base bem fundamentada.

Percebemos durante nossa entrevista, uma falta de comunicação entre os professores que lecionam no curso, ora por falta de choques de horários, ora por espaço e tempo, o que diretamente dificulta possíveis reflexões para a melhoria do curso.

Esse dado nos aponta uma grande limitação do curso, pois é fundamental que, ao fazerem parte de um todo, haja espaço e momentos de interação, diálogo e

troca. A ausência disso, só prejudica o processo de ensino e aprendizagem, pois sem dúvida, o trabalho coletivo é fundamental para a ação e prática docente.

Os professores entrevistados concordam que não tem como haver uma separação entre teoria e prática, e dessa forma, afirmam que o ensino técnico abrange tanto a formação técnica, quanto a formação humanista.

Agir com ética, compromisso e responsabilidade são atribuições fundamentais da profissão docente, previsto em leis e documentos do IFPB. É imprescindível uma atuação que se considere estes princípios, numa relação dialógica e respeitosa. Verificamos assim, a partir da fala dos professores, que as metodologias usadas se configuram na interligação entre teoria e prática, sendo considerados os conhecimentos prévios dos alunos.

A presença de um pensamento mais amplo, uma visão mais crítica dos docentes e uma maior proximidade com os alunos, contribuem para desmistificar o caráter exclusivamente mecânico dos cursos técnicos.

Percebemos que o curso apresenta dificuldades, principalmente no que se refere aos estágios e a falta de laboratórios. Sem dúvida a melhoria nessas questões elevariam o curso e teria uma resposta significativa para os alunos.

Como foi possível observar, os professores reconhecem que uma educação humanizadora é essencial para a formação profissional, e nesse sentido, por ser um campus pequenos, os alunos do curso tem um melhor acompanhamento dos profissionais, o que segundo eles, se constitui numa prática humanizadora.

Ao estudarmos e desenvolvermos nossa pesquisa bibliográfica, encontramos nos autores o aspecto do papel do docente na formação do aluno, que enquanto agente de transformação influencia e propicia melhor aprendizado e reflexão pelos seus educandos. Em nossa pesquisa de campo, constatamos que os professores reconhecem esse papel e demonstraram compromisso com sua prática. Nossa pesquisa revelou que os docentes se reconhecem enquanto educadores, tendo um olhar mais atento com seus alunos, estando comprometidos com uma prática reflexiva.

Dessa forma, a pesquisa nos revelou que é fundamental uma formação profissional articulada com uma formação humanista, onde dessa maneira estará capacitando o ser humano como um todo.

Nesse sentido, podemos concluir que ainda há muito o que se pensar no ensino técnico aliado a uma proposta de educação humanizadora, mas nossa

pesquisa foi essencial para subsidiar futuros trabalhos e nos dà um subsídio inicial para propiciar e ampliar as reflexões acerca da temática.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – Um Manual Prático*. 6. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

BARDIN. Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos*. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio*. Documento Base. Brasília: MEC. SETEC. 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Censo escolar da educação básica 2016. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf) Acesso em 10 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. Parecer 16/99, de 05 de outubro de 1999. Documento, Brasília, n. 457, p. 3-73, out. 1999. *Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico*. 1999a. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 04/99, de 5 de outubro de 1999. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional do Nível Técnico*. 1999b.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96*. Brasília, 1996.

BUFFA, Ester. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* / Ester Buffa, Miguel Arroyo, Paolo Nosella. – 14.ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção questões da nossa época; v. 16).

CNE/CEB. Parecer nº 11/2012 de 09 de maio de 2012. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio*.

CNE/CEB. Resolução nº 6/2012 de 20 de Setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

CNE/CEB. Resolução nº 1, de 05 de dezembro de 2014.

CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

CURY, Augusto Jorge. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DEMO. Pesquisa: Princípio científico e educativo. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino profissional na irradiação da industrialização*/Luiz Antonio Cunha. – 2.ed. – São Paulo: Editoria UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina. *Educar o educador: reflexões sobre a formação docente*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

FLORÊNCIO, P. L. O. *A Nova Configuração da Educação Profissional no Contexto da Reestruturação Produtiva no Mundo do Trabalho*. Disponível

em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AP04.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. *Educação e Mudança*. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 38.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*./ Gaudêncio Frigotto – 8.ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.) *A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Comunicação docente*. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 1985.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GAMBOA, S. S. *Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica*. In: SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. “O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”. In: *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

IFPB. *Plano de Desenvolvimento Institucional PDI* (2015 – 2019).

JORDÃO, Teresa Cristina. *Formação de educadores. A formação do professor para a educação em um mundo digital*. In: Salto para o futuro. Tecnologias digitais na educação. Ano XIX, boletim 19. Nov-dez. 2009.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas-SP: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? : novas exigências educacionais e profissão docente*. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Maria Socorro Lucena. *A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO Regina Célia Tamaso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Rev. Katál. Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei et al. (orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Marcos Francisco. *Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?* – Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MASETTO, Marcos Tarciso. *Pós-Graduação e formação de Professores para o 3º Grau*. São Paulo: 1994 (mimeo).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio da pesquisa social*. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 14.ed. Ed. Vozes; Petrópolis, 1999.

\_\_\_\_\_. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5ª edição. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.



MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. *Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos*. In: Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção Educação para todos; 6).

MORIN, Edgar. *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

NÓVOA, Antônio. *Formação de professores e formação docente*. In: Os professores e a sua formação, do mesmo autor. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992.

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar*/Philippe Perrenoud; trad. Patricia Chittoni Ramos. – Porto Alegre: Artmed, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PEREIRA, Oséias Amador. *A aprendizagem docente à luz da teoria histórico-cultural de Vigotski: contextos, concepções e estratégias*. Fortaleza, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática*. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112p (Coleção Educação Contemporânea).

\_\_\_\_\_. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2013.

SCHETTINI FILHO, Luiz. *Pedagogia da ternura*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Docente*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Tradução de João Batista Kreuch. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

TRINDADE, Fernanda Esmério *Administração científica de Taylor e as “novas formas” de organização do trabalho : possibilidades de coexistência ? um estudo de caso na indústria têxtil catarinense* / Fernanda Esmério Trindade ; orientadora Valeska Nahas Guimarães. – Florianópolis, 2004.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*/ Augusto Nivaldo Silva Trivinos. – São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre ensino técnico e humanizador cujo projeto se intitula *Educação Profissional técnica: Concepção docente na perspectiva de uma educação humanizadora* e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Cinthya Raquel Pimentel da Mota, aluna do Curso de Mestrado em Educação/CE/PPGE da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Rodrigues Palhano do Departamento de Fundamentação da Educação.

O objetivo do projeto é investigar a educação profissional técnica numa perspectiva de educação humanizadora através das concepções de docentes do curso técnico em Transporte Aquaviário do IFPB Cabedelo Centro. O propósito da pesquisa é contribuir com a reflexão sobre a educação técnica, reconhecendo a importância da formação integral do sujeito, considerando as demandas do mundo do trabalho, bem como a realidade, o contexto, a cultura do indivíduo, propiciando assim, lugar ativo na história e na sociedade.

Destarte, solicitamos a sua colaboração para responder uma entrevista (com duração média de 30 minutos), assim como requerer sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar, caso necessário, em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Comunicamos que de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, a pesquisa oferece riscos mínimos ou imprevisíveis, no entanto, se algo desconfortável acontecer, levando ao constrangimento do participante, a entrevista será interrompida a qualquer instante, com o objetivo de sanar o ocorrido. Vale salientar que a pesquisa terá como benefício a propiciação de reflexão dos participantes em relação ao tema proposto. O participante não arcará com nenhuma despesa, como também não receberá nenhum incentivo financeiro.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado(a) a fornecer as informações. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

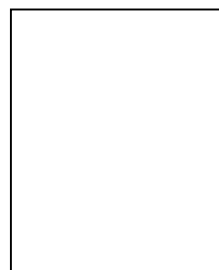
---

Assinatura do Participante da Pesquisa  
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)

---

Assinatura da Testemunha



Espaço para impressão  
dactiloscópica

Contato do Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora  
CINTHYA RAQUEL PIMENTEL DA MOTA.

Endereço (Setor de Trabalho): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba –  
IFPB *Campus* Cabedelo Centro, Rua Pastor José Alves de Oliveira, s/n, Centro

Telefone: (83) 998765107

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba  
Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: [eticaccsufpb@hotmail.com](mailto:eticaccsufpb@hotmail.com)

Atenciosamente,

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

---

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

## **APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista**

1. Há quanto tempo é docente no curso?
2. Qual a sua concepção do curso?
3. Qual disciplina você leciona?
4. Você participou da elaboração do PPC do curso?
5. Qual o objetivo do curso técnico em Transporte Aquaviário?
6. O PPC do curso aborda a temática da humanização, ética e formação cidadã?
7. Quais as competências os alunos devem apresentar ao fim do curso?
8. Há um acompanhamento dos alunos egressos do curso?
9. Qual os objetivos de sua disciplina?
10. A ementa da sua disciplina permite alterações e modificações, caso necessário?
11. Como é a sua metodologia de ensino? Você a considera tradicional?
12. Como é realizado o processo de acompanhamento e avaliação do estágio supervisionado?
13. O que você sabe sobre o processo histórico da educação profissional técnica no Brasil?
14. Você considera o curso com características exclusivamente mecânica e tecnicista?
15. O que você compreende por educação humanizadora?
16. Qual a diferença entre uma formação exclusivamente técnica e uma formação integral?
17. Qual a importância do docente no processo de formação integral do indivíduo?
18. De que maneira sua disciplina contribui para a formação integral dos alunos?
19. Como as questões de humanização e cidadania transversalizam a formação profissional na sua disciplina?
20. Você considera possível articular conteúdos técnicos (voltados para atender as demandas oriundas do mundo do trabalho) e aqueles relacionados à ética, compromisso social, desenvolvimento sustentável, atuação na sociedade?
21. Qual o impacto do curso na vida pessoal, social e profissional dos alunos?
22. Na sua opinião, o curso técnico em Transporte Aquaviário é desenvolvido considerando a educação profissional e integral do indivíduo?

## **ANEXOS**

SEMESTRE LETIVO (20 SEMANAS)	1º Semestre		2º Semestre		3º Semestre		TOTAL	
	a/s	h.r.	a/s	h.r.	a/s	h.r.	h.a.	h.r.
COMPONENTES CURRICULARES								
LEGISLAÇÃO MARÍTIMA	2	33					40	33
MATEMÁTICA APLICADA	4	67					80	67
MARINHARIA E ARTE NAVAL	2	33					40	33
INTRODUÇÃO A CIENCIA DOS MATERIAIS	2	33					40	33
MOTORES DE COMB.INTERNA E REFRIGERAÇÃO	2	33					40	33
LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA	4	67					80	67
INGLÊS TÉCNICO	2	33					40	33
RHT	2	33					40	33
GESTÃO AMBIENTAL APLICADA			4	67			80	67
NAVEGAÇÃO I			4	67			80	67
ESTABILIDADE			1	17			20	17
MANUTENÇÃO E REPARO NAVAL			2	33			40	33
ELETROTÉCNICA APLICADA			2	33			40	33
SISTEMAS AUXILIARES			2	33			40	33
GESTÃO E ORGANIZAÇÕES AQUAVIÁRIAS			2	33			40	33
GESTÃO DE COMPRAS E SUPRIMENTOS			1	17			20	17
HIGIENE, PRIMEIROS SOCORROS E COMBATE À INCÊNCIO			2	33			40	33
OCEANOGRAFIA E METEOROLOGIA					2	33	40	33
NAVEGAÇÃO ELETRÔNICA					1	17	20	17
NAVEGAÇÃO ASTRONÔMICA					1	17	20	17
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E ESTIVAGEM					2	33	40	33
PORTUGUÊS APLICADO					2	33	40	33
INFORMÁTICA APLICADA					2	33	40	33
COMÉRCIO EXTERIOR E SISTEMA ADUANEIRO					4	67	80	67
EMPREENDEDORISMO E COOPERATIVISMO					2	33	40	33
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO					2	33	40	33
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO					2	33	40	33
TOTAL SEMESTRAL	20	333	20	333	20	333	1200	1000
Estágio Curricular ou TCC								288
Carga Horária Total do Curso + Estágio Supervisionado ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)								1288



## ANEXO B – Fluxograma do curso técnico em Transporte Aquaviário

1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			3º SEMESTRE		
11	LEGISLAÇÃO MARÍTIMA		21	GESTÃO AMBIENTAL APLICADA		31	OCEANOGRAFIA E METEOROLOGIA	
2			4			2		
40			80			40		
12	MATEMÁTICA APLICADA		22	NAVEGAÇÃO I		39	NAVEGAÇÃO ELETRÔNICA	
4			4			1		
80			80			20		
13	MARINHARIA E ARTE NAVAL		23	ESTABILIDADE		39	NAVEGAÇÃO ASTRONÔMICA	
2			1			1		
40			20			20		
14	INTRODUÇÃO A CIÊNCIA DOS MATERIAIS		24	MANUTENÇÃO E REPARO NAVAL		32	MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E ESTIVAGEM	
2			2			2		
40			40			40		
15	MOTORES DE COMB. INTERNA E REFRIGERAÇÃO		25	ELETROTÉCNICA APLICADA		33	PORTUGUÊS APLICADO	
2			2			2		
40			40			40		
16	LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA		26	SISTEMAS AUXILIARES		34	INFORMÁTICA APLICADA	
4			2			2		
80			40			40		
17	INGLÊS TÉCNICO		27	GESTÃO E ORGANIZAÇÕES AQUAVIÁRIAS		35	COMÉRCIO EXTERIOR E SISTEMA ADUANEIRO	
2			2			4		
40			40			80		
18	RHT		28	GESTÃO DE COMPRAS E SUPRIMENTOS		36	EMPREENDEDORISMO E COOPERATIVISMO	
2			1			2		
40			20			40		
			29	HIGIENE, PRIMEIROS SOCORROS E COMBATE À INCÊNDIO		37	SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	
			2			2		
			40			40		
						38	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	
						2		
						40		
						39	Estágio Curricular ou TCC	
						1		
						288		

**ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA****CARTA DE ANUÊNCIA**

Pelo presente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, localizado no campus Avançado Cabedelo Centro, no município de Cabedelo/PB, declara estar ciente dos objetivos e da metodologia do Projeto de pesquisa intitulado *Educação Profissional Técnica: Concepção docente na perspectiva de uma Educação Humanizadora*, na responsabilidade da aluna de Mestrado CINTHYA RAQUEL PIMENTEL DA MOTA, sob a orientação da Profª Drª Tânia Rodrigues Palhano do Departamento de Fundamentação da Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Concedo a anuência para o desenvolvimento da pesquisa, e autorizo a sua realização a partir da aprovação no Comitê de ética em Pesquisa, garantindo assim o cumprimento da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Cabedelo, 12 / 06 / 2017

Nome/assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

**Ketliana de Souza Silva**  
Diretora do Campus  
Avançado Cabedelo Centro  
DCACC - IFPB - Mat. 1885152